

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

Versão Preliminar da Tese de Doutorado Apresentada por

CARLA REGINA ASSUNÇÃO PEREIRA

Título

**RELAÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CASO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO SUL FLUMINENSE –
VOLKSWAGEN E PSA PEUGEOT-CITRÖEN**

Orientador Acadêmico
José Ricardo Ramalho

Rio de Janeiro – RJ
Junho – 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

RELAÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O Caso da Indústria Automobilística no Sul Fluminense –
Volkswagen e PSA Peugeot-Citröen

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia).

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Ramalho

RIO DE JANEIRO – RJ

Junho – 2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

RELAÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

O Caso da Indústria Automobilística no Sul Fluminense –
Volkswagen e PSA Peugeot-Citröen

Carla Regina Assunção Pereira

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de doutora em Ciências Humanas (Sociologia).

Examinadores:

Prof. Dr. José Ricardo Ramalho – Orientador _____

Profª Drª Beatriz Heredia (PPGSA-IFCS-UFRJ) _____

Profª Drª Elina Pessanha (PPGSA-IFCS-UFRJ) _____

Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues (FEA-USP) _____

Prof. Dr. Paulo Fontes (CPDOC-FGV-RJ) _____

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
(PPGSA-IFCS-UFRJ) – Suplente. _____

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
(PPGAS-UFRJ) – Suplente. _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2008.

AGRADECIMENTOS

A Deus. Acreditam aqueles que conhecem as fraquezas e limites humanos. A explicação lógica da vida é limitada e insatisfatória.

Dedico esta tese a Israel, meu esposo, e a Amanda, minha filha, pelo amor e dedicação recíprocos.

Ao começar os estudos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, entendi que essa escolha condicionou-se claramente à sintonia entre essas duas disciplinas. Agradeço ao PPGSA-IFCS-UFRJ, em nome de todos os professores que se dedicam às releituras dos autores clássicos e que trazem discussões atualizadas dos autores contemporâneos, pela dedicação árdua, uma condição do exercício professoral, e por encontrar inspiração para formar novos pensadores, uma das poucas recompensas que servem de motivação.

Ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Aos entrevistados, pela imprescindível colaboração registrada através dos valiosos depoimentos que fundamentam todo o conteúdo desta tese.

Ao meu orientador José Ricardo Ramalho, pelo respeito e confiança depositados em meu trabalho, pelas discussões em sala de aula e pelas conversas particulares que me serviram de incentivo.

À professora Beatriz Heredia, pelas oportunidades de discutir em sala de aula temas pertinentes ao entendimento das questões deste trabalho e pela atenção dedicada.

Ao grupo de pesquisa “O global e o local: os impactos sociais da implantação do pólo automotivo do Sul Fluminense”, pela colaboração e seriedade entre alunos e professores que muito contribuiu para a elaboração deste trabalho. Particularmente, a Raphael Lima, por partilhar o material de pesquisa e pela agradável parceria nas pesquisas de campo.

A Ângela, Cláudia e Denise, pelo trabalho, competência e atenção dedicados aos alunos e integrantes do grupo de pesquisa.

Ao grupo PET-CS e aos primeiros mestres da UFMA, que plantaram a semente das ciências sociais: Elizabeth Coelho (Beta), Sérgio Ferretti, Horácio Antunes, Flávio Reis e Marcelo Carneiro.

Na vida conto com o apoio de pessoas muito queridas que devem ser agraciadas com a reciprocidade merecida. Aos meus pais Antonio e Floripes, pelo carinho e cuidado.

Aos meus irmãos, Bispo, Karliane e Augusto, pela convivência divertida e pelo carinho. A Augusto, especialmente, pela atenção e pelo amor que partilhamos. A tia Teodora, a tia Vita, a Vanda e a toda minha família, pela relação acolhedora e por todas as orações.

Nessa jornada, encontramos pessoas que deram um novo tom às nossas experiências. O agradecimento especial aos amigos: José Fernando, pelo apoio e por partilhar as angústias e alegrias que a vida nos proporciona; a Lucíola e Gambetta, que dividem conosco as obrigações e afazeres do cotidiano de pais, tarefas responsáveis por corroborarem as nossas metas “maiores”, sem as quais nada disso seria possível; a Nathan, pela amizade incondicional, por entender meus defeitos e aflições; a Sérgio Pereira, pela amizade e pelas conversas que se tornaram constantes; a Rosane e Ivan, por tantos momentos de alegria e de companheirismo; a José Américo e Iracema, pelo acolhimento de nossa família nesta cidade e por todas as alegrias dessa convivência. A Rita e a Vanda, por partilharmos as alegrias de mães, pelas orações e pelo carinho.

RESUMO

PEREIRA, Carla Regina Assunção. Relações Políticas e Desenvolvimento Regional: o caso da indústria automobilística no Sul Fluminense – Volkswagen e PSA Peugeot-Citröen.

Orientador: José Ricardo Ramalho. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2008. Tese de Doutorado.

Esta tese busca compreender o processo sociopolítico na implementação de investimentos multinacionais em regiões brasileiras, a partir do estudo de caso da indústria automobilística no Sul Fluminense (Volkswagen e PSA Peugeot-Citröen). Trata-se de perceber as *relações políticas* que são potencializadas como recursos nas disputas que determinadas regiões acionam com maior eficácia, tornando-se responsáveis por configurá-las no mapa de desenvolvimento regional e nacional. Entender como são estabelecidas as relações entre as várias esferas da administração pública (federal, estadual e municipal) e como são acionados seus atributos no processo das disputas regionais. Resgatam-se as relações existentes entre as esferas pública e privada, através das relações de *parceria*, como potenciais na criação da infraestrutura local condizente com os ideais de desenvolvimento, considerando inclusive o diferencial que as *relações personalizadas* podem imprimir nesse processo.

ABSTRACT

PEREIRA, Carla Regina Assunção. Political Relations and Regional Development: the case of the automobile industry in the South of Rio de Janeiro State – Volkswagen and PSA Peugeot-Citroen.

Orientador: José Ricardo Ramalho. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2008. Tese de Doutorado.

The thesis discusses the socio-political process of implementation of multinational investments in Brazilian regions, based on the case-study of the automobile industry located in the South of Rio de Janeiro State (Volkswagen and PSA Peugeot-Citroen). The proposal is to think about how political relations are used as resources in the dispute among regions for new investments, and how they become responsible for the formation of these regions in the map of regional and national development; but also the way connections are established between different spheres of public administration (federal, state and municipal) and how they are used in the process of regional disputes. The existing relationship between public and private spheres through partnership are recovered, as a way of upgrading the creation of local infrastructure linked to the idea of development, also considering the way personal relations can influence in this process.

LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEG Rio – Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CHEVAP – Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba
CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
CPDoc – Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
EADI – Estação Aduaneira do Interior
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IPTU – Imposto Territorial Urbano
ISS – Imposto sobre Serviços
ONU – Organização das Nações Unidas
PET-CS – Programa Especial de Treinamento
PIB – Produto Interno Bruto
PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
RJ – Rio de Janeiro
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEH – Secretaria de Estado de Habitação
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
TCE – Tribunal de Contas Estadual
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP – Universidade Estadual de São Paulo
VW – Volkswagen

LISTA DE SIGLAS PARTIDÁRIAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Nacional
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Republicano
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRN – Partido da Renovação Nacional
PRP – Partido Republicano Paulista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Relações políticas: contextualização das práticas sociais.....	19
2. Considerações metodológicas: racionalizando os imponderáveis.....	22
3. Passando pelos discursos políticos.....	26
3.1. Relatos políticos: as entrelinhas do dito e do não-dito.....	28
4. Estrutura da tese: articulando trajetórias.....	31
CAPÍTULO 1 – INVESTIMENTOS MULTINACIONAIS EM REGIÕES BRASILEIRAS: Relações políticas e Redistribuição da economia	33
1.1. Rivalidades entre Rio de Janeiro e São Paulo: reavivando antigos dissensos.....	40
1.2 O mapa de desenvolvimento regional do Rio de Janeiro: em busca do equilíbrio político-administrativo.....	43
1.3. A escolha de Resende e o apoio e relações entre Governo Federal e Estadual...	49
1.4. Os recursos políticos da disputa fiscal entre Rio de Janeiro e São Paulo.....	56
1.5. Seminário “O Novo Modelo de Desenvolvimento da Região das Agulhas Negras”: palco das relações políticas.....	61
CAPÍTULO 2 – O TRABALHO DE TESSITURA DAS IMAGENS DE DESENVOLVIMENTO: Construção do Mapa Regional Sul Fluminense (Resende/Porto Real)	71
2.1. Relações em rede: “parcerias” em conjunção pelo desenvolvimento.....	78
2.2 O sonho político: uma “saga” política pelo desenvolvimento regional.....	85
2.2.1. “FAZER ACONTECER”	95
2.3. Definindo a esfera política: mediação entre políticos e empresários.....	102
2.3.1. Empresários e as relações políticas locais.....	111
2.3.2. Visão empresarial e trajetórias políticas.....	115
2.4. Desenvolvimento regional: sonho de família e relações de reciprocidade.....	128
2.4.1. Instrumentos na política de desenvolvimento: o Jornal A Lira e a Rádio da Família Monteiro da Costa.....	137

CAPITULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO LUGAR SOCIAL: O trabalho para ser olhado como <i>locus</i> dos interesses políticos.....	143
3.1. Quando o local se dilacera em dois: a rede de <i>disputas sociais</i> pela construção do lugar geográfico.....	145
3.2. Rearranjo político: consensos e dissensos em função do desenvolvimento.....	155
3.3. Um parêntesis à inclusão de Porto Real no mapa de desenvolvimento da região Sul Fluminense: a conquista da PSA Peugeot-Citröen.....	164
3.4. A visibilidade na política: acesso à máquina político-administrativa.....	170
3.5. Parcerias políticos-empresários e relações de amizade.....	172
3.6. Os efeitos da visibilidade política.....	178
3.6.1. A exemplo da visibilidade conquistada pelo trabalho político: Eduardo Meohas.....	182
CAPÍTULO 4 – ATUAÇÃO E IMAGEM POLÍTICA: OPOSIÇÃO E HEGEMONIA.....	187
4.1. À procura da oposição: “a oposição aqui sou eu”.....	188
4.2. Os enlaces de origem: trajetória política.....	191
4.3. O “contra-senso” da industrialização e visibilidade política.....	196
4.4. As condições de ser evidenciado na política.....	199
4.5. Condicionamentos da oposição.....	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208
OUTRAS REFERÊNCIAS.....	213
ANEXOS.....	215
1. Lista de entrevistas.....	215
2. Tabelas das eleições.....	216
3. Mapa Sul Fluminense.....	223
4. Lei orgânica do Município de Resende.....	224
5. Investimentos Industriais.....	225
6. Estimativa de crescimento do PIB.....	226

INTRODUÇÃO

O panorama da concorrência internacional pela conquista de empresas multinacionais por países “em desenvolvimento” é entendido consensualmente entre os estudiosos em associação ao processo de globalização econômica. Políticas nacionais direcionam-se sob os parâmetros político-econômicos neoliberais, favoráveis à abertura continuada dos mercados aos projetos industriais e produtos estrangeiros.

No Brasil, a adesão a essa lógica é efetivada nos anos 90 pela política de abertura econômica do Governo Collor e se propaga em projetos que evocam estarem voltados para o desenvolvimento socioeconômico do país, considerando-se que este é viabilizado em grande parte pela atração dos investimentos multinacionais.

Internamente, apontando para uma desigualdade de forças entre as esferas político-administrativas do Estado (nacional, estadual e municipal), configuram-se as disputas regionais que podem ser visualizadas através da “guerra fiscal” que se instaura entre os estados, pela atração desses investimentos. Nessa troca de forças, algumas regiões podem se tornar vencedoras do jogo político-econômico.

Considerando que num plano global seria importante compreender as formas de atuação, mobilização e participação dos países, para entender as posições que estes ocupam no contexto econômico e político, seria necessário também, no nível regional, perceber as relações internas que, nas disputas regionais, são capazes de definir as regiões nesse jogo e de fazê-las definir o jogo. Nesse sentido, perceber os movimentos internos das disputas regionais e municipais permitiria mapear seus atributos nesses processos.

Considerando que a disputa constitui um processo de aspectos variados das relações sociais (político, econômico e cultural), e não desconhecendo suas importâncias e relações, pretendemos entender no campo político, visto como campo de forças que constrói

visões e divisões, os recursos que determinadas localidades (estados e municípios) podem mobilizar com maior propensão ao sucesso, fazendo-as vencedoras na disputa política pela implantação de projetos multinacionais. É a partir desse contexto que se torna relevante perceber como são estabelecidas as relações entre as várias esferas da administração pública (federal, estadual e municipal) e como são acionados seus atributos no processo das disputas regionais e locais.

O presente trabalho¹ busca compreender o processo sociopolítico de implementação de investimentos multinacionais em regiões brasileiras que, num primeiro momento, aparecem relacionados primordialmente aos seus atributos estritamente econômicos, como pressuposto de desenvolvimento. Trata-se de perceber quais os recursos e relações (sociais, políticos e econômicos) que determinadas regiões acionam com maior eficácia, tornando-as vencedoras nessa disputa. E a partir daí, entender quais características o desenrolar desse processo assume, considerando as relações e participações entre os diversos atores (políticos e empresários).

Entender, para além do fator econômico, que de fato mobiliza os atores na busca, disputa e no apoio aos investimentos multinacionais, o contexto das relações sociais e políticas que lhe dá sustentação e legitimação. É a partir dessas indagações que se pretende discorrer sobre as *relações políticas* presentes nas disputas pela atração desses investimentos e, mais particularmente, entender em quais condições as relações políticas viabilizam projetos dessa dimensão, considerando inclusive o diferencial potencializado pelas *relações pessoalizadas* nesse processo.

¹ Este trabalho tem por base a participação na pesquisa “O global e o local: os impactos sociais da implantação do pólo automotivo no Sul Fluminense”, coordenada por professores da UFRJ, UNIRIO e USP (José Ricardo Ramalho, Marco Aurélio Santana e Iram Jácome Rodrigues respectivamente). Relaciona-se também ao trabalho de dissertação – Estratégias de Terceirização, Usos Singulares: empresas e trabalhadores no Consórcio Modular da Volkswagen de Resende (RJ) - que buscou entender o contexto da reestruturação produtiva na indústria automobilística pelo estudo de caso da fábrica Volkswagen de caminhões e ônibus de Resende (RJ). Com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (FAPERJ).

Considerando o momento inicial de negociação² pela chegada da primeira fábrica ao Sul Fluminense, a Volkswagen de caminhões e ônibus de Resende – RJ, assim como as condições posteriores de seu funcionamento, como também as mobilizações em busca de novos investimentos para a região Sul Fluminense, questiona-se: Qual a importância das relações políticas nesse processo, considerando as relações pessoalizadas nos níveis local, estadual, e nacional; Como interesses públicos e privados foram engendrados durante a negociação e quais relações mantêm entre si; Quais *capitais* determinadas regiões podem mobilizar com maior sucesso, fazendo-as vencedoras na disputa por esses investimentos, além da infraestrutura concreta que podem oferecer; Como participam e articulam-se os atores sociais (políticos e empresários) envolvidos no processo de desenvolvimento; Como esses atores passam a representar as demandas da comunidade local, ou, em quais circunstâncias esses interesses são contrabalançados com propósitos particulares, estruturados em função do pertencimento a escalas diferenciadas de valores nas posições sociais que ocupam; e, por fim, quais “questões” aparecem como parte integrante desse processo de conquista e funcionamento das indústrias automobilísticas.

Entendida a motivação por essa problemática, é interessante especularmos sob quais aspectos consideramos a categoria *política*. A profícua discussão sobre a delimitação do “campo político”, no contexto das relações sociais, evidencia a peculiaridade da experiência política nas diferentes sociedades, em relação às formas que se apresenta, representa, e cria significados. O entendimento da significação dos dispositivos políticos numa sociedade capitalista “em desenvolvimento” com características particulares, como é o caso brasileiro (e todos os outros que se assemelham ou diferenciam dele), deverá considerar suas práticas

² A este momento relacionam-se as notícias publicadas na imprensa a partir de 1995, quando se intensificam as negociações pela chegada da fábrica e o conjunto de entrevistas que revelam esse período como crucial para o desfecho do processo de negociação.

políticas, o contexto das relações políticas, e como estas se articulam na configuração do mapa de desenvolvimento do país.

Para efeito deste estudo, podemos considerar três aspectos principais na abordagem da política: o primeiro é entender a política como campo específico de atuação, com dinâmica própria, capaz de se produzir e reproduzir como complexo de relações, podendo ser visualizado como “campo de forças” capaz de dinamizar essas relações em seu interior; o segundo aspecto a ser considerado é a política como parte das relações sociais, percebê-la em relação às demais esferas da sociedade (econômica, cultural) com as quais interage; e o terceiro aspecto refere-se à concepção de “campo político” como algo que ultrapassa a dicotomia tradicional-moderno, para, então, ser compreendido como processo, dinâmica das relações sociais. (Bourdieu, 1989)

Considerando tais pressupostos, as relações pessoalizadas serão aqui analisadas como parte das relações de reciprocidade e dependência entre políticos e empresários, que se dão no âmbito das relações particulares, capazes de dinamizar os recursos infraestruturais e simbólicos potencializados em função do desenvolvimento local. Nesse sentido, chamamos atenção para as relações que, caracterizadas por esse diferencial, fazem parte do projeto de construção das identidades locais e/ou regionais, capazes de traçar perfis de política de desenvolvimento a longo prazo, no sentido de entendê-las como prática política efetiva na sociedade brasileira.. Neste caso, referimo-nos não somente à criação de dependências pessoais, mas consideramos, sobretudo, a configuração de uma “rede de relações” pessoais entre grupos de interesses (políticos e empresários) portadores de poderes instrumentais correlacionalmente igualáveis em potencial, embora esses poderes se configurem em possibilidades de acessos diferenciados na aquisição dos recursos materiais e simbólicos.

Análises teórico-metodológicas pontualmente evolucionistas negaram às “outras” sociedades (“primitivas”) a existência de uma organização política da distribuição do poder,

da coerência, sendo relegadas ao caos social, à falta de sentido, à inexistência de regras, por se diferenciarem dos parâmetros da organização política nas sociedades ocidentais modernas. Para aquelas, desconsiderada a importância da política nas relações sociais, relegadas ao atraso cultural, econômico e mais tantas caracterizações possíveis constituíram pressupostos capazes de nos afastarmos e diferenciarmos delas, na condição de sociedade moderna organizada, como sua oposição.

Abordagens teórico-metodológicas, assim configuradas, criaram impasses para o entendimento das relações políticas. Se, para as primeiras, a consequência imediata foi negar-lhes a coerência do sistema político, ou mesmo, negá-lo simplesmente; para as segundas, a diferenciação tão marcadamente impressa chega, por vezes, a tornar as relações políticas ininteligível, levando ao extremo de isolá-las das relações sociais, esterilizá-las.

Atribuiu-se às sociedades modernas uma segmentação extremada das diversas esferas sociais, desconsiderando as relações próprias da dinâmica da sociedade. Ao analisar a crescente separação do corpo burocrático do Estado, como reflexo da racionalização das relações sociais, não significa, em absoluto, que a sociedade moderna é organizada seccionalmente para Weber (1998). Assim, em primeiro lugar, consideram-se as relações políticas essencialmente como parte das relações sociais, na tentativa de percebê-las relativamente às demais esferas da sociedade (econômica, cultural) com as quais interage.

Alguns estudos associam atraso cultural e incapacidade política como consequência da existência de resquícios de práticas políticas “tradicionais” (clientelismo, patronalismo); ou mesmo, consideram a presença destas como “adendos” e “relações intersticiais” presentes na política das “sociedades complexas” (Wolf, 1974). Esta concepção sugere a existência de uma “alta política” como esfera à parte e imune a quaisquer influências outras que práticas “tradicionais” possam exercer, e também evidencia, em contraposição, um contexto marginal e restritivo ao entendimento das práticas políticas pela caracterização de

uma política “menor”. O segundo aspecto a ser considerado refere-se, então, à concepção de “campo político” como algo que ultrapassa a suposta dicotomia tradicional-moderno, para ser compreendido como processo, dinâmica das relações sociais.

Encontram-se reflexões que procuram mostrar práticas clientelísticas e burocráticas coexistindo e complementando-se na constituição das relações políticas das sociedades modernas. O terceiro aspecto é entender a política como campo específico de atuação, com dinâmica própria, capaz de se produzir e reproduzir como complexo de relações, podendo ser visualizado na condição de “campo de forças” capaz de dinamizar essas relações em seu interior (Bourdieu, 1989).

A perspectiva de “rede política” configura as diversas relações que se estabelecem, ora dentro dos grupos de interesses (políticos/empresários), ora entre os grupos, legitimando suas posições e proposições internamente. Neste trabalho, detivemo-nos às relações articuladas dentro do campo político e deste com atores de outros campos, os empresários locais, diretamente interligados a ele no processo de construção da identidade regional.

A permanência dos atores ou a entrada de novos atores parece pressupor que as metas devam ter continuidade para que sejam efetivadas e, por outro lado, indicam que essa rede requer acumular experiências e práticas efetivamente necessárias à continuidade do processo e que estabeleça elos entre as diversas práticas na rede. A abrangência dessas práticas e sua legitimação, em função do cumprimento das metas de desenvolvimento através dos projetos multinacionais, encontram correspondência nas demandas da comunidade local, sendo que, com base nessas expectativas, a exemplo da criação de postos de trabalho, legitima-se a eficácia das “redes” de relações (políticos e empresários).

A questão é entender sob quais aspectos determinadas influências e participações exteriores ao campo político (empresários) são incorporadas e se projetam para dentro, no

intuito de tornar plausíveis projetos de desenvolvimento regional. Ou, como o trabalho dos personagens externos ao grupo de profissionais torna-se efetivo para o trabalho dos “profissionais”; como o estar dentro e fora do “campo político” é constituído de forma dinâmica e particular através da *mediação* que o grupo de políticos e o grupo de empresários estabelecem entre si.

O reconhecimento dessa legitimação para fora do campo, a “invocação dos profanos” (Weber, 2001), tem como principal motivação a demanda de abertura de novos postos de trabalho e a garantia do aumento de novos empregos – projetos desse nível trazem consigo mudanças substanciais em desenvolvimento e a criação de oportunidades de emprego para a região como um todo (em serviços, abertura de pequenos e médios investimentos). Dessa forma, visualiza-se o conhecimento e reconhecimento das práticas políticas pela comunidade local, sendo este reconhecimento necessário entre os “profissionais”, assim como fora dos grupos políticos.

É visível a atração exercida por esses investimentos em função de sua importância econômica, porém as relações políticas assumem significado particular a partir de um conjunto de condições que podem oferecer nas disputas. São as próprias potencialidades presentes nas relações políticas que possibilitam estabelecer as metas do que poderá ser eventualmente oferecido em termos de vantagens competitivas para esses projetos.

O potencial de determinadas regiões para atrair os investimentos multinacionais é fortemente criado pelas relações políticas que determinados grupos tornam-se capazes de estabelecer local, nacional e internacionalmente. É consideravelmente no âmbito das relações políticas que se estabelecem possibilidades de gerar as condições infraestruturais, fiscais, logísticas para ganhar as disputas em torno desses investimentos.

A dinâmica em torno dos investimentos multinacionais não se esgota nas relações econômicas, ela é acrescida pelas relações políticas que se estabelecem num campo de

disputas com dinâmica própria, em função não apenas do desenvolvimento econômico, mas particularmente pelo (re)conhecimento da eficiência política dos grupos de representação.

A escolha do local, sua visibilidade, as relações estabelecidas regional, nacional e internacionalmente, dão-se a partir de um conjunto de relações, sendo as relações políticas parte crucial dessa dinâmica. As relações políticas são, no contexto de desenvolvimento regional brasileiro, relações potenciais na construção do lugar de visibilidade e possibilidade de desenvolvimento econômico.

Desse conjunto de condições, baseamo-nos no pressuposto de que as disputas pela escolha do lugar a sediar tais investimentos acionam redes de relações muito amplas, envolvendo todos esses atores. Contudo, as relações políticas locais, regionais e nacionais assumem relevância nessas disputas, apresentando, para além da existência das condições infraestruturais concretas que viabilizam os investimentos, a força potencializada nas relações políticas, como condição necessária para viabilizar tais projetos.

1. Relações políticas: contextualização das práticas sociais.

Apesar de não ser nosso interesse central neste trabalho, a discussão dos partidos perpassa a análise das relações políticas, uma vez que essas instituições modernas são consideradas parâmetro da representatividade dos interesses coletivos, que ganham legitimidade na sociedade moderna e servem para nortear determinados princípios ideológicos e de interesses no escopo da democracia. Já aqui se apresenta um problema de difícil resolução, porque os partidos não podem ser nem conceituados nem entendidos a partir de uma ideologia, embora se esforcem por criar uma imagem de representação com base em princípios que norteiam suas iniciativas. A dificuldade em se definir os partidos é discutida nos teóricos clássicos da política e no pensamento político moderno pela investigação das distintas experiências da democracia associada ao sufrágio, que podemos tomar como parâmetro para pensar a democracia brasileira.

O entendimento dos partidos políticos foi o desafio enfrentado por Duverger ao analisar historicamente a formação dos partidos, suas origens e caracterizações. Apresentaram-se os “fatores locais”, “os fatores ideológicos” e os “interesses” como condições intrínsecas à formação dessas instituições. “(...) [Da] mesma forma que os homens trazem durante toda a sua vida a marca da infância, assim também os partidos políticos experimentam profundamente a influência das suas origens (...)”. “(...) Em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos aparece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares (...)” (1980, p.19-20). E esclarece sobre as dificuldades do estudo:

É necessário, portanto, que nos aventuremos num terreno especialmente difícil. A organização dos partidos repousa essencialmente em práticas e hábitos não-escritos; ela se conserva

quase inteiramente costumeira. Os estatutos e os regimes internos jamais descrevem mais do que uma pequena parte da realidade, quando descrevem a realidade: porque eles são raramente aplicados de forma precisa. Por outro lado, a vida dos partidos cerca-se intencionalmente de mistério: não se pode obter facilmente deles os ensinamentos precisos, mesmo elementares. Encontramo-nos aqui num sistema jurídico primitivo, onde as leis e os rituais são secretos, onde os iniciados os escondem ferozmente da vista dos profanos. Apenas os velhos militantes do partido conhecem bem as convoluções de sua organização e as sutilezas das intrigas que aí se entrelaçam. Mas eles raramente possuem um espírito científico que lhes permita conservar a objetividade necessária; e eles não falam espontaneamente. (Duverger, 1980, p.16-17)

Estudos contemporâneos sobre as práticas políticas têm contribuído significativamente ao entendimento de sua complexidade. Os limites ao entendimento conclusivo da lógica de funcionamento dos partidos políticos não passam pela questão de entender uma suposta evolução, mas de perceber que a lógica de funcionamento das instituições sociais envolve uma série de “ritos” próprios ao seu funcionamento – não se pode entender a dinâmica das relações sociais se as enquadrarmos temporal e teoricamente, no afã de entendê-las completa e integralmente. A despretensão da generalização tem sido profícua na explicação dos fatos políticos.

A riqueza no estudo das relações políticas encontra-se no pressuposto de que há uma complexa dinâmica das relações sociais, mas observáveis, destacados os limites e delimitações que nos propomos estudar. Nenhum estudo nesse sentido pode ser geral ou generalizante, podendo incorrer em incoerências, dado o escopo daquilo que é possível entender em termos de relações. Apenas com base na descrença da generalização, e conscientes dos limites do conhecimento, os estudos contemporâneos têm contribuído com

instrumentais analíticos e teóricos ao entendimento das instituições sociais, dos fatos políticos, das relações políticas e dos partidos.

No entanto, para efeito deste estudo, uma vez considerada a relevância das relações pessoalizadas, podemos entender que a política se constrói também fora da esfera pública do Estado, e as práticas políticas se configuram em relações constituídas nas relações privadas que potencializam os acessos aos recursos que geram o desenvolvimento.

Às *relações políticas* atribui-se um conjunto complexo dentro das relações sociais, responsável por comportamentos dos atores, que ultrapassa as normas estabelecidas. As relações políticas vão além das fronteiras de atuação no campo político, mesmo sendo este peculiar aos atores que serão envolvidos no processo de desenvolvimento. E esse processo de ampliação se dá por diversas vias de entendimento e de atuação dos atores, como no caso estudado, o qual apresenta grupos empresariais que compartilham a idéia de “parceria” entre esferas pública e privada. As relações políticas convergem para *relações pessoalizadas*, entendidas como aquelas que ultrapassam o limite dos campos de atuação da esfera pública, estabelecendo potenciais de escolha e de entendimento entre os atores, de modo a alargar sua dimensão de atuação e captação de recursos.

Tal entendimento não significa que são relações estabelecidas especificamente dentro do campo político ou que se restringem a ele, e a prova disso é o alargamento das condições e possibilidades de atuação, ora dentro das normas do campo, ora fora dessa esfera, responsáveis por estabelecer as condições necessárias para o trabalho de visibilidade dos atores políticos e de seus “parceiros” e por criar imagens de desenvolvimento local. Assim, percebe-se que ao enveredar por esse tipo de análise, há diversos modos de atuação potencializados dentro do campo político, mas explicáveis além de seus limites, o que revela a ultrapassagem das fronteiras de atuação que potencializam as ações considerando os objetivos determinados.

O foco desta tese não está em demonstrar como funciona a política de um pequeno município do Estado do Rio de Janeiro, mas em fazer análises que permitam entender o funcionamento das práticas políticas que criam as regras.

Portanto, para além da pretensão de dar uma explicação original dos fatos políticos, pretende-se colaborar ao entendimento das relações sociais (e aqui consideram-se as relações pessoalizadas) que orientam as ações e criam as condições de funcionamento da política. Contudo, não restritas a um lugar específico do Brasil, mas que se constituem como parâmetro de orientação das práticas políticas que norteiam a democracia e trazem reflexões importantes para nosso campo de conhecimento e desafios que outrora sempre se colocaram.

2. Considerações metodológicas: racionalizando os imponderáveis

O trabalho de elaborar uma tese é algo que ultrapassa nosso entendimento imediato e racionalmente organizado, tornando-se um exercício teórico-metodológico que, passando por momentos distintos do aprendizado, vai se estabelecer como normalização – mostrar-se como método e teoria. Remete-nos a momentos distintos que, ultrapassando a margem do que fora esquematicamente preestabelecido como meta, acabam gerando um melhor entendimento das questões que nos propusemos, e que no decorrer do processo permanecem em constante mutação. Momentos nos quais pensamos, ora confortando-nos ora perturbando nossa “clareza” de pensamentos, dissimulando o caos gerado pelo turbilhão de idéias que nos acionam e nos minam a todo instante. Durante o longo processo de maturação da tese, passamos por alguns momentos “improdutivos”, caóticos, no entanto, posteriormente, percebemos quão favorável é passar por todas aquelas inquietações. Há momentos em que as nossas metas parecem tomar um caminho, às vezes, longínquo e incompatível com nossas ambições de controle do tema estudado. Apresenta-se também como inspiração, que advém

da busca do conhecimento – um valioso processo que devemos partilhar, pela riqueza incontestada, com a academia.

As indagações mais gerais encontram-se muitas vezes num “tempo indefinido”, e passam por fases de reformulação e maturação que acompanham o pesquisador, interferindo em suas percepções aparentemente mais banais e desinteressadas, em relação, inclusive, a problemáticas diferentes daquelas que estão sendo propostas num determinado momento. Não são necessariamente questionamentos diretamente relacionados ao tema em curso que podem suscitar questões pertinentes ao entendimento do tema proposto num momento específico, categoricamente definido.

Posteriormente, com o amadurecimento próprio ao envolvimento com o tema proposto, o aprendizado permite tomar consciência da relação método-teoria e dos limites de abordagem do tema, dentro do que fora proposto – as possibilidades do entendimento científico sobre as relações e processos sociais e o entendimento da diversidade possível de se mostrar ao pesquisador.

A alegação de que as questões suscitadas com o amadurecimento e conhecimento do tema estudado ultrapassam o momento presente e acompanham o pesquisador em suas observações, aparentemente mais desinteressadas (e desinteressantes), deve-se ao fato de que as primeiras questões da tese surgiram ainda no período da graduação, em face da visibilidade e do trabalho político do “Grupo Sarney” na disputa pela atração de projetos multinacionais para o Estado do Maranhão, quando aparecem as articulações em termos das relações políticas e da representatividade de alguns políticos.

Ressalta-se, no entanto, que esta preocupação é anterior, já suscitada pelo estudo de uma empresa multinacional produtora de alumínio, a ALUMAR - MA³, pela percepção de que algumas regiões acionam recursos políticos que ultrapassam (ou, por vezes, se somam às) as condições infraestruturais reais do cenário que atrai os investimentos multinacionais.

No ano de 2000, ao ingressar no curso de mestrado no IFCS-UFRJ e no grupo de pesquisa “O Global e o Local: os impactos sociais da implantação do pólo automotivo no Sul Fluminense” – que investiga os impactos sociais da implantação do pólo automotivo na região Sul Fluminense, reacenderam-se os questionamentos mais recorrentes para os quais direcionamos nossa atenção aqui. Pelo contato com a realidade apresentada através da pesquisa, esses questionamentos tomaram nova dimensão, pela percepção das relações políticas e do papel relevante na relação entre políticos locais e um grupo empresarial, que se estabelecera como trabalho político cuidadosamente articulado em função de criar as condições para a conquista da indústria automobilística. Por outro lado, as discussões teórico-metodológicas sobre “Relações de poder e política” e “Comunidade, Localidade, Nação”, ministradas como créditos das disciplinas do mestrado e do doutorado pela Prof^a Beatriz Heredia, contribuíram ao amadurecimento das questões.

O material recolhido para análise corresponde ao período de negociação pelo investimento Volkswagen, e acompanha todo o percurso que se segue posteriormente. Acompanha os vários aspectos do processo de instalação das fábricas Volkswagen e da PSA Peugeot Citroën e a chegada de novos investimentos na região Sul Fluminense: entrevistas, realizadas por diversos integrantes do grupo de pesquisa⁴; jornais, documentos, e uma coletânea de matérias de revistas e de jornais organizados por um morador de Resende, que

³ O estudo sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais resultou na monografia “Novas formas de organização do processo de trabalho e desgaste mental: ‘Hoje, a gente trabalha o esforço físico e o esforço psicológico’”, mas a pesquisa insinuava todo o envolvimento político pela conquista do Consórcio de Alumínio do Maranhão S/A, indústria recusada em vários outros estados devido à insalubridade e periculosidade para o meio ambiente e para os trabalhadores.

foram cedidas ao grupo de pesquisa. Essas fontes foram analisadas de acordo com os objetivos deste estudo.

Entender esse processo requer um trabalho de pesquisa no empenho de resgatar algumas imagens do passado, perceber as articulações dos atores durante e posteriormente à implantação do projeto, e mapear o perfil das relações políticas na região. Para tal, além de um procedimento qualitativo na recolha do material, através de depoimentos e entrevistas, utiliza-se fontes secundárias para reconstruir as trajetórias dos grupos de representação. Nesse sentido, o acervo da pesquisa referida disponibiliza material relevante em entrevistas, artigos de revistas e jornais, e documentos. Considerando os objetivos propostos, juntamente às fontes secundárias, as entrevistas englobam alguns dos atores mais representativos das instituições locais, através do resgate da história. A análise das entrevistas foi orientada para contemplar diferentes recortes.

As observações de campo, registradas em diário, também foram de grande contribuição para a análise do material, uma vez que, se num primeiro momento parecem meio absurdas, quando a pesquisa se expande e aparecem novas questões, as impressões registradas tornam-se esclarecedoras e possibilitam articular os imponderáveis.

⁴ Constituem a maior parcela do trabalho de campo as entrevistas realizadas por Raphael Jonathas da Costa Lima, que fizeram parte do seu trabalho de Dissertação de Mestrado: Açúcar, Coca-cola e Automóveis: ação político-empresarial na construção de um “município modelo” em Porto Real (RJ) - PPGSA/IFCS/UFRJ, 2005. Verificar em anexo a lista das entrevistas realizadas pelos integrantes do grupo de pesquisa.

3. Passando pelos discursos políticos

(...) por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade e de coerência.

Pollak (1992:207).

Diante do material de pesquisa, ficou evidente que se tratava de discursos de alguns informantes, motivados no sentido de construir uma narrativa, um trabalho de organização das trajetórias individuais e dos grupos políticos, aliados ou não, a partir dos lugares que se posicionavam. O resgate de vários elementos da história local, das relações com representantes de grupos de interesses, bem como a atualização dos discursos, estão organizados e formulados num “enquadramento de memória”. A articulação daqueles eventos e representantes que interessam ser lembrados e o esquecimento de outros relegados a lugares menos significativos; como também o resgate de feitos políticos de outros tempos e de outros grupos, criam da mesma forma associações, elos, cooperações, continuidades, ou estabelecem rupturas.

Percebemos, portanto, que há uma “construção de imagens” sendo formada, no entanto este registro da memória não é necessariamente um retrato “autêntico” da realidade, no sentido de representar uma explicação única, ou unilateral, mas um esforço de construção das identidades coletivas que estabeleça algum sentido para os indivíduos e para os grupos. Logo, os acontecimentos vivificados pelos grupos elaboram o sentido de suas trajetórias. As memórias, contudo, são a todo tempo elaboradas em função do que se quer tornar visível através de imagens representativas da realidade e dos atores envolvidos nesse enquadramento.

Esse trabalho de construção das imagens é realizado de acordo com os momentos em que devem ser acionados e selecionados os elementos relevantes, uma vez que “a

memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Pollak:1992, 205). Esse caráter conflituoso define quais elementos devem ser acionados e qual o tempo de referência; constrói o lugar e a legitimidade dos grupos políticos que tornam-se suas referências. A memória concretizada em obras e trabalhos infraestruturais é também um forte elo de pertencimento tanto do grupo de políticos como dos não-políticos (empresários). Constrói a visibilidade palpável e indiscutível de seu interesse no lugar e de seus pertencimentos a ele.

A separação, didaticamente necessária, no que se refere ao entendimento das relações sociais, é que situa este estudo no campo das relações políticas numa associação com os lugares sociais de local e global como duas esferas que fazem parte da mesma realidade – as relações sociais – a partir de um conjunto de elementos interligados na elaboração das imagens políticas e de desenvolvimento. Nesse sentido, a preocupação principal não é os partidos políticos, porque essas relações elaboram-se para além da participação dos indivíduos ora em um, ora em outro grupo de representação, mas nas relações em torno dos grupos que representam os interesses de um local e constroem suas trajetórias em função do objetivo de continuamente dar visibilidade aos seus trabalhos de construção das imagens coletivas.

A percepção das relações políticas no processo de desenvolvimento da indústria automobilística no Sul Fluminense, e a reelaboração das relações sociais naquele contexto, aponta para um conjunto de imagens construídas em diferentes momentos, através do trabalho político e empresarial, indicando rupturas e participações que se articulam em diferentes lugares sociais e que se constroem por descontinuidades entre o período que antecede o empreendimento, o processo de escolha do lugar e o contexto atual.

3.1. Relatos políticos: as entrelinhas do dito e do não-dito

Ao me aventurar pelos *discursos políticos* – condição metodológica da pesquisa – uma inquietação não deixou de acompanhar todo o estudo das relações políticas e as políticas de desenvolvimento: como trabalhar com esses discursos e as peculiaridades das informações obtidas nos relatos dos entrevistados. A análise do material requeria confrontar os dados e manter uma postura de autoconsciência para lidar atentamente com as incursões dos discursos para o dito e o não-dito, ou daquilo que poderia ser verbalizado ou permanecer nas entrelinhas.

Alguns relatos são pontuais naquilo que pretendem ressaltar – os feitos e realizações concretas devem ser esclarecidos e detalhados, reforçados na medida em que podem pôr em evidência as iniciativas e desempenhos; ou, então, deliberadamente, não falar sobre assuntos que podem chamar a atenção do pesquisador e conduzir a conversa para assuntos polêmicos ou comprometedores. Estes ficam fora dos discursos, omitidos diante do pesquisador, inclusive qualquer informação sobre seus adversários, seus feitos, a ponto de até mesmo ignorá-los por completo. Essa é uma postura daqueles que figuram uma posição de poder na qual não necessitam de contra-argumentos para pontuar seu *status*.

Em outras circunstâncias, o suspense nos relatos é algo valorizado pelo informante; muitas informações têm seus detalhes subtendidos nas falas, como observa-se nestes trechos: “preste atenção que ele não é tudo isso que fala”, “fez coisas que não disse”, ou, “não poderei falar claramente sobre suas fraquezas”. Sem dar mais esclarecimentos sobre os fatos que pretende manter submersos, o entrevistado deixa subentendido que as entrelinhas daria o tom dos mexericos, da desonestidade, ou mesmo da intriga, tendo que apontar as “qualidades” do outro; por outro lado, há certo perigo em falar dessas “coisas”, dar detalhes tão íntimos do caráter, tanto dos outros como do seu próprio. Porém, momentos antes e/ou

depois, uma vez desligado o gravador e/ou terminada a entrevista gravada, surgem nas falas casos pitorescos, coisas que não deveriam ser faladas sobre a postura dos outros e de sua própria atitude, mas lembradas pelo entrevistado como quem não quer lembrar esses fatos, não quer falar disso, não deve entrar por essas questões “menores”, “mesquinhas”. A estas o pesquisador não deverá se ater diante da quantidade de informações obtidas ou categoricamente comentadas, a fim de que estas sejam pontuais e lembradas.

Se por um lado esses detalhes devem esclarecer sobre suas condutas, por outro, eles também podem se perder nas fontes observáveis e comprováveis. Então, por que falar de detalhes tão pessoais e impalpáveis? Uma postura característica da *relação* com o pesquisador e do acesso às informações prestadas tem como pressuposto para o informante selecionar e ocultar; firmar uma postura que pretende manter diante do pesquisador. Afinal, o entrevistado está numa condição de observado e que pode ser analisado por seus deslizes mais minuciosos.

A observação faz parte do olhar do pesquisador, que está sempre em busca de qualquer detalhe que o faça entender a lógica das relações sociais. Às vezes, fica difícil discernir entre fatos verídicos e mexericos, no entanto, esse material basicamente pontuado em suas anotações, fornece uma riqueza de detalhes que são valiosas para suas análises posteriores. Contudo, o pesquisador deverá também obedecer critérios éticos ao lidar com o material recolhido, e instrumentalizar-se dos cuidados necessários para essa tarefa; muitos trechos dos relatos e das anotações não podem ser mencionados, sob a condição de expor cruelmente seus entrevistados. Alguns dados não podem ser mencionados pelo pesquisador, utilizando-se para isso dos parênteses e das reticências, pois acarretaria no inconveniente de expor homens públicos de forma pejorativa e desonesta. A relação entrevistado-pesquisador está fortemente pautada na *confiança*, uma vez que nesse momento não há um controle absoluto e racionalmente estratégico daquilo que deverá ser dito – tanto o entrevistado quanto o pesquisador podem transgredir as fronteiras do eticamente aceitável.

Ter acesso aos informantes não significa simplesmente saber onde encontrá-los, conseguir agendar uma entrevista ou obter o maior número de informações possíveis que possam confirmar uma tese aprioristicamente formulada. Diz respeito, especialmente, a como chegar até eles, informá-los das intenções como pesquisador, embora nem sempre essa postura corresponda a abrir literalmente todas as intenções pessoais do pesquisador. Vigiar os interesses imediatistas e, diante da busca das informações que possivelmente serão obtidas, tomar os cuidados com inconveniências circunstanciais para não faltar ao respeito requerido.

Como parâmetro para tal postura, deve-se ter em mente que o informante possui uma *história de vida* imensamente mais rica e mais significativa do que todas as informações circunstanciais do momento da entrevista. Ele é o *informante* somente naquelas circunstâncias em que se encontra diante do pesquisador, portanto, ocupa *posições sociais* que superam o delimitado momento no qual o pesquisador encontra-se diante dele. Assim, o pesquisador busca cercar-se das informações que o oriente conforme o objetivo da entrevista.

No caso estudado, a preocupação pontuou-se em como ter acesso ao informante, uma vez que dependendo de como o pesquisador se apresente, o entrevistado mostrará maior ou menor interesse em dar a atenção devida – esta avaliação é coerente com a visão que o entrevistado cria a respeito do pesquisador, de acordo com o grau de importância do tema, de sua maturidade intelectual e mesmo do tempo que deverá dedicar a ele. É preciso destacar que trata-se de pessoas com prestígio reconhecido, com disponibilidade de tempo reduzida, e além de todos esses fatores, por vezes, o entrevistado pode achar que o tema não é relevante, ou muito delicado para tratar com um pesquisador com o qual tivera apenas um contato. Portanto, todo cuidado deve ser tomado a fim de não se exporem de forma indevida.

4. Estrutura da tese: articulando trajetórias.

O presente estudo que tem como viés entender as participações de representantes políticos e empresariais, no processo de desenvolvimento regional do Sul Fluminense, requereu articular diversas trajetórias de grupos de interesses (políticos e empresarias) no trabalho de construir as imagens condizentes ao objetivo de inclusão de seus locais de atuação no mapa de desenvolvimento regional.

Uma vez que essas trajetórias são caracterizadas por constituir uma rede de relações bastante complexa, que pressupõem relações políticas, relações empresariais, a idéia de parceria, amizade e relações pessoalizadas, como também a própria estrutura da tese, expressam as simetrias e assimetrias que articulam as diversas trajetórias em estudo.

O primeiro capítulo busca entender a relação existente entre a distribuição dos investimentos externos diretos no setor automobilístico, a criação de infraestrutura material e a atuação de determinados partidos ou dos aliados políticos nas esferas federal, estadual e municipal, como contrapartida de inclusão de seus “locais” de atuação, como representantes públicos, no mapa do desenvolvimento nacional e de dinamização da economia. Estudam-se os aspectos das rivalidades entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo em relação à busca do equilíbrio político-administrativo e de visibilidade política e econômica articulados pelos governos estaduais. Dedicam-se também a entender os dispositivos políticos que permeiam as disputas entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo configuradas pelas disputas fiscais entre os dois estados. Faz-se referência ao Seminário “O novo modelo de desenvolvimento da região das Agulhas Negras” por entender que esse evento é representativo das relações políticas e empresariais responsáveis pelo desenvolvimento no Sul Fluminense.

O segundo capítulo resgata as trajetórias dos atores políticos e empresariais envolvidos na conquista das fábricas Volkswagen e PSA Peugeot-Citröen, através da *parceria* entre esferas pública e privada como pressuposto para construir localmente as condições infra-estruturais condizentes com a imagem de desenvolvimento. O intuito da análise é perceber como os poderes locais se articulam em função de criar as condições mencionadas através de redes de relações políticas e pessoais que se estabelecem localmente.

O terceiro capítulo resgata o trabalho de criar a visibilidade político-administrativa pela via do poder público e as disputas locais pela construção do lugar geográfico. A análise permite entender como o acesso à estrutura político-administrativa configura as condições ideais ao projeto de desenvolvimento local. Dedicase em perceber a configuração desses poderes locais potencializados pelas relações políticas, relações de família e relações pessoalizadas.

O quarto capítulo resgata fatos históricos e a trajetória política da oposição no objetivo de perceber como as práticas políticas de determinados grupos de interesses se estruturam em detrimento do trabalho político de oposição, estabelecendo-se como poder hegemônico.

CAPÍTULO 1

INVESTIMENTOS MULTINACIONAIS EM REGIÕES BRASILEIRAS:

Relações políticas e Redistribuição da economia

No presente capítulo, faz-se uma análise da relação existente entre a distribuição dos investimentos externos diretos no setor automobilístico, da criação de infraestrutura material e da atuação de determinados partidos ou dos aliados políticos nas esferas federal, estadual e municipal, como contrapartida de inclusão de seus “locais” de atuação como representantes públicos no mapa do desenvolvimento nacional e de dinamização da economia.

A implementação da indústria automobilística no Brasil implica num processo bastante complexo de negociações e disputas pela modernização do parque industrial⁵, e acirradas lutas políticas entre os estados pela conquista de investimentos multinacionais. De modo que mostra os conflitos fiscais e políticos relacionados à política nacional, regional e local, e alude ao antigo ideal de desenvolvimento fortemente atrelado à positividade da presença da indústria automobilística para o desenvolvimento.

⁵ A indústria automobilística exerceu desde o início forte atração para a política de desenvolvimento do país e passou por um processo no mínimo complicado e tortuoso para que despertasse o interesse das corporações transnacionais. As negociações pela implementação dessa indústria, que se intensificaram desde a década de 50, demonstram o esforço despendido pelo Estado brasileiro em modernizar o país, mesmo que suas condições econômicas e de política produtiva não condissessem com as exigências dos investidores. (Ver a respeito das negociações políticas, dos entraves econômicos e dos acordos, as análises de Helen Shapiro, Tullo Vigevani e João Paulo Cândia Veiga, Marco Aurélio Bedê, Glauco Arbix na coletânea “De JK a FHC, a reinvenção dos carros, 1997). Fases de sucesso e de crise acompanharam o desenrolar da história da indústria automobilística, e o desenvolvimento do setor foi perseguido e conquistado pela intensa presença do Estado nas negociações, através do estabelecimento de acordos setoriais. De uma produção que até início dos anos 70 destinava-se principalmente ao mercado interno, o país começou a apresentar preocupações com a internacionalização dessa indústria e a buscar meios para expandir-se. Objetivo que se efetiva nos anos 90 com a integração comercial e produtiva entre Brasil e Argentina – o mercado comum do Cone Sul - Mercosul – representando a inserção da indústria automobilística regional no circuito internacional (Vigevani e Veiga, 1997; Bedê, 1997). (Pereira, 2002, p. 24-25)

Com relação à década de 90, marcada pela redistribuição da indústria automobilística⁶, deve-se considerar a relação que o processo de reespecialização⁷ dessa indústria mantém com as relações políticas, e a atuação de determinados partidos nos estados brasileiros, através dos representantes políticos conhecidos pela mídia, e analisando seus vínculos de atuação pela rede de relações que estabelecem ao longo de sua atuação como representantes legítimos dos interesses coletivos.

Por outro lado, deve-se igualmente considerar as realizações (obras infra-estruturais, empresas que conseguem atrair etc.), através do exercício da política, como sendo recursos que promovem esses políticos como tais representantes e servem aos seus interesses de manter uma “imagem” capaz de construir suas trajetórias pessoais e políticas, visando ascender a cargos cada vez mais visíveis em termos “de poder representar os interesses coletivos”. Com isso, cria-se uma visibilidade a esses representantes políticos, permitindo a eles, tanto nas relações políticas quanto sociais, alavancar posições de prestígio político numa seqüência responsável por sua manutenção em determinados “lugares” da conjuntura política nacional, regional e municipal. Uma trajetória que permite, por vezes, adquirir espaço na

⁶ No começo dos anos 90, o cenário nacional foi marcado pela política econômica de abertura do mercado, de forma que a indústria brasileira, exposta à concorrência internacional, entrou numa nova fase de modernização, com ênfase na informatização e no enxugamento organizacional. A indústria automobilística brasileira se viu coagida a inserir-se nas mudanças organizacionais para concorrer com produtos estrangeiros, apontando para um processo de horizontalização da produção na medida em que se processava a hierarquização dos fornecedores (Gitahy e Bresciani, 1997). (Pereira, 2002, p. 22) A política automotiva nos anos 90 recebeu atenção especial do governo brasileiro, visando superar pelo diálogo entre governo e indústria a fase de estagnação que se instaurou durante a década de 80. A crise recessiva da economia brasileira que se instaurou entre 1981 e 1984, foi responsável pela formação de uma postura expansiva por parte da indústria automobilística que se viu obrigada a buscar novos mercados de exportação. A relação existente entre a recessão econômica e as primeiras tentativas de intercâmbio de produtos entre empresas, torna patente nessa prática uma alternativa de driblar a fase de crise, na qual mais uma vez o Estado brasileiro esteve mediando a política de desenvolvimento pela taxas cambiais. Nesse sentido, foram implementados acordos automotivos como forma de incentivo para expansão do mercado interno, criação de novos investimentos, crescimento da produção e melhorias das condições competitivas internacionais. (Pereira, 2002, p. 25)

⁷ Numa perspectiva ampla, o movimento desses investimentos em direção a áreas sem tradição no setor automobilístico é explicado, em parte, pela reestruturação da cadeia automotiva brasileira. Na década de 90, esse processo prescreve uma reordenação do setor em direção a novos espaços produtivos, num movimento de “re-especialização dos novos investimentos e das novas fábricas”. (Gitahy e Bresciani, 1998; Abreu e Ramalho, 2000, apud Pereira, 2002, p. 39).

política e, ao mesmo tempo, criar uma “imagem” dessa trajetória como legítimos representantes dos interesses coletivos.

Nesse sentido, para entender as diversas posições que definem a trajetória dos políticos e a participação dos estados e municípios no processo de desenvolvimento do país, faz-se uma análise no nível do espaço político do Brasil como um todo, e particularmente do Sudeste em seu conjunto, detalhando a atuação dos representantes políticos nas esferas dos municípios, e como estes passam a fazer parte do mapa de desenvolvimento do país. Elege-se para tal comparação a análise do período político de 1994 a 2002, governo FHC. Esse intervalo de tempo compreende o período de efetivação das fábricas **Volkswagen** (1996) e **Peugeot-Citröen** (2001), respectivamente em **Resende** e **Porto Real**.

Segundo Santos (2006), no período FHC, houve um “quadro favorável para a atração de investimentos externos diretos, assim como para a implementação de investimentos públicos em infraestrutura, em meados da década de 90”. Para ele, “[de] fato, essa conjuntura favorável significou a alavancagem inicial de um processo de redinamização econômica que assegurou a permanência do Rio de Janeiro como a segunda economia do país”, com um resultado sob o qual avalia que “parece que o maior mérito dessa configuração política deu-se em relação à interiorização do desenvolvimento” (p.84, 86). O autor refere-se à “articulação de uma estratégia política que coadunava interesses do governo federal, estadual e dos micropoderes regionais - com ênfase no papel das elites políticas e empresariais de Resende e posteriormente, Porto Real” (p.85).

Esse discurso das relações políticas nas várias esferas da divisão político-administrativa do país em governo federal, estados, e municípios, revela algo bastante interessante, quando se avalia as relações políticas que podem direcionar a “redinamização econômica” do país. Considerando que na política econômica, as relações políticas têm um lugar privilegiado no redimensionamento da economia, e ainda levando em conta seus aliados

políticos e relações pessoais, que mantêm na esfera da política, faz-se necessária uma explicação mais detalhada de como redistribuir os investimentos pelo país.

O mapa de desenvolvimento do país⁸ é então construído através das relações e atuações políticas de alguns representantes posicionados estrategicamente em determinados “lugares”, que são eleitos e promovidos como lugares de desenvolvimento e de dinamização da economia do país. As relações estabelecidas nas várias esferas de governo do país mostram, contudo, que essas forças dinâmicas referidas por FHC, devem, na verdade, ser forças aliadas ao governo, de modo que numa rede de relações, as regiões onde governam determinados políticos apresentem progresso e sua ascensão/visibilidade política permita com que esses políticos ganhem representatividade em seus locais de atuação.

Mas o próprio FHC faz a pergunta crucial: para onde vão essas indústrias?

(...) Me lembro, como se fosse hoje, o diretor mundial da Volkswagen, que veio aqui, era um espanhol, e ele tentando me mostrar o que ia ser feito, que era o sistema *just in time*, quer dizer que colocamos uma série de fábricas de autopeças perto, de tal maneira que fosse quase que uma continuidade da linha de produção, e eu vi nascer essa fábrica, e eu vim aqui pra inauguração dessa fábrica. E este mesmo processo se expandiu por Minas Gerais, onde Juiz de Fora (teve) a fábrica da Mercedes; pelo Paraná, onde (foi instalada) a fábrica da Renault; pelo Rio Grande do Sul, onde (instalou-se) a fábrica da GM; por Goiás, onde (inaugurou-se) a fábrica da Toyota; pela Bahia, onde (instalou-se) a fábrica da Ford. **Quer dizer, entrei na presidência quando tudo estava concentrado numa só região, deixei a**

⁸ Verificar quadro da distribuição automobilística nos estados e municípios e os representantes políticos do mapa de desenvolvimento do país em anexo.

presidência, com o setor automotivo e tudo que vem junto espalhado pelo Brasil. Mas espalhado onde? Espalhado onde as forças locais têm força suficiente e capacidade para levar adiante um processo dinâmico, como é o processo de uma (...) (aplausos). Eu dizia, portanto, que o investimento só vai quando percebe que há forças locais com dinamismo suficiente para colher e para que possa frutificar. Portanto, não se trata apenas do governo estadual e do governo federal perceberem que havia necessidade de criar condições, com um certo dinamismo, e de buscar investimento nacional e estrangeiro, não quer dizer que não seja necessário ter isso no local, existe também essa compreensão de se ter uma força dinâmica que permita este crescimento.

(Seminário, FHC, 2004)

A redistribuição da indústria automobilística no período de 1995 a 2002, governo FHC, deve considerar a relação que essa reespecialização da indústria automobilística tem com as relações políticas, considerando o Sudeste do Brasil mais detalhadamente e o espaço político do Brasil como um todo às vezes mencionado pelo ex-presidente FHC em seus discursos. Analisando o quadro da redistribuição da indústria automobilística nesse período, tem-se uma visão geral de como esse fato ocorre na década de 90, que passa a refazer o mapa de distribuição da indústria automobilística no país.

A indústria de veículos e máquinas agrícolas no Brasil

Ano	Empresa	Cidade – UF
1930	General Motors	São Caetano do Sul – SP
1953	Ford Volkswagen	São Paulo – SP São Paulo – SP
1954	Caterpillar	São Paulo – SP
1956	DaimlerChrysler (Mercedes-Benz)	São Bernardo do Campo – SP
1957	Scania Volkswagen	São Paulo – SP São Bernardo do Campo – SP
1959	General Motors Karmann-Ghia Toyota	São José dos Campos – SP São Bernardo do Campo – SP São Paulo – SP
1960	Valtra Ford – tratores	Mogi das Cruzes – SP São Bernardo do Campo – SP
1961	Massey Ferguson	São Paulo – SP
1962	Scania Toyota	São Bernardo do Campo – SP São Bernardo do Campo – SP
1964	Agrale – tratores	Caxias do Sul – RS
1965	SLC	Horizontina – RS
1967	Ford	São Bernardo do Campo – SP
1970	Volkswagen	Taubaté – SP
1975	Ford Komatsu CNH - Case, New Holland CNH - Case, New Holland (a New Holland sucedeu em 2005 a Fiatallis, 1950)	Taubaté – SP Suzano – SP Curitiba – PR Contagem – MG
1976	Caterpillar (vinda de São Paulo) Fiat Volkswagen	Piracicaba – SP Betim – MG Taubaté – SP

Cronologia das empresas associadas à Anfavea		
Ano	Empresa	Cidade – UF
1995	Volvo	Pederneiras – SP
1996	Volkswagen Caminhões e Ônibus	Resende – RJ
1997	Honda	Sumaré – SP
1998	International Mitsubishi Toyota	Caxias do Sul – RS Catalão – GO Indaiatuba – SP
1999	DaimlerChrysler Land Rover Renault Volkswagen-Audi John Deere CNH Case	Juiz de Fora – MG São Bernardo do Campo – SP São José dos Pinhais – PR São José dos Pinhais – PR Catalão – GO Piracicaba – SP
2000	Iveco-Fiat General Motors	Sete Lagoas – MG Gravatá – RS
2001	Ford Peugeot Citroën	Camaçari – BA Porto Real – RJ
2002	Nissan	São José dos Pinhais – PR
2006	John Deere- conclusão das obras - 2º semestre	Montenegro – RS

Notas:

1. Ford São Paulo desativada.
2. Volkswagen São Paulo desativada.
3. Toyota São Bernardo do Campo produz hoje Autopeças.
4. Ford tratores hoje é CNH New Holland, e a fábrica de São Bernardo do Campo foi transferida para Curitiba.
5. A unidade industrial da Massey Ferguson em São Paulo foi desativada, e hoje está em Canoas (AGCO).
6. A SLC foi adquirida pela John Deere.
7. A CNH Case de Sorocaba foi desativada.
8. A International atua hoje exclusivamente para mercados externos.
9. A produção da Land Rover foi desativada em dezembro de 2005.
10. A John Deere instalará em Montenegro sua linha de tratores.

(Fonte) *Cinqüentenário da Indústria Automobilística Brasileira - 50 anos*, Anfavea, 1997. P.15.

Considerando o cinqüentenário divulgado pela Anfavea, percebemos que no período de **1930 a 1976**, as unidades fabris da indústria automobilística localizadas no estado de São Paulo correspondiam a 70,6% do total das indústrias. No período de **1995 a 2002**, São Paulo possuía 29,4% das novas indústrias (cinco unidades fabris), e o restante num número de 12 unidades fabris estão localizadas nos seguintes estados: **PR(3), RS(2), GO(2), RJ(2), MG(2), BA(1)**. Evidentemente, a partir de 1995, há uma redistribuição da indústria automobilística, na qual novas unidades fabris dirigem-se para outros estados sem tradição no setor. Depois da inauguração da Nissan-PR em 2002, aparece apenas a indústria Jonh Deere - RS em 2006.

1.1. Rivalidades entre Rio de Janeiro e São Paulo: reavivando antigos dissensos

No que se refere à indústria automobilística, e de desenvolvimento regional, o modelo nacional de tradição esteve localizado na imagem do estado de São Paulo. A rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo fora sempre pontuada tanto em termos econômicos quanto políticos. A situação que se colocara na década de 90 rememora episódios bastante anteriores sobre a disputa entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e aciona eventos passados referentes à economia e à política entre os dois estados. Esses fatos conjugam fatores que nos permitem pensar a posição privilegiada referida ao trabalho do governo FHC, e como os interesses políticos a favor do Rio de Janeiro têm antecedentes que ajudam a esclarecer como os eventos vão se coadunando por uma política de desenvolvimento favorável ao estado e às articulações políticas necessárias e reavaliadas/revitalizadas, a partir do objetivo de implantação da indústria automobilística no estado.

A crise pela qual passou o estado do Rio de Janeiro, desde a década de 60, quando a capital federal mudou, no Governo Juscelino Kubitschek, deste estado para Brasília; A conseqüente sensação de esvaziamento em termos de desenvolvimento e interesse político teriam pesado num processo que levou 30 anos. Enquanto São Paulo obteve nesse período investimentos suntuosos no setor automobilístico, dada a importância desse tipo de indústria como motora de desenvolvimento do estado, o Rio de Janeiro passou por um período de estagnação econômica, e, então, buscou na política apoio a fim de restaurar sua força política que havia tomado outras direções⁹.

⁹ Nos anos 50, a economia brasileira foi marcada pelas medidas políticas no sentido de reduzir a importação de automóveis, levando, em 1953, à proibição da importação de veículos montados. Foram fatores importantes para o governo estabelecer tal pressão, a preocupação que inicialmente esteve voltada para o balanço de pagamentos e o fato do mercado brasileiro possuir a marca de maior mercado da América Latina, respondendo por 25% dos 2,7 milhões de veículos em circulação em 1955. Esse era o cenário doméstico quando da instituição em 1956 do plano automotivo brasileiro no governo Juscelino Kubitschek. Com o “procedimento básico” de “fechar efetivamente o mercado para a importação através da fixação da taxa de câmbio e do racionamento cambial para produtos automotivos”, o plano foi supervisionado pelo Grupo Executivo para a Indústria Automotiva - GEIA, que se tornou a “principal inovação institucional do Plano de Metas de Kubitschek, um programa de

Vemos que essa rivalidade entre Rio e São Paulo perpassa um histórico conhecido pelos atores políticos do desenvolvimento, que buscou compensar ou atualizar uma antiga questão entre os dois estados. Assim, o governo FHC ganhou visibilidade e legitimidade como autor e facilitador do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, através das relações políticas que se estabeleceram em benefício de tornar real um antigo projeto desenvolvimentista do estado em contraponto ao estado de São Paulo. O processo de industrialização do Rio de Janeiro acionara avaliações meticolosas sobre o desenvolvimento do estado, como mostra a matéria especial publicada no jornal O Globo, em março de 2005, quando esse impasse ganha a seguinte dimensão: “**A crise dos 30**”, uma avaliação cronológica dos impasses que o estado sofrera pela busca de desenvolvimento e de resgate da importância política.

A primeira polêmica sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro envolvia a fusão entre o estado do Rio com a Guanabara, feita, em 1975, pelos militares, e que teve como símbolo a construção da Ponte Rio-Niterói, uma tentativa de integralização do desenvolvimento. As polêmicas envolvendo a fusão têm várias versões e motivações segundo os estudiosos. Algumas defesas foram postuladas na orientação burocrático-administrativa, como formula o professor de História da UFF, Hélio Evangelista: “– O parâmetro que orientou a decisão foi tecnicista, burocrático-administrativo. Uma visão que concebia cada ente da federação como peças a serem arrumadas para alcançar uma otimização econômica.” (O Globo, 13 de março de 2005, p. 8)

industrialização patrocinado pelo Estado, no qual o setor automotivo ocupava posição de destaque” (Shapiro, 1997: 32, *apud* Pereira, 2002). Durante a década de 60, a indústria automobilística brasileira enfrentou dificuldades em função de uma demanda reprimida frente ao excesso da capacidade produtiva e devido às descontinuidades técnicas. A produção automotiva deu-se com investimento em etapas discretas, tais como fábricas de motores ou estamparias, com altas economias de escala. Já a segunda metade da década foi marcada pelas fusões entre empresas, com um processo de desnacionalização da indústria de veículos motores até que o recém-estruturado setor conduziu ao chamado milagre de 1968 a 1973, crescendo a taxas de 20% ao ano, período em que o controle de preços passou a ser um instrumento utilizado pelos militares (Shapiro, 1997:63-65, *apud* Pereira, 2002).

A divisão que se encontrava entre o estado da Guanabara e o Rio de Janeiro parecia um fator de dificuldade para o desenvolvimento. Assim, em 1974, quando o general Ernesto Geisel assume a presidência da república e Golbery do Couto Silva seu ministro-chefe do Gabinete Civil, a preocupação com o “predomínio de São Paulo no conjunto federativo” passa a incitar um projeto que pudesse reverter esse quadro. Este projeto ganha força dentro do propósito dos militares – “o tema da reorganização estratégica”, que se tratava de dar efetividade numa política de desenvolvimento que priorizasse acabar com o favoritismo de São Paulo. “A questão geoeconômica dava o tom do discurso dos militares. Com a fusão, Geisel imaginava utilizar as grandes áreas livres no Estado do Rio – escassas na Guanabara – para criar um parque industrial poderoso, capaz de rivalizar com o de São Paulo.” (O Globo, 13 de março de 2005, p.2).

A motivação econômica esteve pautada em números desanimadores para o estado do Rio de Janeiro e ganhou adeptos dentro do propósito de revitalizar a economia do estado em um processo que se agravava:

A dupla teve o apoio de uma oposição pouco voltada para os interesses locais. Além disso, a Federação das indústrias da Guanabara (Fiega) era, desde 50, a favor da fusão, por causa da queda da participação da Guanabara na produção industrial do país. Em 1940, a Guanabara tinha 21,7% da produção e, em 1970, esse índice não passava de 9,3%. O Estado do Rio crescia em ritmo lento: de 4,1%, em 40, para 7,4%, em 70. Já São Paulo passou de uma participação de 38,2%, em 40, para 55,9, em 70. (O Globo, 13 de março de 2005, p.2)

A aposta no parque industrial metal-mecânico

Em 1975, o plano para o novo estado era de que ele se sustentasse num tripé. No Sul, um forte parque industrial metal-mecânico foi alavancado pela Companhia Siderúrgica Nacional e pelo Porto de Sepetiba. Na Região Metropolitana, um pólo de indústrias de transformação foi fortalecido por um complexo petroquímico; No Norte, uma forte agroindústria baseada na cana-de-açúcar, na pecuária e na extração de sal. (O Globo, 13 de março de 2005, p.3)

Do ponto de vista político, a polêmica da fusão é permeada de eventos e dissensos importantes¹⁰. Um desses impasses formula que a motivação política da fusão seria a desarticulação do MDB: “Mas os críticos observam, entretanto, que a oposição tinha suas bases fincadas na Guanabara pela débil e solitária resistência do MDB. – Havia uma determinação política de acabar com a singularidade do Rio, que assumiu a liderança da resistência democrática – diz a cientista política Lúcia Hipólito.” (O Globo, 13 de março de 2005, p.2)

1.2 O mapa de desenvolvimento regional do Rio de Janeiro: em busca do equilíbrio político-administrativo

A mesma matéria dá enfoque aos lugares críticos em termos de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, demonstrando que a tão esperada integração não obteve o resultado pretendido:

¹⁰ A polêmica conta também com movimentos empenhados em desfazer a fusão, o que não ocorreria. “... Na apreciação sumária nº 01/74, de 5 de maio de 1974, o SNI informava ao presidente que o MDB considerava irreversível a fusão e já estava trabalhando para formar uma bancada forte. De acordo com o serviço de informações, o MDB, em 74, tinha 30 das 44 cadeiras da Assembléia da Guanabara, mas sua representação no estado do Rio era menor do que a da Arena (17 das 42 vagas).” (O Globo, 13 de março de 2005, p.8)

No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estipulado pela ONU, os quatro últimos municípios estão na região Norte/Noroeste do estado: Laje do Muriaé, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana e Varre-Sai. O contraste com a região do Médio Paraíba é evidente: o eixo Volta Redonda-Barra Mansa-Resende, bastante industrializado, responde por 6,7% do PIB do estado (o segundo maior índice do Rio, depois da Região Metropolitana, segundo dados de 2003). O Médio Paraíba tem ainda estradas que ligam a região com São Paulo e Minas Gerais. O Noroeste responde por apenas 0,67% (o pior índice). (O Globo, 13 de março de 2005, p.5)

O governo Anthony Garotinho, eleito em 1998 pelo PDT, declarava sua intenção de “ser o governador da fusão”. Posteriormente, com Rosinha Garotinho, houve uma pretensão de governar em função da fusão, mas ocorrera o fortalecimento do interior em detrimento da capital. “O casal investiu na agricultura e em estradas, mesmo sob a acusação de beneficiar aliados políticos. Os dois governos, no entanto, ficaram marcados pelos programas assistencialistas, a chamada política do um real.” (O Globo, 13 de março de 2005, p.9)

Jornal O GLOBO, caderno FUSÃO 30 ANOS, 13 de Março de 2005, p.9.



A governadora Rosinha Garotinho, eleita em 2002 pelo PSB, deu continuidade ao governo Anthony Garotinho e assumia seus atributos para governar o estado:

Eu conheço o estado, conheço como arrecada, como gasta, conheço as necessidades da população, e a prova disso é que diante de uma secretaria importante que é a Ação Social, nós pudemos fazer grandes projetos, inovadores, que realmente vieram beneficiar a população. Eu administrei essa secretaria – sou suspeita para falar – com êxito, o resultado está aí. Tem o restaurante popular há R\$1; nós fizemos o Centro Dia do Idoso, que funciona como um tipo de creche, só que para idosos, para eles não perderem o vínculo familiar - a família sai

para trabalhar, deixa o idoso lá durante o dia e volta para buscá-lo no final da tarde. Tem o Cheque-Cidadão, que atende mais de 63 mil famílias, é o maior projeto de renda mínima do Brasil. Tem o hotel popular, que é para a população de rua trabalhadora, que não pode voltar para casa todo os dias, porque a passagem é cara ou porque ao término do seu serviço não tem mais linha de ônibus ou de trem, e dorme pelas ruas. Nós estamos com a opção dela passar a noite a R\$1. Então, são vários programas importantes que nós fizemos e que funcionaram bem. (Diário do Vale On-line, 21.04.2002)

Em sua campanha para o governo do estado do Rio de Janeiro em 2002, ressalta a intenção de ter como meta de governo o desenvolvimento do interior. Foi eleita como sucessora do governo Garotinho, visando parcerias entre esfera pública e privada:

A pré-candidata do PSB ao governo do Estado, Rosinha Garotinho, visitou, na última semana, as cidades do Sul Fluminense. Rosinha lançou sua pré-candidatura em Barra Mansa, e reforçou a intenção de continuar os investimentos no interior, sendo essa uma de suas principais plataformas de campanha. "Nunca se fez tanto pelo interior como se fez no governo Garotinho", falou. Em relação à intenção do PT, que assumiu o governo, de paralisar as obras previstas na administração do ex-governador, Rosinha garantiu retomar todas caso seja eleita, e investir ainda mais. Na administração de Garotinho, a região recebeu do Estado recursos para obras importantes como a recuperação da RJ 155, que liga Barra Mansa a Angra dos Reis, e da

rodovia que liga Amparo a Santa Isabel - ligando o Sul de Minas com o Sul Fluminense, a implantação do Cetep (Centro de Ensino Técnico e Profissionalizantes) de Volta Grande, que já atendeu mais de 16 mil alunos da região, a reforma dos prédios e a implantação de curso supletivo nas escolas estaduais, a reforma do Conjunto Habitacional de Santa Cruz, em Volta Redonda, que está em fase de conclusão, entre outras. (Diário do Vale On-line, 21.04.2002)

Nós vamos colocar o Estado como um órgão articulador para o desenvolvimento econômico. Nós já temos um gancho, que foi dito pela Volkswagen, de que há o interesse de dobrar os investimentos que já foram feitos aqui na região. Não estivemos com eles ainda, depois que saímos do governo, mas vou voltar a reiterar que no meu governo eles terão os incentivos para que possam ampliar sua fábrica, quando deixarão de fazer 100 caminhões para 200 caminhões. Isso vai gerar mais empregos, e isso quer dizer também uma parte do desenvolvimento a mais para essa região - 1 bilhão de investimentos a mais. Nós temos, aqui próximo, os estaleiros que foram reabertos agora com incentivo do governador Garotinho. Nós temos que continuar com essa política para que os estaleiros continuem a gerar empregos. Enfim, nós temos em mente a política de desenvolvimento. Eu creio que nesse seminário que nós vamos fazer agora, muitas sugestões vão surgir, com participação dos setores organizados da sociedade. Porque a minha candidatura representa continuar o governo do Garotinho. (Diário do Vale On-line, 21.04.2002)

Os dois governos foram então marcados pelo desenvolvimento do interior do estado em detrimento da capital, que enfrentava os mesmos problemas em lidar com o desenvolvimento. Numa avaliação do projeto da fusão e a nova conjuntura na qual se encontra 30 anos depois, a matéria explicita:

Trinta anos depois da fusão, somente a industrialização do Sul começou a tomar forma com a instalação de um ainda pequeno parque automotivo. Mesmo assim, só agora o Porto de Sepetiba começa a receber projetos. Trinta anos atrasados também está o pólo petroquímico, que virou pólo gás químico, de Duque de Caxias. As obras só começaram neste século e as primeiras empresas começaram a planejar a montagem de suas fábricas. A Região Metropolitana, onde ainda se concentra a maioria dos moradores, hoje tem sua economia basicamente voltada para os serviços. Dos R\$ 191,7 bilhões do PIB estadual, R\$ 110,8 bilhões são gerados pelo comércio, pela construção civil, pela prestação de serviços e pelo governo – entre outros itens que compõem a economia de serviços da região. (O Globo, 13 de março de 2005, p.3)

Desenvolvimento Movido a Petróleo

Plataforma na Bacia de Campos: a dependência dos *royalties* do petróleo já preocupa especialistas.

Hoje, o petróleo é responsável direto pelo crescimento do estado. Segundo o ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Sérgio Quintella, sem o ouro negro, o PIB do Rio de Janeiro estaria

caindo desde a metade da década passada. Sozinha, a extração de petróleo e gás foi responsável por R\$ 34 bilhões dos R\$ 220 bilhões gerados no estado, em 2003. Os governos municipal e estadual, que recebem parte do dinheiro da produção do petróleo por meio de *royalties*, estão cada vez mais dependentes destes recursos. De 1996 a 2003, a arrecadação de ICMS caiu. Em compensação, o volume de *royalties* cresce numa proporção estratosférica: de R\$ 65 milhões em 1996 para R\$ 2,9 bilhões em 2003, o equivalente a 11,7% da receita estadual. (O Globo, 13 de março de 2005, p.3)

1.3. A escolha de Resende e o apoio e relações entre Governo Federal e o Estadual

O caso em estudo que tem como referência as fábricas Volkswagen de caminhões e ônibus de Resende (RJ)¹¹ e a PSA Peugeot-Citröen¹², no Sul Fluminense, não foge à regra da participação e apoio do Estado pela atração de investimentos multinacionais, envolvendo concomitantemente as disputas entre alguns estados brasileiros pelo ideal de desenvolvimento, fortemente alimentado pela positividade referida à presença da indústria automobilística.

¹¹ A Volkswagen foi a primeira fábrica a ser instalada no Sul Fluminense. Inaugurada em 1996, é apontada como novidade no que se refere ao modelo de organização da produção por integrar os fornecedores na linha de montagem – o Consórcio Modular. Sob esse novo conceito de produção, a Volkswagen define suas relações com as demais empresas envolvidas no processo produtivo em termos de fornecedoras, parceiras e terceiras, configurando um “novo espaço industrial”, no qual as empresas partilham responsabilidades, custos, investimentos e riscos, numa “cadeia de produção” mobilizada pela concorrência no mercado globalizado. Sua particularidade está referida à transferência do processamento das integrações de componentes para outras empresas, focalizando sua operação basicamente na gestão e controle das atividades de montagem, controle e execução de projetos de produtos e processos (Arbix e Zilbovicius, 1997; Gitahy e Besciani, 1998; Abreu, B. e Ramalho. J.R, 2000, apud Pereira, 2002, p. 1-2).

¹² A PSA Peugeot-Citröen inaugurada, em 2001, no município de Porto Real, beneficiou-se das relações e negociações estabelecidas com a chegada da Volkswagen. Teve como novidade o fato de trazer juntamente com a montadora todo o aparato das indústrias fornecedoras para o município. Localizado no Médio Paraíba, Porto Real encontra-se no extremo Oeste do estado, limitando-se ao Norte, Sul e Oeste com Resende e a Leste com Barra Mansa e Quatis.

A escolha de Resende-RJ contou, no âmbito nacional, com o apoio do então presidente FHC, que havia feito promessa política de priorizar o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Demonstra a importância das alianças políticas estaduais e nacionais que se tornam eficazes na construção do mapa de desenvolvimento do país, em que cada região busca isoladamente tornar-se um modelo. Reflete que o ideal de Estado empreendedor pressupõe relações políticas que se coadunam em benefício de algumas regiões.

Referência à política nacional pode ser feita através do então presidente da república FHC, embora não se resuma a ela, que já havia feito promessa política de priorizar o desenvolvimento do estado do Rio, segundo matéria da Folha de São Paulo:

A opção da Volkswagen pela cidade de Resende (161 Km ao sul do Rio) para instalar sua fábrica de caminhões e ônibus teve influência política. Pesou na decisão um apelo feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à direção da empresa. O anúncio oficial será feito amanhã à tarde, no Rio. Pela manhã, a direção da Volkswagen será recebida por FHC, em Brasília. A ida da empresa para o Rio era um compromisso eleitoral de FHC. O Rio é o farol do Brasil, dizia FHC, na campanha, prometendo ajudar a reerguer a economia local. Seu dedo político pesou bem mais que a isenção fiscal de 75% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) dada pelo governo do Rio. (Folha de São Paulo, 09/07/95)

O jornal **O Globo** foi um ator importante na cobertura dos episódios pelo investimento Volkswagen. Segundo a Folha de São Paulo (09/07/95), fazendo referência aos governadores Mário Covas de São Paulo e Marcello Alencar do Rio de Janeiro, “[também]

teve peso importante o discreto *lobby* que o empresário Roberto Marinho, da Rede Globo, exerceu sobre o governo e a Volkswagen. A disputa pela fábrica foi uma guerra tucana, decidida por outro tucano: FHC”.

Tecnologia será a mais avançada do mundo.

Se, por um lado, a nova fábrica da Volkswagen é a que terá o menor número de funcionários da empresa, por outro, ela representa seu projeto mais imponente. Não só pelo tamanho da influência na economia fluminense, mas principalmente por revolucionar os métodos de produção de veículos. Pela primeira vez, nos últimos 80 anos de indústria automobilística no Brasil, os fornecedores entrarão na empresa para montar as cerca de três mil peças que compõem cada caminhão. (...) O projeto é do vice-presidente da empresa José Ignácio Lopez de Arriortua, que trocou um emprego na General Motors pela idéia. (O Globo, 09/07/95).

A disputa considerava claramente as condições infraestruturais para receber um investimento nas dimensões da fábrica da Volkswagen, e os representantes políticos dos interesses do estado do Rio de Janeiro tinham consciência de uma série de ações que deveriam ser tomadas e conciliadas entre as forças políticas nacional, estadual e local. “Quando notou que estava em desvantagem, São Paulo ofereceu um porto privado, na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), na Baixada Santista. O Rio ofereceu dois portos exclusivos: um no Rio, outro em Niterói”. (Folha de São Paulo, 09/07/95)

(...) Se nós não tivéssemos feito o Porto de Sepetiba, teria sido muito mais difícil fazer um pólo aqui em cima na área do Vale do Paraíba, e aqui na área de Resende; teria sido praticamente impossível; e para fazer o Porto de Sepetiba, outra vez foi preciso uma luta muito grande, porque o Porto que concentrava tudo era o Porto de Santos, era o porto do meu estado. Como convencer aos meus (concidadãos) de que o governo federal está criando um porto para concorrer com um porto que já existe? Mas não vêem que é necessário isso os que têm medo da competição, e os que têm medo da competição são os que são incapazes, e quem é capaz não teme a competição, prova que é mais competente e vai adiante (...) (aplausos). Este é o espírito do novo Brasil, é o espírito dos que não têm medo, que temos confiança em nós e no Brasil... (FHC, Seminário, 2004)

O discurso proferido por FHC na inauguração da Volkswagen demonstra ambigüidades entre protecionismos passados e atuais e o compromisso com o desenvolvimento da região:

Este é o novo Brasil. É o Brasil que se lança à competição, porque tem confiança em si mesmo, tem confiança na sua capacidade realizadora. E não precisa dos protecionismos do passado. Precisa, sim, de tecnologia de competência, de fé, e precisa que o governo não atrapalhe, que o governo esteja afinado com os tempos modernos, os novos tempos modernos, que não são mais os do Carlitos. E que o governo seja como é aqui, o governo do Rio de Janeiro, e como nós

nos esforçamos por ser, um governo que esteja afinado com o sentimento do país, com o sentimento da sociedade. Assim, aqui estamos, efetivamente, renovando. (Volkswagen em revista, 199-, p.23)

O reconhecimento pelo empenho do então presidente FHC é enfatizado em momentos, nos quais esteve presente, na região Sul Fluminense e salientado como mérito pela conquista da fábrica.

[No] nível federal foi fundamental o apoio prestado pelo presidente FHC, que no seu período de governo promoveu verdadeira transformação do Brasil, modernizando e permitindo que se inserisse estratégica e favoravelmente no contexto global do sistema de trocas e intercâmbio nesse país entre municípios e entre estados brasileiros. Foi dessa época o início da arrancada para o desenvolvimento de PR, com (crescimento) do pólo metal-mecânico e automobilístico do nosso estado (...). Para essa região, o presidente FHC fez convergir todo o apoio da presidência da república e de seus ministros interessados, liderando diretamente recurso orçamentário e orientando para cá, seja o que fosse, investimentos privados. Assim, deve-se a ele em grande parte a instalação da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen. (Bernardelli, Seminário 2004)

A relação entre o governador do estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, e o presidente FHC, confirma que existia entre eles, além do consenso em interiorizar o

desenvolvimento através da redistribuição das indústrias, uma comunhão das perspectivas políticas que foram importantes para o governo federal pelo apoio recebido do governador. Esse compromisso fica explícito na avaliação de FHC sobre os desafios enfrentados durante seu governo:

O governador Marcello Alencar foi quem melhor compreendeu naquele momento o que nós tínhamos que fazer. O processo de reconstrução do governo no Brasil, da administração pública no Brasil, do Estado brasileiro, era lento e de difícil compreensão. Quando nós dissemos que não era possível mais deixar que os governos do estado tivessem bancos, porque os bancos eram usados para fazer empréstimos aos próprios governos e que depois não os pagava e deixava para a administração sucessiva, isso foi mal compreendido, como se nós estivéssemos querendo privatizar pelo gosto de privatizar e para desorganizar a máquina pública. No meu estado de São Paulo, eu levei dois anos tentando convencer o meu companheiro e governador Mário Covas de que o banco do estado de São Paulo, que tinha sofrido uma intervenção porque estava falido, não deveria voltar às mãos do governo de São Paulo. Marcello Alencar entendeu isso rapidamente e o primeiro passo significativo de reestruturação do governo, da máquina pública aqui no Rio de Janeiro, foi a resolução da questão do Banerj. Não foi fácil, e todos entendiam então, sendo governadores, que era necessário abrir mão da capacidade de endividar o seu estado e jogar na responsabilidade do governo seguinte, e passar a dívida depois para o Banco Central. As

dívidas eram imensas, fizemos a renegociação das dívidas. E tudo isso, Marcello foi um dos que entenderam e tiveram a coragem, de vindo como eu venho também, de um passado muito mais ligado à ação do governo, à ação do estado, à estatização.

As condições proporcionadas pela sintonia entre o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o governador do estado do Rio de Janeiro Marcello Alencar (PSDB) tiveram um papel primordial, no objetivo de buscar estabelecer o tão esperado equilíbrio entre capital e interior, por um projeto de desenvolvimento em benefício do estado que o tirasse da inércia econômica. Para isso, FHC recebera apoio de seus assessores diretos e representantes políticos do estado do Rio de Janeiro, como o secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Ronaldo César Coelho, que faziam a interface entre o governador e o presidente.

O estado do Rio de Janeiro durante os vários governos que se seguiram enfrentou problemas para estabelecer o equilíbrio entre capital e interior, que fora idealizado com a fusão. O governador Marcello Alencar, que obteve o apoio do presidente FHC, também teria seu governo marcado pela comunhão com as iniciativas do governo FHC: “O tucano Marcello Alencar chegou ao poder, em 1995, escorado pelo sucesso do Plano Real. Levou o metrô à Pavuna e a Copacabana. Além disso, implementou o programa de privatizações que, sob crítica de adversários, incluiu o próprio metrô, o Banerj e a antiga Flumitrens, atual Supervia.” (O Globo, 13 de março de 2005, p. 9)

(...) O Rio de Janeiro como estado tem várias áreas que são muito importantes. E pelo menos eu fiz um esforço para ajudar, Marcello foi quem empurrou mesmo. Por exemplo, se não fosse fazer o Porto de Sepetiba, diminuiria muito a possibilidade. Nós fizemos, não foi fácil,

não foi fácil convencer que era necessário fazer o Porto de Sepetiba. Quero dizer também que foram mencionados dois nomes aqui de pessoas, eu vou usar uma palavra também um pouco vulgar, que me azucrinaram pelo Rio, foi o Ronaldo Cezar e o Márcio Fortes, são dois em conjunto difícil de resistir, por que eles azucrinam, ficam ali o dia inteiro: tem que fazer, tem que fazer, tem que fazer (...) inventam coisas, não é verdade? É ele sabe que é assim, eles me azucrinaram pelo RJ também, e eu fui aprendendo, fui aprendendo, por exemplo, que era possível, lá na outra ponta do RJ, depois de Campos tem um pólo agrícola importante (...). Enfim, há muitos pólos no RJ (...). O Rio tem efetivamente muitas condições objetivas de crescimento.

(FHC Seminário 2004, em resposta a Noel de Carvalho)

1.4. Os recursos políticos da disputa fiscal entre Rio de Janeiro e São Paulo

A disputa pela implantação da fábrica considerava diversas outras regiões que estariam igualmente preparadas para receber o empreendimento. A principal rivalidade nesse processo esteve posta entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e envolveu uma acirrada guerra fiscal, disputada passo a passo. Isto se deve ao fato de, segundo as referências de experiência no setor automobilístico, São Paulo, na época, possuir, visivelmente, infraestrutura bem mais definida do que a Região Sul Fluminense, e tradição industrial no setor que superava inconfundivelmente o município de Resende.

Considerando os entremeios da luta travada entre os dois estados, sob a perspectiva da lógica da disputa fiscal, deu-se por postulado que a decisão por Resende deveu-se a uma acirrada guerra fiscal entre os dois estados, na qual a região de Resende

esteve em melhores condições de ofertar através do governo do estado 75% em isenção de ICMS por cinco anos e mais 15 anos de isenção de impostos municipais (IPTU, taxas de água e esgoto e ISS) cedidos pela prefeitura.

No debate sobre as impropriedades desse recurso, a disputa ficaria justificável devido ao consenso na argumentação oficial de que os investimentos externos diretos são uma panacéia para a dinamização das economias locais e para a geração de empregos. Com base no questionamento da concretização das promessas de desenvolvimento, Arbix (2000:17-38) avalia que: “[a] guerra fiscal apresenta-se como um complicador para as regiões e municípios”, já que “[a] disputa inter-regional por IDEs, já direcionados para o Brasil, provoca uma redução dos investimentos privados que passam a ser complementados com recursos públicos que, paradoxalmente, perdem prerrogativas sobre o seu planejamento.

Apontando para uma desigualdade de forças, sinaliza-se para o fortalecimento de alguns estados e para suas participações diferenciadas no desenvolvimento do país. Essa lógica tem se refletido inicialmente através da guerra fiscal que se instaura entre as regiões numa disputa que reforça posições de desigualdade. Nesse sentido, as regiões aparecem como “campo de forças”, no qual há uma “desigual distribuição dos instrumentos de produção” e no qual são mobilizados interesses e capitais (econômicos, políticos, simbólicos) diferenciados (Bourdieu,1989). Nessa troca de forças, algumas regiões podem se tornar vencedoras.

O Brasil é paradigmático dessa relação – as políticas de desenvolvimento econômico são também atuações de grupos políticos que negociam a entrada de investimentos e sua distribuição numa aproximação entre forças políticas e desenvolvimento econômico. A coexistência dessa lógica encontra, por outro lado, justificação e aprovação pela possibilidade de novas oportunidades de trabalho e posteriormente na arrecadação de impostos.

No que se referem às forças políticas, as disputas regionais pela construção de prestígio político junto às camadas populares, através do apoio e influência de parlamentares

apontam, como analisa Bezerra (1999:261), para a importância dos “pleitos” e liberação de verbas federais. Nesse processo, os governos locais representam pontos em disputa, de forma que “o governo federal aparece recortado por distintos e concorrentes interesses locais. A localidade opera, nesse sentido, como um princípio que cria divisões no interior do Estado”.

Nesse contexto, a busca de investimentos multinacionais compreende uma disputa desigual entre as diversas localidades, e conta sobremaneira com as *relações políticas* no nível local (municipal), alianças estaduais e apoio federal, que se tornam cruciais na construção de imagens de desenvolvimento regional. Essas relações políticas não aludem unilateralmente práticas tradicionais, mas, sobretudo, pressupõem diálogos entre as esferas político-administrativas do Estado, e revelam a importância das forças políticas e a lógica de funcionamento da distribuição do desenvolvimento.

Revela, para além do fator econômico, que não se tratou de uma disputa ocasional ou sem precedentes; ela aponta para a utilização de um novo recurso pelo ganho de prestígio político. À parte os embates políticos e a possível tendenciosidade das notícias publicadas durante esse período, uma matéria explicita bem essa idéia: “A luta fiscal se tornou mais aguda porque os investimentos estão escassos no Brasil e os políticos não têm dinheiro para inaugurar pontes e rodovias. Por isso, estão colocando suas faixas nas indústrias que conseguem atrair (...)” (Veja Rio, 26 de Julho, 1995.)

A disputa polêmica dos incentivos fiscais teve cobertura da imprensa, revelando os interesses que envolviam seus estados. O jornal A Folha de São Paulo ressaltou o apoio do presidente da república FHC como um compromisso eleitoral, contabilizou os investimentos para Resende referentes ao projeto, e discutiu a guerra fiscal entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O jornal O Globo destacava a importância da presença da indústria automobilística para a economia do estado do Rio de Janeiro e contabilizava as novas oportunidades de emprego e desenvolvimento.

O secretário paulista discorda da isenção de 75% dada pelo governo do Rio para atrair a fábrica da Volkswagen. ‘Se São Paulo concordasse com essa isenção, haveria uma concorrência desleal com empresas já instaladas’, afirma. Ronaldo Cezar Coelho, secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Rio, discorda de Kapaz. Ele contrataca: ‘São Paulo jamais deixou de ganhar uma fábrica por causa de incentivo fiscal’. (Folha de São Paulo, 09/07/95)

Os pormenores da luta travada entre esses estados puseram em discussão a possibilidade de grandes investimentos, como o da Volkswagen, em que privilégios fiscais assumem altos índices e promovem desenvolvimento regional, uma vez que o retorno tributário é proporcionalmente insignificante nos primeiros anos. No ápice da disputa, São Paulo se posicionou contrário a esse tipo de política e questionou a possibilidade de crescimento econômico, embora tenha sido apontado entre um dos mais efetivos no uso desses recursos: “Ronaldo Cezar Coelho, secretário de Indústria, Comércio e Turismo, diz que usou as mesmas armas que os paulistas sempre usaram. ‘São Paulo sempre foi mestre em isenção fiscal. É bom não dar agora uma de vestal’, diz”. (Folha de São Paulo, 09/07/95)

Na disputa fiscal, o secretário de Indústria e Comércio do Rio, Ronaldo Cezar Coelho, teria sido o responsável por oferecer uma proposta financeira para trazer a nova fábrica da Volkswagen para o estado. Nessa fase da disputa, o apoio do governador do estado foi crucial para viabilizar as iniciativas que seriam tomadas.

A inauguração da fábrica da Volkswagen marca o início de uma nova era industrial no país. O Estado do Rio é um candidato à vanguarda de

um novo modelo da economia – ressaltou o secretário. Segundo Ronaldo, o Estado do Rio está na vanguarda da virada do país em direção à retomada do crescimento econômico. A fábrica da Volks é o pontapé inicial para o desenvolvimento de um pólo metal-mecânico na região, que deverá criar cerca de 20 mil empregos. A Volkswagen representa uma nova Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para o estado. Dentro de dez anos, vamos ter a dimensão da sua importância para o Rio – afirma Ronaldo Cezar Coelho. (O Globo, 1º/11/1995)

Ratificando a importância das relações políticas que se estabeleceram em benefício do estado do Rio de Janeiro, são salientados os aspectos relativos da disputa fiscal. No que diz respeito à disputa fiscal, porém, para os investidores estrangeiros, apenas essa questão não é decisiva como afirma Kohei Denda (presidente da Câmara Japonesa de Comércio), e reforça Werner Ross (presidente da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha), “é uma visão muito curta escolher um local só pelos incentivos”, uma vez que os grandes investimentos industriais emanam para áreas já industrializadas dos grandes centros. (Folha de São Paulo, 23/06/95 fls 1,2)

O posicionamento de outros estados em termos da escolha regional para os investimentos da indústria automobilística mostra as prerrogativas das escolhas de acordo com os interesses políticos locais. Nesse sentido, o governo do Ceará recebeu investimentos totais equivalentes a quase uma Volks de Resende, só que distribuídos entre 42 indústrias de médio e pequeno porte. “Por mais incentivos que o Ceará dê, jamais vai tirar a Volkswagen de São Paulo ou a Peugeot de Santa Catarina, admite o governador cearense Tasso Jereissati (PSDB)”. (Folha de São Paulo, 23/06/95 fls 1,2)

1.5. Seminário “O Novo Modelo de Desenvolvimento da Região das Agulhas Negras”: palco das relações políticas

A referência a esse evento ganha atenção especial durante a pesquisa, uma vez que proporciona o entendimento da eficácia das relações políticas, referidas através dos discursos e avaliações dos políticos e empresários da região, anos mais tarde, depois da chegada das indústrias automobilísticas Volkswagen (1996) e Peugeot-Citröen (2001), por mostrar criteriosamente a importância que obteve no processo de desenvolvimento regional.

Os atores políticos e não-políticos (empresários) partilham espaços físicos e sociais de prestígio no plano de desenvolvimento regional no Sul Fluminense. Nesse sentido, esse evento particular merece destaque por ser o palco político que faz referência a elementos já mencionados anteriormente com o propósito de criar um novo modelo de desenvolvimento regional.

O evento realizado, em 04/07/2004, evocava a comemoração dos nove anos de emancipação de Porto Real – a criação do município foi oficializada em 28 de dezembro de 1995, com a assinatura da Lei nº2.494, pelo então governador do estado do Rio de Janeiro Marcello Alencar, e, em 1996, deu-se sua primeira eleição municipal¹³. Realizado no Ginásio Poliesportivo de Porto Real, mobilizou políticos da região Sul Fluminense (prefeitos e vereadores), Deputados Estaduais e Federais, o ex-presidente FHC, empresários locais, além de uma platéia que assistia às manifestações dos palestrantes.

Esse panorama virtuoso é fruto de planejamento estratégico, de muito trabalho e de parcerias favoráveis, celebrado entre as três esferas do governo municipal, estadual e federal, e da junção dos esforços e

¹³ A data do Seminário era esperada e confirmada pelos representantes políticos mencionados e pelo grupo empresarial de Porto Real, e seria anterior às eleições de 2004, seria realizado, portanto, em outubro desse ano para a administração municipal de 2005 a 2008.

competência do poder público e da iniciativa privada. Em âmbito federal foi fundamental o apoio prestado pelo presidente FHC, que, no seu período de governo, promoveu verdadeira transformação do Brasil, modernizando e permitindo que se inserisse estratégica e favoravelmente no contexto global do sistema de trocas e intercâmbio nesse país entre municípios e entre estados brasileiros. Foi dessa época, o início da arrancada para o desenvolvimento de Porto Real, com (crescimento) do pólo metal-mecânico e automobilístico do nosso estado. Para essa região, o presidente FHC fez convergir todo o apoio da presidência da república e de seus ministros interessados, liderando diretamente recurso orçamentário e orientando para cá, seja o que fosse, investimentos privados. Assim, deve-se a ele em grande parte a instalação da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen.

(Prefeito de Porto Real, Sérgio Bernardelli, Seminário 2004)

À parte a importância de todos os apertos de mãos e simpatias recíprocos, a presença e demanda dos atores, os representantes dos interesses locais desafiam-se e compartilham o pacto de desenvolvimento que continua alimentando suas relações políticas. Nesse sentido, durante o evento, as demandas se reforçam na mesma medida que eram feitas anteriormente. Porém, novas questões aparecem, a história se atualiza nos discursos.

Os discursos falam muito mais das atuações dos profissionais (políticos) e dos não-políticos (empresários). O empresário do Grupo Porto Real Luís Eduardo é, depois de FHC, o mais conclamado dos representantes da comunidade, como também parece reconhecido pelas relações que tem com políticos importantes para a região (participação que será esclarecida quando da participação local no projeto de desenvolvimento). Seu prestígio

parece atrelado a essas relações e aos trabalhos prestados à comunidade, segundo o discurso desse grupo. Nesse sentido, não é significativa a doação do terreno pelo valor material que possui, mas pela atribuição que representa em termos das relações entre o grupo empresarial, os políticos e a comunidade. São importantes as relações que se estabelecem quando participam do projeto de desenvolvimento o que, por consequência, atende aos objetivos políticos, empresariais e de demanda da comunidade.

FHC afirma estar como cidadão naquele evento, mas é referido em todas as falas como “nosso presidente”, basicamente uma referência à importância e atenção dedicados à região. É um momento de resgate dessa memória da representação no âmbito nacional, porque também representa o momento de campanha política desse grupo. Logo, a presença de FHC naquele evento significou uma “visita qualificada” em termos de apoio político para a região Sul Fluminense. E todas as demandas foram feitas diretamente a ele como representante dos interesses regionais, como também todas as homenagens.

Em detrimento de sua presença desinteressada, como “cidadão comum”, ou seja, sem interesse político, todo o evento esteve voltado para sua imagem como representante político dos interesses locais e, claramente, por um clamor de que usasse sua influência política para dar continuidade aos projetos de desenvolvimento da região. Como cidadão comum então, das várias homenagens que recebeu de seus “amigos”, uma emocionante foi a de “cidadão de Porto Real”. A dubiedade entre claramente estar representando interesses eleitorais, ou simplesmente representando interesses de um cidadão comum, o fez afirmar positivamente: “*sou sim cidadão de Porto Real; viva Porto Real*”.

Eu queria agradecer, portanto a ele (Sérgio Bernardelli), ao convite feito para vir aqui; queria agradecer a homenagem que recebo, de ser considerado Cidadão Honorário, ao vereador Valter que veio trazer

aqui essa distinção; agradecer (...) a Roberto Pereira Silva por estar aqui presente, àqueles que vão debater comigo; ao Márcio Fortes e muito especialmente ao meu amigo Marcello Alencar. E vou lhes dizer por quê: quando fui eleito presidente da república em 94, foi depois de muita luta para colocar o Brasil num caminho de maior entusiasmo, por si mesmo, e de controle do seu destino, que nós conseguimos controlar a inflação. Mas era muito difícil saber depois disso o que fazer, quais seriam os caminhos a serem percorridos. E havia certas áreas que eram áreas problemáticas no Brasil. Eu me recordo de vir ao Rio de Janeiro, cidade onde eu nasci, então eu ficava na casa de uns amigos, e um jornalista, meu velho companheiro também Fernando Pedreiras me fez uma pergunta: o que você vai fazer pelo Rio de Janeiro, pela sua cidade, pelo estado do Rio de Janeiro? Eu respondi, olha de tudo quanto eu sei na vida dos povos, é preciso que os povos tenham algumas referências, e, para mim, o Rio de Janeiro deve ser o farol do Brasil. Deve ser aquele ponto de atuação de todo o Brasil. Isso contrastava com uma situação do estado do Rio de Janeiro que era muito precária. (FHC, Seminário 2004)

O evento de excelente representatividade das relações que foram responsáveis por atrair os investimentos para aquela região (Resende/Porto Real) teve como desfecho desse processo uma explicação mais clara acerca das posições políticas dos diversos representantes políticos e empresariais e dos vários atores que ali faziam uma avaliação calorosa das contribuições que receberam nas diversas esferas públicas: governo federal, governo estadual e governos municipais aliados.

Em momento, porém, está se fazendo também por dever de justiça e gratidão, referência a outras personalidades muito especiais que participaram de todo esse progresso, processo progressista e dinâmico, a saber: ao governador Marcello Nunes de Alencar, que não só sancionou a Lei que criou o Município de Porto Real, como também teve participações destacáveis e (...) na vida da Volkswagen e concretizando a instalação (...) da Guardian e da Peugeot-Citröen, fornecendo (...), estímulos e benefícios para que essas instituições (...). Ao ex-governador Anthony Garotinho, atual governadora, sempre atentos e dedicados aos interesses do município, liberando e concluindo todos os compromissos assumidos com os empresários que aqui se estabeleceram; ao meu amigo Márcio Fortes, tão atuante como deputado Federal e titular da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo, e que foi incansável em criar as condições para a atração da Guardian e da Peugeot-Citröen, além de várias emendas orçamentárias que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da saúde (...) município. Aos senadores, deputados federais, estaduais (que têm compromisso [...]), emendas orçamentárias em favor da Região, aqui pedimos desculpas para não citar nominalmente a todos, para não cometer algumas injustiças possíveis por esquecimento. Porém, cito o Dr. Vitório (Mediulli) que além de deputado federal, acreditou em Porto Real, instalando aqui as suas empresas, ele que é deputado pelo estado de Minas Gerais. Ao então deputado, presidente da ALERJ e atual Senador da República,

Sérgio Cabral Filho, pela emancipação de Porto Real, ele aprovou, colocou em votação a aprovação, em todos os sentidos destinados à instalação de empreendimentos industriais, em especial a Peugeot-Citröen. Eu me recordo, naquela oportunidade, que recebemos (um pacto) em Paris, quando estivemos com Marcello Alencar, (com toda a Peugeot), com Márcio Fortes, que tinham sido cumpridos todos os compromissos assumidos com essa grande empresa internacional Peugeot-Citröen. Aos empresários de larga visão e responsabilidade social, aqui eu falo do nosso Lula, do Lula, mas o nosso de Porto Real, Luís Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa, da nossa querida Marré, sua esposa, Maria Angélica (Ancebo) Monteiro da Costa, a nossa Bete, Elizabete Tarquínio Monteiro da Costa, Dr. Felipe, o Comendador Geraldo Osório, que doaram tanto de seu patrimônio para abrigarem as indústrias e assumirem os compromissos que estão foram cumpridos (vigorosamente). (Prefeito de Porto Real, Sérgio Bernardelli, Seminário 2004)

Esse evento demonstrava as “representações” dos vários grupos que ali estavam, descortinando as relações, as “parcerias” e a importância dos papéis vivenciados por cada um dos atores. O então prefeito Sérgio Bernardelli fez um discurso caloroso, emocionado, preparado para definir a qualidade do local e realizar uma prestação de contas com os devidos responsáveis pelo progresso local.

A íntegra da fala do “nosso presidente” aponta Porto Real e Resende como modelos de desenvolvimento para o País. Essa possibilidade teria se dado quando FHC percebera a necessidade de “desconcentrar” o desenvolvimento de São Paulo. Olhar para a

região Sul Fluminense foi prioridade durante o seu governo, mostrada pelos ganhos em termos de desenvolvimento. O “nosso presidente” representava claramente os interesses do grupo político de aliados ao PSDB.

E nós conseguimos progressivamente fazer com que os grandes investimentos na indústria automotiva se dispersassem pelo Brasil, e hoje isto aqui é um pólo, um pólo dinâmico do setor automotivo. Vieram pra cá, para vir pra cá foi preciso uma aliança do governo federal do governo estadual e o local, pra que criassem as condições pra que isso ocorresse. Me lembro, como se fosse hoje, o diretor mundial da Volkswagen, que veio aqui, era um espanhol, e ele tentando me mostrar o que ia ser feito, que era o sistema *just in time*, quer dizer que colocamos uma série de fábricas de autopeças perto, de tal maneira que fosse quase que uma continuidade da linha de produção, e eu vi nascer essa fábrica, e eu vim aqui pra inauguração dessa fábrica. E este mesmo processo se expandiu por Minas Gerais, onde Juiz de Fora (teve) a fábrica da Mercedes; pelo Paraná, onde foi (instalada) a fábrica da Renault; pelo Rio Grande do Sul, onde (instalou-se) a fábrica da GM; por Goiás, onde inaugurou-se a fábrica da Toyota; pela Bahia, onde (instalou-se) a fábrica da Ford. Quer dizer, entrei na presidência quando tudo estava concentrado numa só região, deixei a presidência, com o setor automotivo e tudo que vem junto espalhado pelo Brasil. Mas espalhado onde? Espalhado onde as forças locais têm força suficiente e capacidade para levar adiante um processo dinâmico, como é o processo de uma (...) (aplausos). Eu dizia, portanto, que o investimento só vai quando percebe que há

forças locais com dinamismo suficiente para colher e para que possa frutificar. Portanto, não se trata apenas, e do governo estadual e do governo federal, perceber o que havia que criar condições com um certo dinamismo, e pra buscar investimento nacional e estrangeiro, se não que é necessário ter isso no local, também essa compreensão de uma força dinâmica que permita este crescimento. E é por isso que Porto Real é exemplo sim, e é exemplo para o Brasil, é exemplo para o Brasil, porque aqui hoje (...) (aplausos), por aqui hoje nós vemos o entrelaçamento, primeiro uma vontade política de querer a emancipação, segundo a compreensão de que a emancipação não pode ser feita atropelando a sua cidade de origem, terceiro que é necessário que haja uma cooperação entre o setor privado e o setor público. E o que nós vemos hoje aqui é a consequência desta cooperação. Esta cooperação que existe e continua existindo, mas essa cooperação não seria suficiente se o Brasil no seu conjunto não estivesse mudando. Se nós não tivéssemos feito o Porto de Sepetiba, teria sido muito mais difícil fazer um pólo aqui em cima na área do Vale do Paraíba, e, aqui, na área de Resende teria sido praticamente impossível; e para fazer o Porto de Sepetiba, outra vez foi preciso uma luta muito grande, porque o Porto que concentrava tudo era o Porto de Santos, era o porto do meu estado. Como convencer aos meus (concidadãos) de que o governo federal está criando um porto pra concorrer com um porto que já existe? Mas não vêem que é necessário isso os que têm medo da competição, e os que têm medo da competição são os que são incapazes, e quem é capaz não teme a competição, prova que é mais

competente e vai adiante... (aplausos). Este é o espírito do novo Brasil, é o espírito dos que não temos medo, que temos confiança em nós e no Brasil. (FHC seminário, 2004)

Uma análise atenta aos discursos dos políticos participantes revela que desde tempos remotos a polêmica em torno do atraso do estado do Rio de Janeiro em relação a São Paulo, e o tão esperado desenvolvimento equilibrado do estado entre a capital e o interior ganha adeptos importantes no governo FHC. Esse desenvolvimento, no entanto, apontado pelo representante do desenvolvimento do estado na esfera federal, dá-se a partir da “interiorização das indústrias”, o que vale dizer que esta iniciativa não sana a diferença e nem promove a integração tão sonhada para o estado com o projeto da fusão. Mas projeta o estado do Rio de Janeiro na esfera nacional a partir de sua inserção na industrialização e, por seqüência, sua contribuição para uma imagem positiva do estado em termos de desenvolvimento no país. Desse fato, advém o prestígio político de FHC junto às administrações municipais dos interiores que ganharam com essa nova conjuntura de “interiorização do desenvolvimento”. A partir disso, FHC passa a ser o legítimo representante de um desenvolvimento “desconcentrado”, operado a partir da orientação das elites políticas locais em favor da inserção de seus municípios no mapa de desenvolvimento nacional.

No período do “Governo Lula” (2002-2006) (PT), as demandas são reelaboradas e reavaliadas em termos do desenvolvimento da região e das relações entre governo federal e local. As demandas citadas durante o evento: carência de um “pólo de inteligência, de conhecimento e de pesquisa”, para dar sustentação ao desenvolvimento; privilégio pelo governo federal do estado de São Paulo em detrimento do estado do Rio de Janeiro; crise do comércio interno por falta de circulação de dinheiro; falta de interesse do governo federal para qualificar a região como “eixo de desenvolvimento”; falta de diálogo entre governos local e

nacional; necessidade de prorrogar o tempo de mandato político dos prefeitos. Nesse sentido, várias demandas foram feitas, solicitando o apoio de FHC, às quais respondeu criteriosamente, enfatizando os aspectos nos quais o desenvolvimento regional deveria avançar.

Diante das novas demandas, os discursos são atualizados e voltam uma vez mais em comparação ao desenvolvimento entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. É ressaltada nos discursos a falta de interesse e apoio do Governo Federal vigente que estaria priorizando a região de São Paulo. A falta de diálogo entre os governos local e nacional estaria dificultando o trabalho dos prefeitos – “os governos não se falam...os tempos são diferentes”. A crise local é atribuída a essa dificuldade nas relações de interesses regionais.

É significativo que essa dificuldade seja o retrato do *fazer* política no Brasil. O que parece dificultar o trabalho político é a quebra das relações estabelecidas entre o local e o nacional, que atinge dimensões bem maiores em termos das relações políticas, e que afeta a legitimidade de determinados grupos. Vale considerar que as relações políticas são antes de tudo relações sociais de interesse compartilhado, e que viabilizam a representação e legitimação dos diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento da região.

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DE TESSITURA DAS IMAGENS DE DESENVOLVIMENTO:

Construção do mapa regional Sul Fluminense (Resende/Porto Real)

Sob a perspectiva dos investimentos multinacionais, a escolha do local para sediar tais projetos tem apontado para a importância que os recursos infraestruturais, financeiros, operacionais e logísticos representam. Aponta para a participação efetiva da esfera nacional no apoio e direcionamento das políticas econômicas de desenvolvimento, visto que a atração dos projetos pressupõe que as regiões definam seus potenciais em termos da existência de um conjunto diversificado de fatores, nas esferas estaduais, como as condições infraestruturais e incentivos fiscais, enquanto, localmente, são consideradas as características logísticas, paisagísticas, e de qualidade de vida.

Os episódios da história do Sul Fluminense são peculiares no resgate da memória daqueles que elaboram a imagem local: povoado inicialmente pelos índios Puris, depois sendo trajeto dos bandeirantes em busca do ouro, mais tarde cenário da cultura do café e da cana-de-açúcar. Mencionado como lugar que houvera participado do período áureo de desenvolvimento nesses setores, o Sul Fluminense aparece muitas vezes recortado por “curiosidades”, menções dos relatos que refletem acontecimentos passados, perdidos no tempo, recuperados no presente.

Portanto, esse não é um lugar comum, a experiência daqueles tempos permanece na memória das pessoas como referencial para projetos de desenvolvimento que remetem a esse tempo passado como modelo, impulsionando o “desejo de ir mais longe”. A mencionada curiosidade é o fato de que “a cultura do café brasileiro começou em Resende”. Histórico visível pela existência atual das colônias italianas como “história viva” desse período.

Uma outra curiosidade dos tempos remotos refere-se ao atual município de Porto Real, que era o porto da família real, por onde chegava e se distribuía o planejamento da

colônia brasileira, mais tarde República. O lugar por onde passava a realeza tornara-se o caminho do desenvolvimento alimentado no imaginário das pessoas, sonho reelaborado em vários momentos pelos representantes políticos.

A história da região Sul Fluminense é atualizada e ganha novas características a cada ciclo de desenvolvimento. A partir da década de 50, é através da indústria química que a região reelabora sua trajetória econômica, continuada nos anos 70 pela presença de empresas de grande porte – indústrias químicas e farmacêuticas, de bebidas, energia nuclear, metalurgia e pneus, além da agricultura e pecuária leiteira.

O atual enredo sobre o desenvolvimento da região continua no imaginário principalmente dos representantes políticos e empresariais locais, ganhando dimensões cada vez mais fascinantes sobre as possibilidades de retomada do prestígio econômico. Mas, se, por um lado, talvez, outros eventos não foram tão conhecidos ou tenham sido esquecidos, por outro, nesse momento, podem-se mostrar muito visíveis para o Brasil e para o mundo, pois a região faz parte de uma imagem de desenvolvimento que se confunde com a própria história econômica do País: a indústria automobilística.

Nesse sentido, não é qualquer história que poderá ser contada e mostrada sobre a região, há todo um cuidado em fazê-lo através dos “especialistas”, por “grupos de profissionais”. Nesse novo episódio, a região é construída e mostrada numa imagem que concentra um grande esforço de envolvimento entre políticos e empresários, mostrando uma progressiva “parceria”. Denominação que parece mais uma renomeação para tradicionais relações entre políticos e não-políticos¹⁴, mas que surge nos discursos como referência

¹⁴ Dentre o grupo dos “não-políticos”, aparece como principal o Grupo Porto Real que começa sua inserção na Região com um investimento no setor agrário: a indústria açucareira. Por volta de 1959, uma família do Rio de Janeiro teria adquirido uma “antiga usina de açúcar” e se instalou na antiga colônia italiana Porto Real tendo por motivo esse negócio. A decadência no setor levou ao fracasso do negócio e tiveram que estabelecer novas metas, voltando o empenho, em 1960, para uma fábrica da Coca-Cola, companhia de Refrigerantes, que teria então sustentado o grupo de empresários a expandir suas metas.

atualizada, representativa desse novo momento do desenvolvimento regional que se mostra nacional e internacionalmente.

Por outro lado, todo o período que antecede ao investimento no setor automobilístico é relatado como uma época difícil, de uma infraestrutura precária quando ainda faltava uma série de recursos. O local remete a uma imagem de descuido pelos representantes políticos, que se reflete na própria falta de investimentos. Na década de 60, a precariedade assemelha-se à imagem de outras regiões do País: “só tinha um telefone à base de manivela, a luz era uma pequena estação de energia que pertencia à própria empresa”¹⁵.

Em função de um conjunto de condições econômicas e políticas, que se formam a partir da década de 90, passa-se a elaborar uma nova imagem regional para atender aos interesses de desenvolvimento que se colocam. Essa nova imagem reflete uma confluência de vários episódios que se coadunaram, se formaram, se separaram e se rearranjam ao longo da história dessa região. No entanto, muitas vezes, a atualidade aparece como fatídica, profética e inelutável, algo predestinado a acontecer pela “naturalidade” com que se desenvolviam todos os episódios que culminaram na chegada da indústria automobilística.

Esse novo momento carece da definição de uma nova imagem para a região, não algo que refira todo atraso e abandono, mas que resgate, através de um trabalho coletivo, os elementos valorizados pelo imaginário social e que coloque também a limpo as demandas desse novo contexto. Um trabalho construído por “profissionais”, formados por grupos de empresários e de políticos que acompanharam o desenrolar dessa história desde tempos bastante remotos, e continuados pelas novas gerações que perpetuaram as relações elaboradas anteriormente.

¹⁵ Nesse ponto, é preciso relativizar sobre as condições de desenvolvimento da região Sul Fluminense, uma vez que, desde os anos 40, essa região sedia empreendimentos como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Estrada de Ferro e a Rodovia Presidente Dutra, e sua história econômica relata empresas de médio e grande porte. Atualmente, a região do Médio Paraíba ocupa o primeiro lugar no País com PIB *per capita* de R\$ 11.258,00.

As imagens que se constroem são consoantes aos diversos interesses que se formam ao longo de vários episódios. Não que o desenrolar da história fosse já de todo controlado e esperado pelos atores mencionados, mas também pelo fato de que não há naturalidade, a não ser a construída pelas regularidades que se dão nas ações dos indivíduos que se sucedem, motivados pelo propósito de se tornarem representantes dos interesses locais de desenvolvimento.

Inicialmente, na disputa entre os estados brasileiros, a imagem favorável que se mostrara no estado do Rio de Janeiro é ilustrada pela Região Sul Fluminense¹⁶ do Médio Vale do Paraíba do Sul, uma definição que inicialmente dá-se no âmbito da divisão político-administrativa regional, para então ordenar-se em termos do local a ser escolhido. Assim, a Região declarando-se potencialmente inserida nos pré-requisitos reclamados, estava representada pelo município de Resende, considerados seus elementos potencialmente atrativos. A partir de então, foram-se enumerando os fatores responsáveis pela imagem que justificassem a escolha.

Situada a 150 km do Rio de Janeiro, a 250 km do estado de São Paulo, a 450 km de Belo Horizonte e a 45 km de Volta Redonda, foi reconhecida sua situação geográfica favorável, pela proximidade dos fornecedores e principais mercados consumidores. Além disso, servida pela via Dutra, fazendo fronteira com São Paulo, e tendo proximidade com o Porto de Sepetiba no estado, confirmavam as potencialidades celebradas pelos políticos e empresários, e pela imprensa, na justificativa de sua escolha para a construção da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen.

¹⁶ Essa região comporta os seguintes municípios: Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Piraí, Porto Real, Quatis, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. Na época da chegada da fábrica Volkswagen em Resende, conflitos políticos levaram ao desmembramento de Porto Real, em 1995, e este passou a sediar o empreendimento da Peugeot/Citroen, de modo que os dois municípios são separados por uma estrada e as duas fábricas ficam praticamente uma de frente para a outra. De acordo com os dados do IBGE 2002, o município de Resende possui área territorial equivalente a 1.114 Km² e uma população de 115.086 habitantes. Porto Real possui população de 14.326 e uma área territorial equivalente a 51 Km². A região é conhecida também pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a cidade de Resende por abrigar a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ambas instaladas desde a década de 40. Ver mapa em anexo.

Foram também salientados os aspectos infraestruturais da cidade, tendo por referência excelentes condições de atendimento na área urbana, como, por exemplo, o sistema de esgoto, água encanada, iluminação e pavimentação, além da oferta de serviços de saúde e educação proporcionais, ou mesmo excedente à demanda da população, como é ressaltado em termos educacionais pelo número e qualidade das escolas.

A construção da nova imagem da região acionou elementos diversos. Fez-se necessário resgatar imagens passadas, presentes e futuras para legitimar um lugar social de “novo modelo de desenvolvimento”. Os atores articulados para tal objetivo foram os mais *respeitáveis* possíveis, pessoas que são parte do desenrolar da história conhecidas internamente e bem relacionadas externamente, de onde advêm seus prestígios como representantes dos interesses locais – compõem o principal grupo empresarial local e grupos políticos.

No que se refere à mencionada falta de tradição em empreendimentos industriais, foram resgatados os valores de uma história da região, na qual os investimentos passam pela indústria cafeeira e açucareira, remetem ao desenvolvimento da indústria química e farmacêutica, numa contribuição regional para a história do País – o resgate do imaginário de lugar de desenvolvimento nacional.

De acordo com os relatos históricos, Resende teria acolhido a primeira plantação de café na região meridional do Brasil, que depois se abriria para Minas e São Paulo. E a região do Paraíba foi foco de interesse da Coroa que promoveu a migração italiana para aquele lugar, conhecido como Paraíba Novo, e o desenvolvimento da indústria açucareira. O próprio nome do lugar é uma homenagem ao Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil. Com a Lei Áurea e a decadência desses produtos, na República da década de 40, Resende passara a cultivar agricultura diversificada, pecuária e pequenas indústrias, mas seu prestígio vai estar diretamente relacionado ao sedimento da Academia Militar das Agulhas Negras.

Esta imagem também se associa ao que há de extraordinário na região, refere-se em tempos remotos às riquezas naturais, o lugar é reconhecido como detentor de abundantes matas, a reserva do Parque Nacional de Itatiaia, variedade de madeiras de lei, plantas medicinais, fauna e flora abundantes. Na atualidade, essa imagem é resgatada para estabelecer alguns elementos de identificação com o Rio de Janeiro, a capital do Estado, a “cidade maravilhosa”: a beleza natural, a qualidade de vida e a cordialidade do povo.

Tais atrativos somam-se aos aspectos socioeconômicos, incluídas as condições habitacionais e de segurança, já que a cidade não aglomeraria favelas e pobreza ao seu redor, como a imagem que caracteriza a capital do estado. Ainda, são celebradas as belezas natural e paisagística proporcionadas pela presença do Rio Paraíba, pela pureza do ar e pela tranquilidade, contornando as favoráveis condições de vida da população, a “qualidade de vida” tão enfatizada durante o processo de escolha da região. Todas essas questões são reveladas como potencial e efetivamente consistentes no processo de escolha da região, e ressaltadas nesse sentido.

Provas que aproximam a região Sul Fluminense de São Paulo também foram acionadas. Em relação a este lugar, era preciso salientar as atribuições logísticas: favorável situação geográfica, pela proximidade com os principais fornecedores e mercados consumidores da região sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo; a infraestrutura possibilitada pelo Porto de Sepetiba; e também a Rodovia Dutra como a própria veia de circulação das riquezas do país.

No que se refere à sua tradição industrial, uma vez reconhecido como o *locus* de desenvolvimento industrial pela tradição automobilística, vale mencionar na região Sul Fluminense a presença da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN com certo capital compartilhado. Essa indústria é um referencial pela experiência na criação de uma mão-de-obra propícia ao trabalho industrial, pelas relações de trabalho, um exemplo para ser

observado, partilhado ou mesmo distanciado. Mas que prova poder organizar um empreendimento industrial capacitado em recursos humanos, com potencial produtivo e de desenvolvimento.

Em relação a São Paulo, era preciso estabelecer também um diferencial atualizado, um discurso que, a cada dia, fortaleceu-se nas falas dos representantes do desenvolvimento. Tomando como base a experiência industrial que fora ali implementada, vale dizer que o desenvolvimento na Região Sul Fluminense é de caráter social e ambiental, ou seja, leva em consideração a superação de modelos de desenvolvimento como o de São Paulo, que entraram em colapso pelo próprio esgotamento das possibilidades de um desenvolvimento sustentável. Sobre as diferenças nas imagens de desenvolvimento entre a região Sul Fluminense e São Paulo e a possibilidade de repetir no Rio de Janeiro o modelo de desenvolvimento do ABC e seus entraves, o empresário é contundente:

Nunca, não há a menor hipótese! A partir das regras de uso do solo que foram feitas, da arquitetura atual das fábricas, do cuidado com o meio ambiente, que é natural, de todo o trato. O grande ABC não tem nada daquilo, o ABC não tem Rio, o ABC não tem cuidado no trato ambiental, as fábricas são perto umas das outras... não tem nada a ver. Essas fábricas têm até ar-condicionado, na Volks. Já entrou lá dentro, não é uma graça? Tudo Lindo! (...) Você que já foi lá na fábrica... sua resposta está dada. Não vai ser de novo um ABC, é só olhar a fábrica da Volks e ver que não tem nada a ver. (Luís Eduardo, 2004)

O resgate do *regional* é a todo momento acionado pelos representantes políticos, uma forma positiva para a imagem da região Sul Fluminense: “Mas o que mais impressiona é

a visão de estadista de Marcello Alencar, que propõe que o estado do Rio de Janeiro venha a desempenhar o *papel cosmopolita* que a história do Brasil sempre lhe conferiu. Todos os brasileiros têm orgulho do Rio de Janeiro. Que os outros estados prosperem, mas é importante para todos que o Estado do Rio de Janeiro esteja bem, pois ele é o retrato do Brasil”. (Ayrton Xerez, Deputado Federal PSDB, para A Lira, Caderno Especial, julho, 1995).

2.1. Relações em rede: “parcerias” em conjunção pelo desenvolvimento

...Todo mundo investiu em seqüência e fez um time que deu uma credibilidade ao projeto... (Luís Eduardo, 1999)

Nesse contexto, a história político-econômica do Sul Fluminense começa com um episódio particular, no qual o apoio federal e estadual é parte de uma narrativa maior que se formulou localmente através da sucessão política na prefeitura de Resende de grupos políticos, organizados em torno da proposta de criar as condições infraestruturais necessárias à perseguição do “sonho” de desenvolvimento e progresso industrial desde a década de 50. E, por outro lado, somam-se ainda o envolvimento de empresários locais e compromisso com o desenvolvimento da região, sendo no nível local fruto da *parceria* entre grupos políticos e empresariado.

A ligação entre a atração de investimentos multinacionais e o ideário de desenvolvimento é um instrumento para a elaboração das imagens dos políticos detentores dos meios e das relações de possibilidades. As medidas econômicas são também atuações de grupos políticos que negociam a entrada de investimentos e sua distribuição. A coexistência

dessas lógicas encontra apoio por parte da população em função da oferta de recursos infraestruturais, educacionais, e da criação de novas oportunidades de trabalho.

Esse ajuste das condições para atrair a fábrica Volkswagen funcionou também como “bandeira política”. Ocorre que, simultaneamente, à negociação pela Volkswagen, estavam saindo a *Seagran* e a *Kodak*, enquanto a Companhia Siderúrgica Nacional estava demitindo contingente considerável de mão-de-obra. Disputas internas ao município e acordos entre representantes de diferentes partidos ganharam novo significado. No momento em que as alianças refletiam a defesa de seu território político, todos queriam seus nomes associados à conquista da fábrica, e juntaram-se numa empreitada ímpar para definir suas posições políticas em favor do desenvolvimento.

Nesse contexto, as relações políticas ganharam uma visibilidade própria da importância que tiveram na conquista da fábrica da Volkswagen. Mais do que oferecer as condições infra-estruturais necessárias, foi imprescindível demonstrar que a existência de *relações políticas* seria eficaz na concretização das condições exigidas. Em detrimento da falta de infraestrutura, as *relações políticas* se coadunavam em benefício da região.

É bem verdade que o que nos motivou nesse negócio foi que eu, quando fui eleito, tive essa preocupação que deve ser constante na cabeça dos administradores de cidades emergentes, países emergentes, e, com isso na cabeça, eu procurei estudar bastante a localização mundial, considerando os projetos em andamento. Eu achava que a região era privilegiada em relação à sua topografia, em relação ao transporte rodoviário etc. E nós tínhamos aqui um projeto do porto de Sepetiba. Esse era pra mim um investimento obrigatório. E o Fernando Henrique, que já tinha na cabeça um plano global de

expansão do país, topou, porque aquela região apresentava as características ideais. Do ponto de vista geográfico, é bem situada porque toda fábrica tem que ter uma proximidade com os mercados consumidores. E ali, tinha Belo Horizonte, ou seja, Minas, tinha São Paulo e Rio. E tínhamos já o Porto de Sepetiba em atividade, quer dizer, em construção, em reconstrução. E nós já tínhamos, felizmente, o que começou com o Ronaldo, umas relações com o BNDES, e nós requisitamos alguns funcionários de lá pra nos ajudarem a montar o negócio. Daí, foi seguindo assim. Não foi uma coisa de escolher a dedo qualquer um, ou eles tendo solicitado. Nós é que fixamos aquela região como privilegiada, como cartaz de induzir o investidor, de estimular o investimento, face às realidades locais. E, assim, nasceu Porto Real. Porto Real hoje é a cidade de maior renda *per capita* e vai ser um exemplo para a região. (Marcello Alencar, 2004)

Os desencontros entre os aspectos infraestruturais ressaltados positivamente, na época da escolha do município de Resende para implantação da fábrica (área urbana amplamente atendida por sistema de esgoto, água encanada, iluminação e pavimentação; condizentes número e qualidade das escolas; adequadas condições do sistema de saúde), e a precariedade de infraestrutura, encontraram resposta nas soluções buscadas numa *parceria* entre políticos e empresários locais, pela concretização das condições exigidas.

À revelia dos discursos sobre a existência dessas condições, o empresário local afirma a precariedade de infraestrutura do município e ressalta a importância de alianças entre lideranças políticas e o empresariado. Dentre tais alianças, destaca-se a que resultou na doação do terreno para a construção da fábrica, esta doação aparece como um atrativo

importante na negociação. Um trabalho em “time” para a construção da fábrica. Quando interrogado sobre a influência da atitude empresarial, o interlocutor não teve dúvidas ao mencionar seu grupo:

Eu digo o seguinte, a nossa determinação... eu acho que mexeu psicologicamente com a determinação de algumas pessoas que seguiram o negócio. O governador deve ter pensado assim: por que é que esse maluco quer dar 2 milhões de m²? Se esse cara se dispôs a dar 2 milhões de m², acho que, proporcionalmente, vale a pena o estado dar alguns incentivos. Tudo é proporcional, não é? Proporcionalmente, vale à pena a Telerj investir, proporcionalmente vale a CEG investir; proporcionalmente, vale à pena o pessoal da... da Eletros investir... aí, todo mundo investiu em seqüência, e fez um time que deu uma credibilidade ao projeto. Aqui não tinha nada, não tinha gás, não tinha luz, não tinha telefone... **eu acho que o pessoal da Volks foi extremamente não-conservador na decisão... uma decisão mais conservadora indica... de ir para um local em que a infra-estrutura já estivesse pronta.** (Luís Eduardo,1999)

A revista Veja Rio cobriu a escolha de Resende, numa matéria especial, na qual detalhava desde o início o sonho do Pólo industrial, através do empresário Renato Monteiro da Costa, sonho este que seria passado mais tarde para o seu filho e sucessor, que teve a iniciativa de doar o terreno para a construção do projeto. Contudo, a matéria falava também das condições do município e acabava por mostrar que a cidade não possuía maiores atrativos como mencionados por um grupo de políticos locais, que buscavam divulgar sua exuberância

e belezas naturais, e legitimar sua escolha a partir dos aspectos geográficos e da presença da Academia Militar das Agulhas Negras.

Até a chegada do gigante alemão, Resende era apenas lembrada pelos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. A cidade fica a 160 quilômetros do Rio, num dos extremos do mapa do Estado, e faz esquina com São Paulo. Ocupa um platô às margens da Via Dutra, 400 quilômetros acima do nível do mar, cercado pela majestosa placidez do maciço de Itatiaia, é cortado pelo lento e caudaloso curso do Rio Paraíba do Sul. ‘É mais bonito que o Sena’, enche a boca José Leon Zilberstajn, 39 anos, secretário municipal de Cultura e esporte. Não é essa Paris toda, a cidade que, no ano 2001, faz duzentos anos, embora sejam marcos do lugar um bairro chamado Campos Elíseos e uma praça de nome Concórdia. Mas está muito mais para Bélgica do que Índia nos padrões do tabulário nacional de desigualdades sociais (...) (Veja Rio, 24/07/1995).

Ao mencionar os aspectos polêmicos que envolveram a conquista da multinacional, e pela manifestação de posições diferentes em chamadas sobre o evento da Volkswagen em Resende, a matéria causou insatisfações que mereceram contra-resposta do então prefeito Augusto Leivas:

Apesar de lisonjeados com a decisão da revista Veja Rio de focar nosso município como matéria principal da edição de 19/7/1995, vimos publicamente fazer algumas considerações que julgamos

importantes para assegurar a verdade dos fatos. Primeiro, lamentamos que o tom predominante da matéria tenha sido o da ironia... Há, sim, ‘vida inteligente’ em nosso município, e o futuro nos aponta mais progressos. (Veja Rio, Opinião do Leitor, 26/7/95)

Com uma visão extremamente apurada sobre administração empresarial, incluindo suas condições de parceria com a administração pública dos municípios, o Grupo Monteiro da Costa vê claramente que só uma relação dessas pode criar as condições necessárias ao melhoramento das condições infraestruturais locais. Para a empresária do grupo, as tentativas fracassadas para atrair grandes empresas para a região estão vinculadas não apenas à falta de infraestrutura, mas também atreladas aos ciclos negativos, pois na tentativa de viabilizarem um Pólo Industrial, estabeleceu-se uma relação direta com as condições políticas da época, impróprias e que emperraram o desenvolvimento desejado.

Na época em que Renato Monteiro da Costa presidia o grupo, apesar de sua disposição para viabilizar o desenvolvimento, algumas empresas atraídas fecharam. Considerando o contexto histórico, o Brasil já havia ficado por dez anos no “marasmo”, em função da ditadura militar. Posteriormente, na década de 80, considerada a década perdida, o governo Brizola teria contribuído para que os projetos do município ficassem parados. Esse período de estagnação estaria associado, na esfera estadual, ao governo Brizola (PDT), como enfatiza a empresária Elizabeth, “o governo de Brizola foi péssimo, porque as indústrias não queriam vir para o Rio de Janeiro”; e quanto ao município, este estava sob a administração de Noel de Oliveira (1983-1988/PMDB). (Elizabeth, 2004)

Os esforços dos aliados empresariais e políticos em conseguir montar uma infraestrutura condizente com o ideal de modernização de um pólo de desenvolvimento, sonhado desde a década de 50, para a região, passaram a ser efetivados aos poucos, fruto da

vontade política e pela costura de relações políticas que tanto empresários quanto políticos cultivavam. Na década de 90, começam a se esboçar na política as condições propícias ao desenvolvimento do sul do estado. Apresentando interesses coincidentes com o discurso apresentado pelo então presidente FHC, a empresária revela que o interesse principal do Grupo era atrair a Volkswagen para a região, inicialmente independente de onde ela viesse a se localizar (Resende ou Porto Real), desde que “quebrasse o bloco de São Paulo, porque antes só havia indústrias em São Paulo”. (Elizabeth, 2004)

Dentro do novo contexto político, houve uma mudança em benefício do estado do Rio de Janeiro, possibilitando a retomada do processo de desenvolvimento regional. É nesta nova conjuntura política que aparecem como aliados imprescindíveis os representantes governamentais que contribuíram para a alavancagem do ciclo de desenvolvimento que passara a definir a imagem da região como um “novo modelo de desenvolvimento da Região das Agulhas Negras”: o presidente FHC (1994-2002/PSDB); o governador Marcello Alencar (1994-1997/PSDB); o prefeito Noel de Carvalho Neto (1989-1992/PDT); e seu sucessor Augusto Leivas (1993-1996/PDT).

Conscientes da falta de infraestrutura necessária para interessar a uma multinacional, o time de aliados pelo desenvolvimento buscou estruturar as condições atrativas e selecionar pontos de interesse para a Volkswagen pela região. O grupo empresarial em carta de compromisso buscava “mostrar para os alemães o que nós tínhamos de melhor”: a Academia das Agulhas Negras, uma “âncora de identificação como os alemães”, por considerar “uma indústria de pessoas com ISO”; a Companhia Siderúrgica Nacional, como indústria modelo; depois veio o “ideológico”, o “desejo”. (Elizabeth, 2004)

Diante da carência de infraestrutura, as relações políticas foram essenciais para criar um clima de confiança e compromissos mútuos. Representantes empresariais e políticos estavam reunidos entorno de um projeto que havia sido esperado por vários anos e agora

estava na iminência de se concretizar. Houve “grande interesse político de todo mundo, dos empresários, da prefeitura, da população, e esse negócio criou aquele clima” (Luís Eduardo, 1999) São conhecidos e reverenciados os atores políticos que estabeleceram as relações apropriadas e conseguiram desenvolver a infraestrutura necessária para atrair empresas de grande porte, depois do mencionado período de estagnação da economia no estado do Rio de Janeiro. Localmente, um trabalho de “parceria”, através da costura das relações público-privado, vinha sendo feito para desenvolver essa infraestrutura necessária.

2.2 O sonho político: uma “saga” política pelo desenvolvimento regional

Ao procurar o representante político do desenvolvimento de Resende, fiquei por algum tempo aguardando um espaço na agenda do líder do governo estadual na ALERJ. Fui recebida em seu local de trabalho e fiquei aguardando em meio ao tumulto, próprio do cotidiano da Assembléia Legislativa. Fui atendida com gentileza e educação por aquele político que parecia bastante ocupado e do qual sabia previamente ser representante de uma “tradição” na história política do município de Resende. Muito organizado e satisfeito em falar de sua vida pública, das dificuldades, bem como das alegrias que proporcionava, a conversa durou mais do que o tempo previsto. Bastante à vontade em poder falar dos seus feitos, ressaltou as dificuldades de construir uma vida na política, mas se mostrou satisfeito com suas atividades e as compensações advindas delas.

Noel de Carvalho tem muito entusiasmo ao falar dos feitos políticos de sua família. Ao ser convidado a falar de sua trajetória política, debulhou vários acontecimentos de forma eloqüente e praticamente ininterrupta; é envolvente sua descrição do cotidiano político da família, que o estimulava a seguir os passos do pai como homem público. Seu discurso, contudo, conhecido de entrevistas anteriores, retrata quase que perfeitamente a seqüência e as questões que busca focalizar; tantos fatos envolventes e curiosos em sua forma

particularmente ousada de resolver determinados assuntos. Não faz descrições detalhadas de seu passado político, salvo as conquistas dos políticos da família, e não menciona opositores ou dificuldades que não pudessem de alguma forma ser contornadas, essas questões permanecem submersas em seu discurso, algo que aparenta detalhes menores que não atrapalham sua atuação e não chegam a prejudicar seu trabalho. Essa observação nos leva a entender que sua atuação está resguardada de eventuais contratempos, privilégio de um homem público que se mantém numa posição de destaque, sendo esse mesmo posicionamento refletido no lugar de poder que lhe confere na conjuntura política da região Sul Fluminense.

O que não foi Deus quem fez, fui eu quem fez.

(Noel de Carvalho Neto, 2004)

Numa referência ao que considera um empenho exaustivo de sua atuação como administrador público da região Sul Fluminense, e mesmo no governo do estado como parlamentar e chefe de governo, menciona a importância dos projetos que conseguiu atrair, visando desde o início tornar a região um lugar atrativo para a fixação de indústrias de grande porte, quiçá referência de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro. Teriam sido de sua autoria projetos infraestruturais, que após duas administrações como prefeito de Resende, e conseguindo fazer sucessor, construiu a imagem que o lugar apresentou na época de negociação com a Volkswagen.

As influências e atuações políticas da família Carvalho foram-me apresentadas também através de um livro no qual estão relatadas as histórias de sua família e a atuação política de diversas gerações. Ressalta as atuações dos seus ancestrais e faz uma elegia às características artísticas e outras peculiares aos indivíduos da família; a forma particular de enfrentar os desafios e de encarar a vida. Um livro surpreendente, quando se percebe que é

carregado de lirismo e de uma canção à memória da família Carvalho; uma analogia cósmica entre a força da natureza e o firme caráter de seus descendentes, pontuados a cada geração, como sugere o título:

Canto à trajetória de amor dos Carvalhos em Resende.

O carvalho sombreiro é objeto de cultura florestal e de onde se extrai a cortiça. A árvore do carvalho foi citada pelos escritores bíblicos em várias ocasiões. Durante meio século, imponente, carregando dois sexos, mais forte a cada tempestade, nascido para vencer, o carvalho também morre, mas deixa seus frutos, ainda que pequenos, secos, e de uma única semente, encarregado de dar continuidade à sua linhagem.

(Rocha, 2004, p. 9)

As seis gerações da família Carvalho são mencionadas no livro, sendo Noel de Carvalho Neto da 4ª geração, juntamente com sua irmã, a escritora. O olhar de escritora sobre seu irmão é muito carinhoso e relata fatos pitorescos de suas infâncias, *“que poderia ser chamada de cinematográfica, tal a sua excentricidade”*: *“Dávamos com muita facilidade nossa roupa para as crianças dos caboclos, minha mãe não sabia o que dizer, já que nos ensinou e pregou a generosidade”* (Rocha, 2004). Provavelmente, os primeiros exercícios da dádiva, o ABC que o preparou para a vida pública. Mas devemos observar que doar não é um fato simples e natural, uma vez que requer posições de privilégio em relação aos outros e gera em contrapartida a gratidão, uma das formas de dominação mais sutis e eficientes.

Assim, percebemos que sua inspiração política, como homem público atuante, remete à influência de seus ancestrais, pela experiência e convivência da qual se orgulha

profundamente. Sua memória da família é uma forte inspiração para a continuidade do que seria o espírito do homem público. Noel de Carvalho vem de uma descendência de homens da política, uma família com várias gerações no envolvimento com a política e administração pública. (Rocha, 2004)

No fundo, recebi influência até do meu bisavô (João Teixeira de Carvalho) que foi abolicionista.

(Noel de Carvalho Neto, 2006)

Após viver um período em Angra dos Reis, onde nasceu e teve sua primeira família, [chega] a Resende em 1870, como Escrivão Privativo do Júri e das Execuções, exercendo com eficiência as funções de seu cargo. Depois vai ser nomeado tabelião de notas. Envolve-se com a política, filiando-se ao Partido Conservador. Muito popular, conhecia todos os recantos do município de Resende e eleitor por eleitor. Tinha uma exatidão matemática, conseguindo, por exemplo, precisar o resultado das urnas antes de serem abertas, e não falhava nunca. (Rocha, 2004, p.53)

Depois disso, também o meu avô (Noel de Carvalho), que também foi abolicionista. E participou do movimento de abolição da escravatura num período ainda traumático após a assinatura da Lei Áurea. (Noel de Carvalho Neto, 2006)

Do avô teria herdado algumas qualidades. Fora de intensa atuação, apaixonado por futebol, organizado e metódico, considerado por seu neto “um poeta, um apaixonado pelo

ser humano (...) uma delas (poesia) falava muito da coletividade (...) se você faz tudo na vida, mas não serve à comunidade, você não viveu; ele tinha muito a coletividade, ele sempre raciocinava muito com o coletivo”. (Noel de Carvalho Neto, 2006)

Noel de Carvalho (1878-1942) nasceu em Resende, morando sucessivamente em São Paulo, Bangu, Resende, Rio e finalmente em Resende onde morreu. “Era um homem muito metódico e tinha a letra como a de um calígrafo. Muito organizado, foi fundador e administrador da Caixa Rural de Resende, Tabelião e Presidente da Liga de Futebol do Rio de Janeiro”. Foi também poeta, mas escrevera “apenas um livro, ‘Aguilhas Negras’, de publicação póstuma, e sua poesia é simples e articulada como sua vida”. (Whately, Godoy, 2004, p. 182)

“Em 1915, Noel de Carvalho torna-se o primeiro presidente brasileiro do Bangu Atlético Clube, quebrando uma dinastia de presidentes ingleses. Foi posteriormente, por duas vezes, presidente da liga de futebol do Rio de Janeiro... [tendo] como prioridade a defesa do jogador negro que reavivou (nele) o abolicionista íntegro, pugnaz, espontâneo e intransigente defensor da raça negra”. Atuou em defesa de interesses públicos como no caso “junto ao Ministério de Educação, pela criação do curso normal no Ginásio Santa Ângela, então limitado aos ensinos primário e ginásial”. “Teve uma breve passagem pela política, filiando-se ao Partido Radical” (Rocha, 2004, p.70-71).

Depois, provavelmente, meu pai tenha sido influenciado por ele também. Meu pai foi prefeito duas vezes de Resende. Também era um desenvolvimentista, um lutador, um ser humano muito especial. Com certeza, também me influenciou muito e, por sua vez, ele foi influenciado pelo pai dele. (Noel de Carvalho Neto, 2006)

Nascido em São Paulo, chegou a Resende em 1818 (1910 – 1992), já com 8 anos de idade e foi definido por seu irmão como um “prestador de serviços”, uma alusão a “uma das maiores lideranças de Resende”. Seu espírito público explicitava que “[para] ele era um luxo poder ajudar os menos privilegiados, respirar o ar puro, amar sua família e a natureza, brigar pela justiça, sofrer a dor do mundo e colocar nela seu pingô d’água”. (Rocha, 2004, p.145-146)

Sua explicação para a atuação política:

[acho] que foi desde que eu nasci. Eu tenho espírito político, quero interferir em tudo. Desmanchar o que acho errado ou o que está errado. Acho que, se tem dois sujeitos brigando, e você fica do lado mais fraco, você está fazendo política. (...) ‘Então, acho que política é isto, a gente não sabe dizer como se entra e nem porque se é político. Eu tive diversas incursões na política’. (Rocha, 2004, p.148-150)

Seu envolvimento com a política partidária revela que Augusto de Carvalho foi influenciado por seu pai, Noel de Carvalho, que era do Partido Radical. Em 1932, foi Delegado de Polícia em Resende; foi assistente de Roberto Cotrim, o então secretário de Agricultura, Viação e Obras do estado do Rio. Posteriormente, voltando a Resende, comprou a Fazenda Três Pinheiros, em Engenheiro Passos. “Começou sua vida política na UDN, filiando-se em seguida ao Partido Republicano. Em 1947, candidata-se a prefeito por este partido, perdendo para Geraldo Rodrigues. Foi vice-prefeito de Geraldo Rodrigues de 1955 a 1958, e eleito prefeito pelo PTB para o quadriênio seguinte”. (Wathely, Godoy, 2001)

Augusto começou na política pela UDN porque era contra a ditadura. Frequentando as reuniões, porém, viu que nada tinha a ver com suas posições, e um dia rebelou-se e saiu gritando: ‘Não piso mais aqui!’... e continua a nos contar: ‘foi quando o Arnaldo Duarte me convidou, então, para o Partido Republicano. Então, fechamos, nos candidatamos e começamos a fazer obras na campanha. Por exemplo, em Santana dos Tocos não havia estrada para automóveis. Fizemos a estrada com fulano arranjando uns homens, sicrano outros, e os carros entraram, e o povo feliz da vida não parava de buzinar!’ (Rocha, p. 149)

Voltando ao Partido Republicano, Augusto começou a pensar no trabalhismo, porque defendendo o trabalhador estaria provocando o equilíbrio da sociedade. Foi, então, para o PTB, ocasião em que se candidatou a vice-prefeito do Geraldo Rodrigues, e ganharam... Como político, Augusto acha que a coisa mais importante que fez foi fazer face àquela lei que possibilitou a independência dos municípios. (Rocha, p. 155)

Quando substituíra por vários períodos o prefeito Geraldo Rodrigues, como seu vice-prefeito, de 1955 a 1958, este “lhe dava cobertura e o deixava trabalhar a seu modo”. Sua trajetória repleta de fatos pitorescos como prefeito de Resende (1959–1962) revela o significativo envolvimento com a política. Nesse período, tratando da modificação de impostos territoriais, “encaminhou uma lei para a Assembléia, em que as **cotas** deveriam ser pagas nas coletorias locais, ao invés de repassadas para a capital, para depois voltar para os prefeitos”. Foi uma disputa acirrada para conseguir aprovação pela Câmara dos vereadores e

depois para dar continuidade para sancionar a lei junto ao governo estadual. Nesta instância, brigou com o governador, “E eu aos berros disse: você é meu empregado, todo governador é empregado do povo, eu sou povo, você é meu empregado”. Ao seu estilo, sem o apoio da Câmara e de seu presidente, temendo não conseguir sua proposta aprovada, Augusto de Carvalho mandou fechar a Câmara e decretou: “Então fecha esta droga, porque a partir de amanhã vou trabalhar sem Câmara”. Fugindo às regras, veio o *impeachment*, para que saísse da prefeitura. Em protesto, fechou a prefeitura (a Revista Manchete de 14 de setembro de 1957 noticiou o acontecimento com foto de Augusto de Carvalho fechando a prefeitura); teve que enfrentar o processo, mas teve apoio de seus aliados e fora preservado. A lei foi sancionada na Revolução de 64. (Rocha, 2004)

“Quando se preparava para se candidatar a Senador, viu sua carreira política interrompida com a Revolução de 1964, quando chegou a ser preso e responder a quatro IPMs, embora nunca tenha tido seus direitos políticos cassados como aconteceu com tantos naquela época.” (Wathely, Godoy, 2001, p. 160). No final de sua trajetória política, há referências importantes, e consta que,

[a] grande frustração de Augusto era não ter sido cassado na Revolução de 64. Preso e respondendo a inquéritos, não conseguiu o que ele queria, e costumava dizer: ‘Precisava deste título para ficar bem afastado desta Revolução’. Mas de qualquer forma, Augusto sofreu uma cassação branca, porque não podia se mexer, e por qualquer coisa era preso. **Abrigou em casa muitos estudantes, o Betinho, o Marcello Alencar, entre outros.** (Rocha, 2004, p. 159)

**Mas eu menino ainda, acompanhava muito meu pai,
andava muito com ele e assisti muito a vida pública.**

(Noel de Carvalho Neto, 2006)

Noel de Carvalho Neto nasceu em 1943, em Resende, e viveu sua infância na Fazenda da Família, no distrito de Engenheiro Passos. Aprender a fazer política vivendo o cotidiano com o pai é algo de que se orgulha incessantemente. Foi o primogênito cultuado, e parecia predestinado a dar continuidade aos anseios do homem público que fora seu pai e à geração de políticos que o antecederam. Acompanhou o pai em vários episódios da vida pública. A referência profética para a futura atuação do filho reflete o caminho percorrido geração após geração, dando continuidade à vida política da família. Fez jus ao canto de apresentação de seu pai Augusto:

‘Este é meu filho amado em quem me comprazo, e cantarei louvores em seu nome. E ele sairá de seus aposentos e percorrerá seu caminho para cumprir o que está escrito, porque tem, igual a mim, sede e fome de justiça’. (Fragmento do discurso de Martha para seu irmão Noel, por ocasião do recebimento da Medalha Simão da Cunha Gago)
(Rocha, 2004, p. 220)

Rememorando seu cotidiano desde menino na companhia do pai, expressa as primeiras experiências para o entendimento da vida pública.

[...] Essa cena, e as conversas, e as frases que ocorriam nisso, eram extremamente didáticas, educativas, o que eu aprendi nisso, era um negócio impressionante. Todos os dias a gente visitava uma, duas, três famílias de tuberculosos e aí, quando a gente chegava no carro, uma ambulância-caminhonete chevrolet 51, ele ia me dizendo: ‘meu filho, olha, a gente pra ter responsabilidades públicas, com a coletividade, não basta compreender o sofrimento dos outros, a dor do outro, você tem que sentir essa dor’, ou seja, quando chegar alguém pra você com uma angústia, você tem que ficar angustiado como ele está. (Noel de Carvalho, 2006)

Considera ter feito justiça aos antigos feitos do pai e preservado a imagem de homem público que Augusto de Carvalho buscara.

Essa coisa de ‘vingança’ ficou mais clara quando eu me elegi prefeito e percebi que o que eu queria mesmo era dar um presente para o meu pai: ‘me puseram para fora, me execraram da vida pública, mais não importa, meu filho foi eleito prefeito escolhido pelo povo’. Foi a homenagem que eu pude prestar àquele ser humano insubstituível. (Rocha, 2004)

2.2.1. “FAZER ACONTECER”

Disputou aos 23 anos sua primeira eleição para a prefeitura de Resende, em 1966 pelo MDB, e perdeu; depois se afastou por um período de dez anos. Retornando, disputou com Noel de Oliveira e ganhou as eleições em 1976 por uma pequena margem de votos. Ambos eram do MDB, que teve maioria dos votos na disputa com a ARENA. Exerceu o mandato de 1977 a 1982, tendo como vice Oscar Sampaio, e chefe de gabinete Augusto Leivas. Desde o princípio, sua prática política envolveu parcerias entre a administração pública e empresários locais.

As informações sobre sua atuação política encontram-se registradas nos noticiários locais, principalmente através do jornal A LIRA. Quando passou a ter visibilidade política em Resende e na região, Noel despertou para os sonhos de desenvolvimento de seu pai. Em seu primeiro mandato como prefeito de Resende, as manchetes do jornal A Lira já anunciavam “*Resende se prepara para ser a grande cidade industrial*”.

As tentativas de algumas empresas se instalarem em Resende esbarraram nas limitações em oferecer infraestrutura condizente com as necessidades dos investimentos. Quando a Michelin¹⁷ quis se instalar em Resende não havia disponibilidade de habitação, e foi, então, que Noel de Carvalho diz ter despertado para a questão da habitação. No início da década de 80, instalam-se em Resende as Indústrias Nucleares do Brasil S/A para beneficiamento de urânio oriundo de Poços de Caldas; a usina de asfalto; o Corpo de Bombeiros; e foi construído, em 1982, o bairro Cidade Alegria (Grande Alegria) com 12 mil casas populares, considerado o maior projeto habitacional de interesse social na América

¹⁷ Empresa de produção de cabos e aros para pneumáticos, que começou a funcionar em 1981, em Itatiaia, então distrito de Resende que se emancipou em 1989, exatamente no ano em que Noel de Carvalho assume seu segundo mandato em Resende. Atualmente, esta empresa trabalha a produção final do pneu em sua fábrica em Itatiaia.

Latina. A construção das moradias compreendia o município de Resende, e os distritos de Porto Real e Engenheiro Passos. A Cidade Alegria, que comportava cerca de 35 mil habitantes, passou para 105.000 habitantes a partir de 2000, isto foi considerado um de seus maiores feitos. (Whately, Godoy, 2001, p. 71)

Em seu segundo mandato, de 1989 a 1992 pelo PDT, teve como vice Augusto Leivas, e secretário de infraestrutura Oscar Sampaio. Havia deixado o PMDB no intervalo entre um mandato e outro, quando Noel de Oliveira pelo PMDB (1983 a 1988) havia ganhado a disputa municipal. Contava, então, com o apoio de Leonel Brizola, e aparece na campanha ao lado de seu pai Augusto de Carvalho, Brizola e Augusto Leivas. Nessa época, trouxe para Resende o SENAI, o SENAC, o SESI e o Corpo de Bombeiros fora ampliado. Consta também desse período que recomeçaram as obras do Hospital de Emergência de Resende, que ficara paralisado por seis anos, durante o governo de Noel de Oliveira.

Nas eleições seguintes, Noel de Carvalho faz seu sucessor Augusto Leivas (1993 a 1996), tendo como vice Oscar Sampaio, pelo PDT. Nesse período, dá-se a decisão de instalação da Volkswagen em Resende e as disputas internas pela localização da fábrica, ou no Município de Resende, ou no distrito de Porto Real. Vieram à tona antigas divergências políticas, inclusive no âmbito estadual. Apesar de tudo, obteve o empenho dos representantes do executivo e do legislativo municipal que conduziram o acordo pela implantação da fábrica em Resende e à emancipação do distrito de Porto Real.

No mesmo período, 1993, Noel de Carvalho é nomeado Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro no governo de Leonel Brizola (PDT). Este havia exercido o primeiro mandato de 1983 a 1987, perdido o segundo para Moreira Franco, de 1987 a 1991 (PMDB), e retornado ao governo de 1991 a 1994. Sua política baseada na prioridade pela educação, através do projeto dos CIEPs, voltada para as classes populares, teve como

Secretário de Educação Darcy Ribeiro, mas havia sido descaracterizada no governo Moreira Franco e apresentava sérios problemas durante seu segundo mandato.

Em meio à crise dos CIEPs, Noel de Carvalho recebeu o convite para assumir a Secretaria de Educação. Segundo seu depoimento, o processo foi bastante rápido:

Recebi um telefonema lá na fazenda onde eu moro, onde nasci, e onde moro até hoje, do governador Brizola: Noel, eu precisava que você viesse trabalhar comigo, pode trabalhar comigo? Eu disse, posso governador, eu terminei meu mandato na semana passada. Eu vinha vendo jornais e televisão nos últimos dez dias, e todos os veículos criticando, porque o Rio de Janeiro tinha tirado nota zero em educação e último lugar no ranking nacional. Quando recebo esse telefonema dele. Está bom, agora, governador, o senhor poderia me dizer: tomar posse em quê só pra eu me preparar psicologicamente? Ele disse: secretário de educação. Mas governador, eu não sou professor, e não entendo nada de educação, o que eu entendo é aquilo que um prefeito é obrigado a entender. E coincidentemente o meu governo foi premiado pela UNICEF pelas experiências que viveu na área de educação (municipal). Então, Noel, é isso que eu quero de você; não quero que você entenda de pedagogia, eu quero que você seja o prefeito da Secretaria de Educação. Não sei se foi por mera coincidência, mas o fato é que, o mesmo corpo de jurados que atribuiu ao Rio de Janeiro nota zero e último lugar no ranking nacional, doze meses depois, atribuiu ao Rio de Janeiro nota dez e primeiro lugar no

ranking nacional. Sofri muito, foi um dos momentos mais desgastantes da minha vida. (Noel de Carvalho Neto, 2006)

Com esse trabalho, Noel de Carvalho Neto estabeleceu relações importantes e ganhou confiança no governo do estado. Durante sua vida pública, orgulha-se das relações que conseguiu estabelecer com políticos importantes nos âmbitos estadual e federal, e conseguiu manter-se em lugares de destaque. Além das incursões descritas, em 1985 foi nomeado Secretário para Assuntos Especiais na gestão de Saturnino Braga, na prefeitura do Rio de Janeiro; em 1988, foi nomeado deputado Constituinte, pelo estado do Rio de Janeiro.

Em 1998, foi eleito para o seu primeiro mandato como deputado estadual – RJ, licenciando-se para, em 1999, assumir a Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior no governo Anthony Garotinho (PDT).

Á frente da secretaria encarou um grande desafio: o Rio havia sido considerado pela Organização Internacional de Epizootíase (OIE) como zona de alto risco de febre aftosa e essa situação representava um grande prejuízo para a pecuária fluminense e para o Brasil. Foi através da mobilização e conscientização dos criadores, do trabalho de centenas de técnicos e o apoio do governador, que o Rio, já no início de 2001, foi declarado pela mesma organização, em nova reunião em Paris, zona livre da febre aftosa. (Secretaria do Estado de Habitação do RJ - SEH, 2003)

Esteve em várias frentes políticas, e, em 2001, com seus principais seguidores deixa o PDT e ingressa no PSB. Em 2002, como líder na ALERJ do governo Rosinha Garotinho (PSB), teria se destacado “pela sua qualidade de articulador, condutor de debates e negociador de projetos de lei de interesse público, o que lhe trouxe apoio dos seus pares, independentemente de filiações partidárias (...) direcionou seus esforços como parlamentar para lutar pela construção do maior número de escolas profissionalizantes em todo o estado...”. (Secretaria do Estado de Habitação do RJ - SEH, 2003)

Constam ainda em seu histórico da Secretaria do Estado de Habitação do RJ - SEH, 2003, a autoria da Lei de Recursos Hídricos do Estado, “uma das mais avançadas do país”. “Na saúde, aprovou a Lei nº 3931/2002, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exames de identificação da catarata congênita nos recém-nascidos. É autor também da Lei nº 3921/2002, que veda o assédio moral no ambiente de trabalho das repartições públicas, preservando a integridade física e mental do funcionário.”

Em 2006, foi eleito novamente deputado estadual e, posteriormente, assumiu o cargo de secretário de estado de Habitação do governo Sérgio Cabral (PSDB). Em seu extenso currículo político e de atuação em órgãos públicos, constam presidências de Comitês, Conselhos e Comissões; homenagens, medalhas e comendas; diplomas, títulos e moções.

Conseguiu dar continuidade através de seu filho¹⁸ como sucessor da bandeira política de desenvolvimento da região, o herdeiro dos ideais de crescimento e cuidado com o povo. E orgulha-se de que este anda pelas próprias pernas, sem necessitar de sua interferência

¹⁸ Silvio Costa de Carvalho seguiu o exemplo do pai e é considerado seu sucessor na política. Foi eleito vereador de Resende pelo PDT, em 1996, com 877 votos; enquanto seu pai Noel de Carvalho disputava o executivo pelo PDT com Eduardo Meohas (PSB) que ganhou as eleições, com respectivamente 34,804% para 58,096%. Em 2000, Silvio Costa de Carvalho disputou as eleições para prefeito pelo PDT com Eduardo Meohas (PSB), que se reelegera, numa proporção que diminuía a diferença, obtendo respectivamente 40,049% para 47,201%. Nesse período, seu pai era Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior no governo Anthony Garotinho. Posteriormente, em 2002, assumiu a liderança na ALERJ no governo Rosinha Matheus Garotinho. Nas eleições seguintes, 2004, Silvio Costa de Carvalho voltou a disputar o executivo, agora pelo PMDB, com Noel de Oliveira (PDT), foi eleito numa proporção de respectivamente 46,421% para 33,379% dos votos válidos. Nessas últimas eleições, apesar da coligação da candidata ao governo do estado ser com o partido de seu opositor, Silvio ganhou seu apoio.

para conseguir estabelecer as relações necessárias ao bom desempenho público. No entanto, esse fato só é revelador de que na área política, especificamente, as trocas de favores prescindem de qualquer apresentação formal de alguém que seja herdeiro de um trabalho político. Famílias de políticos conseguem suceder-se de geração a geração criando, por um lado, a idéia de atualização das prioridades públicas, das demandas do lugar que representam, de rompimento com velhas elites, de visão de progresso que se constrói e reelabora a cada geração, e reafirmando, por outro, a continuidade e a perpetuação do controle das esferas públicas, de forma a se tornar condição da própria sobrevivência política do grupo familiar, que ultrapassa o pertencimento a partidos.

A importância das relações estabelecidas no meio é algo valorizado, pois é a partir delas que se potencializam os possíveis recursos a serem conseguidos. Assim, seu filho, Sílvio da Costa de Carvalho elegeu-se para prefeito de Resende nas eleições de 2004 (2005-2008) e teria tocado seus projetos sem a colaboração do pai. Em noticiário de 20 de setembro de 2005, o Governo do Rio de Janeiro comemorava os novos investimentos da Volkswagen¹⁹ no Governo Rosinha Garotinho.

O anúncio foi feito hoje pelo presidente mundial da Volkswagen, Bernd Wiedmann e seu vice-presidente, Roberto Cortes, durante encontro com a governadora Rosinha Garotinho no Palácio Guanabara, onde também foi anunciada a ampliação da fábrica de Resende... Rosinha destacou a relação de confiança que possibilitou o

¹⁹ “A nova linha de produção de caminhões e ônibus Constellation é formada pelos modelos VW 19.320 Titan Tractor, VW 17.250 e VW 24.250, montados na fábrica da Volkswagen em Resende, graças aos incentivos financeiros concedidos pelo governo do estado através do Programa RioInvest, administrado pela Codin – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.” “Roberto Cortes lembrou que essa liderança começou a ser galgada após a instalação da fábrica em Resende. Com a ampliação anunciada hoje, em 20% de área, a fábrica passa de 90 mil m² para 110 mil m². Outro dado, destacado pelo vice-presidente, foi o que se refere às exportações. – Quando nos instalamos em Resende, tínhamos 6% do mercado exportador brasileiro. Hoje, temos 18% – ressaltou, acrescentando que a implantação do segundo turno gerou um aumento de empregos na região e na produção da fábrica, de 110 caminhões por dia, para 175. – A previsão para o não que vem é de 200 unidades dia – anunciou.” (Governo do estado do Rio, 20-09-2005).

desenvolvimento da Volkswagen e de tantas outras empresas instaladas no estado. – Temos consciência de que quem emprega são os empresários e é, por isso, que os fortalecemos. Tenho certeza de que o nosso estado é um exemplo de que é possível fazer o país crescer – afirmou.

O vice-presidente da Volkswagen destacou que a produção da nova linha é um resultado de um investimento de R\$ 1 bilhão, iniciado em 2001. – Desse investimento, feito em parceria com o governo do estado, já investimos R\$ 780 milhões na nova linha. Hoje, estamos dando o sinal verde para mais investimentos no valor de R\$220 milhões, que complementarão essa nova linha. Estamos cada vez mais convencidos de que tomamos a decisão acertada quando escolhemos o Rio para sediar as nossas instalações, pois, além de nos oferecer uma excelente infraestrutura, contamos com um governo que consegue de maneira eficaz conciliar os interesses da população com os dos empresários – elogiou Roberto Cortes.

Estavam presentes os secretários de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, e o secretário-chefe de Gabinete da governadora, Fernando Peregrino, além do deputado estadual Noel de Carvalho, o prefeito de Resende Sílvio de Carvalho, o presidente da Câmara de Vereadores de Resende, Alcides de Carli, e o cônsul-geral da Alemanha Stepan Krier, entre outros.

2.3. Definindo a esfera política: mediação entre políticos e empresários

**Não, graças a Deus,
na família existem ligações políticas,
mas não existe nenhum político.
Ninguém tem aspirações políticas.**

(Luís Eduardo, 1999)

Frase proferida pelo principal representante do grupo empresarial local, Luís Eduardo Tarquínio Monteiro de Costa, ao explicar a participação do Grupo Porto Real nos projetos de criação da infra-estrutura do município de Resende. Representado pelo casal de irmãos, juntamente com Elizabeth Tarquínio Monteiro da Costa (Lula e Bete), é próprio da narrativa do Grupo seus envolvimento nos planos de desenvolvimento e conquista de empresas para a Região, definidos pelo sério ímpeto empresarial que os tornaram fortemente estruturados.

O Grupo Porto Real tem atividades diversificadas²⁰, e a Companhia Fluminense de Refrigerante Coca-Cola é apenas uma delas, mas que reuniu atenção do Grupo pelo desempenho que adquiriu no âmbito nacional; uma das poucas filiais da empresa estrangeira que permaneceu com perspectivas de crescer no setor. A ação dos irmãos empresários esteve sempre vinculada em proporcionar as condições da empresa se manter crescendo e garantindo sua solidificação na concorrência, pela modernização e expansão do negócio.

O mentor do Grupo, o Pai, Renato Monteiro, nasceu na Bahia, onde cultivava amizade com a família de Antônio Carlos Magalhães (ACM), “tinham uma amizade muito

²⁰ Sobre a gestão dos irmãos, a matéria da revista Veja, em edição especial pela chegada da Volkswagen em Resende, dá a dimensão do grupo empresarial através da figura do empresário: “Ali, Lula não era apenas o dono de três fábricas da Coca-Cola, de 10% da Kaiser, de uma fábrica de calçados, outra de uniformes, uma terceira de engradados, de uma usina de leite tipo A, de duas emissoras de rádio, de um banco comercial e de duas concessionárias da Volks. Era, sobretudo, o proprietário de 20 milhões de metros quadrados em Resende e Porto Real. Aliás, 18. Dois milhões ele acabara de doar à Volkswagen, que vai investir 300 milhões de reais para instalar na imensa área baldia uma fábrica de caminhões e ônibus, o que está sendo saudado como ato inaugural de redenção de anos e anos de decadência econômica.” (Revista Veja, 24/07/95)

forte”. “A família Monteiro da Costa é uma família muito tradicional, era uma família de classe média alta”. O Pai chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1946, começando a trabalhar com transportadora e fazendo frete para Brasília. “O Renato chegou ao Rio de Janeiro trabalhando. Trabalhou na construção de Brasília e se associava com todo mundo, se virava. Era um baiano que levava a vida numa boa, sempre rindo, sempre fazendo amigos”. (Bernardo, 2004)

Consta nos relatos que quando ACM veio fazer medicina no Rio de Janeiro, ficou hospedado na casa da família Monteiro da Costa, uma amizade que permaneceu na geração dos seus filhos. Dadas as estreitas relações pessoais entre eles, seu filho primogênito, o Lula, é afilhado do amigo ACM. Em relação ao apadrinhamento típico das famílias nordestinas, sabe-se que uma das características desse tipo de relação requer estreita confiança entre as famílias, mesmo porque se pode considerar a família dos padrinhos uma extensão de sua própria família. Não se entrega um filho para qualquer pessoa “apadrinhar”, mas para aquela que do ponto de vista, ou das relações de amizade, ou das relações de prestígio, pode ser considerado o segundo núcleo responsável pelo indivíduo que apadrinhou.

Outra relação de amizade importante que o patriarca da família cultivara foi com Marcello Alencar. Este foi seu sócio na década de 1960, quando tiveram juntos a boate Drink’s. Foi uma relação de amizade, de interesses políticos e empresariais. E essa relação levou-o a se interessar pela implantação de indústrias no sul do estado, apoio reforçado quando estava no governo do estado do Rio de Janeiro, e o Grupo, então, na direção dos filhos, decidiu doar o terreno para a fábrica da Volkswagen. Na visão do amigo, Renato Monteiro,

[foi] um homem de difícil compreensão, até porque ele não era um homem qualquer. Foi um homem que evoluiu, cresceu, participou com

muita atividade, se envolveu um pouco com a política; era muito amigo do João Gulart, um amigo assim com uma certa intimidade. Eles se davam socialmente, gostavam um do outro. Mas ele sempre cultivou as amizades com os políticos, sobretudo, os baianos, porque ele também era baiano. (Marcello Alencar, 2004)

Em 1959, a família adquiriu em Porto Real, terceiro distrito de Resende, uma antiga Usina de Açúcar de Antônio França Filho, um político na época e proprietário da Confeitaria Colombo no Rio de Janeiro. “O França Filho passou para o grupo do Renato Monteiro. O Renato modernizou a usina toda. Ele tinha uma ânsia de querer uma usina moderna”. Uma área de fazendas numa grande planície que com o Grupo foi se expandindo. “E têm uma área muito grande hoje. Eles pegam desde Angra, essa região toda, até aqui na caída da serra, até Vassouras e Valença; daqui vão até Três Corações (Minas Gerais) e Jacareí no estado de São Paulo. Toda essa área pertence à fábrica que está aqui, a Coca-Cola”. (Alfredo, 2004)

Porto Real era o terceiro distrito de Resende, a partir da década de 50 passa a ser identificado principalmente com a presença marcante da família Monteiro da Costa.

Porto Real é uma colônia italiana com mais de cem anos que basicamente se desenvolveu sob uma antiga usina de açúcar que existia aqui e que na década de 1950 (...). Em 1959, a nossa família adquiriu (...). Então, nossa família está aqui há praticamente 45 anos. A usina de açúcar, no ciclo negativo da cana, foi obrigada a fechar na década de 1960, e a Coca-Cola progrediu sendo, então, a sucessora da usina de açúcar e, com isso, conseguiu gerar a mesma quantidade de

empregos e manter a Vila de Porto Real com (...). Pelo menos, em movimento, não é? Das terras da Açucareira, que eram uma fazenda que tinha plantação de cana e de onde saía o fornecimento de cana-de-açúcar para a usina de açúcar, não é? foi desenvolvido logo depois da fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro. (Luís Eduardo, 2004)

O patriarca dedicou-se durante muito tempo à Usina de Açúcar que teria sido sua paixão. Mais tarde, com a queda do açúcar, o negócio veio a falir por impedimentos estruturais e de mudanças na economia do país.

Bem, meu pai era comerciante no Rio, tinha vários negócios e era muito amigo do França Filho, que era o antigo proprietário (da usina). Ele (o França Filho) era casado, tinha filhos e não gostava do negócio. Tinha comprado há vinte anos atrás, o negócio dava prejuízo e ele não gostava da indústria. E acabou vendendo. Na época, o preço era bom e (...). Agora, tenho certeza de que meu pai foi atraído pela açucareira, pela usina de açúcar. Mas, ele acabou tendo a usina de açúcar por 15 anos, não, menos, por 12 anos. Mas acabou fechando a usina de açúcar. (Luís Eduardo, 2004)

A tradição empresarial do Grupo Porto Real, constantemente em evidência, confunde sua própria história com o histórico de desenvolvimento local. A proximidade com grandes grupos empresariais: a Coca-Cola e mais tarde revendedoras de automóveis da

Volkswagen, demonstram competência e responsabilidade administrativa. Os vários movimentos desse grupo revelam sua inserção como um dos atores mais significativos durante todo o processo mencionado de construção de uma imagem local.

O empresário Renato Monteiro, pelas relações políticas e empresariais que mantinha na época, envolvido e fascinado com a idéia de desenvolver a região, desenhou um plano de desenvolvimento de um Pólo Industrial²¹ para a região no sul do estado. Com o pai ainda vivo, conseguiu atrair algumas empresas como a Sakura, fábrica de filmes; A Seagrans, fábrica de bebidas; a Gotavern, fábrica de caldeiraria para indústria de celulose, além de outras de menor porte. Depois de dez anos, por falta de infraestrutura, algumas empresas tiveram um ciclo negativo e fecharam. “E o pólo, então, ficou praticamente sem perspectiva da metade da década de 1980 até a metade da década de 1990”. (Luís Eduardo, 2004)

Para a filha, a relação do pai com Porto Real era “afetiva” e “ideológica”. Seu projeto principal era criar o Pólo Industrial e povoá-lo. Além disso, devido suas relações

²¹ Elaborado na década de 70, conforme estudo de Lima, 2005, p. 77-78: [O] *Pólo Urbo-Industrial* era um instrumento modernizador e uma ótima opção de negócio. Previam-se que o retorno dos gastos se daria com os juros da venda a prazo dos terrenos pela empresa promotora para o funcionamento das indústrias e de outras atividades econômicas e, embora sendo do âmbito da iniciativa privada, o projeto teoricamente envolveria diversas esferas governamentais ligadas à comunicação, como a EMBRATEL, a CTB, a EBCT e o DNER, este para obras de acesso ao complexo; o BNH, para o financiamento das obras do conjunto do pólo; além de entidades como o BNDES e a FINEP; órgãos como o SENAI, o SESC, o SENAC; e outras instituições responsáveis pela implementação de serviços públicos da infra-estrutura básica do pólo (água, esgoto, energia elétrica, etc.). A lucratividade desses organismos governamentais estaria na operação dos serviços públicos. O pólo ainda previa: 1) Um hotel - Programado para dar apoio às negociações próprias do processo de implantação do complexo industrial, desde uma etapa inicial até uma posterior, final, de atendimento maior ao público, suprimindo, em parte, essa faixa de demanda em relação à sede do município; 2) O Setor Habitacional 1- Destinado a absorver toda a demanda inicial proveniente das necessidades das indústrias. Os estudos sobre a influência das migrações e da efetivação do pólo estimavam uma população de aproximadamente 28.500 habitantes (sem data). Além disso, o conhecimento da média operários/estabelecimento nesse trecho do eixo Rio-São Paulo ofereceria uma gama de opções aos empresários, na adoção da maneira mais conveniente de administração. A consequência seria a possibilidade de negociações com base em projeções, facilitando vários programas de cada indústria. Também estavam programadas atividades sociais que provocariam o seu gradativo “deslanche”. Eram prioritárias a instalação da *Fundação Porto Real*, baseada fundamentalmente na prestação de serviços à comunidade e advinda do próprio fomento das atividades do pólo, e um *horto botânico*, visando suportar a manutenção das áreas verdes do conjunto do pólo e, ainda, a longo prazo, fornecer mudas e sementes, favorecendo a comercialização de espécies vegetais nele cultivadas. Seu dimensionamento seria de 2,80 ha, comportando núcleos de produção, treinamento, administração, apoio e outros serviços complementares. O pólo ainda previa a exploração das condições e potencialidades turísticas da região, em termos de proximidade do Grande Rio para absorção de fluxos turísticos de fins de semana e feriados, abrangidos por grupos de pessoas dotadas de elevado poder aquisitivo, através da criação de “segundas residências” de lazer, sistemas de “colônias de férias” e assemelhados.

peçoais, cultivou um gosto por questões políticas. Dessa forma, “o ideológico, o político, o poder, eram mais importantes para ele do que o econômico, com certeza”; “ele adorava aquela politicagem, aquela fofoca toda, todo mundo”. Contudo, não teve bom desempenho para os negócios, uma vez que “todas as atividades que o pai gostava davam prejuízo”. (Elizabeth, 2004)

Os filhos, que moravam no Rio de Janeiro, estabeleciam laços com o lugar passando férias, ajudando na fazenda e participando da vida social de Porto Real. Viajaram, fizeram cursos fora e voltaram. Este contexto mostra que suas relações são diferentes em relação àqueles que de fato permaneceram lá, pressupunha novas visões, relações empresariais e políticas importantes; as que foram herdadas de seu pai e as novas que foram se estabelecendo; associado a essas trajetórias o culminante prestígio empresarial e político.

Enquanto o pai era considerado “paternalista”, os filhos assumem a postura da racionalidade econômica. Diferentemente do pai, a visão empresarial do grupo através dos irmãos mudou quando assumiram os negócios. Após uma racionalização e direcionamento das atividades do Grupo, focada na Cia de Refrigerantes, os irmãos passaram a considerar veementemente o parâmetro econômico: “o grupo não faz nada que não seja economicamente viável; o compromisso é com o desenvolvimento”. (Elizabeth 2004)

Encerradas as atividades da Usina Açucareira, os esforços empresariais se concentraram, na gestão dos filhos, na Companhia Fluminense de Refrigerante – Coca-Cola, como demonstra este relato de como os interesses se redefiniram em função dessa empresa e passaram a se expandir.

A Coca-Cola cresceu, nós entramos em outros ramos, compramos as revendedoras Volkswagen aqui da região... Em função dessa compra das revendedoras, nós criamos diálogo com a Volkswagen e acabamos

trazendo-a para cá. Eu me lembro que o Ronaldo César Coelho chegou numa quarta-feira de cinzas de helicóptero ali perto do pólo e o pessoal da Volkswagen tinha me dito por telefone: “– Há, talvez a gente precise de 300.000 ou 400.000 metros e tal (...)” Aí, eles chegaram: “– Não, o negócio não é 400.000, é 1 milhão de metros quadrados. Vocês doam?” Nós doamos. E aí realmente começou, e isso foi para a mídia. Ficou na mídia durante muito tempo e acabou sendo positivo para todo mundo, projetando, e aí vieram as outras indústrias. (Luís Eduardo, 2004)

A partir de então, a Coca-Cola foi o grande empreendedor antes da chegada das indústrias automobilísticas, e empregava muitas pessoas de Porto Real e Resende. Dessa forma, se equacionado cada empregado às famílias e parentes, havia um contingente muito grande de pessoas relacionadas à empresa e que, concomitantemente, apoiavam as escolhas políticas dos empresários. Olhando para o prestígio político dos empresários, percebe-se que políticos de Resende e Porto Real tiveram por trás o apoio e os interesses de desenvolvimento do Grupo Porto Real, considerando vereadores, prefeitos, e as relações políticas que se estendem na esfera estadual e federal, e mesmo no nível internacional.

Levados a fechar o negócio da Usina e empenhar-se na Cia de Refrigerantes, em um município marginalizado pela pobreza e falta de mão-de-obra qualificada, parece claramente que o grupo empresarial possui uma visão sobre as condições necessárias e possíveis para manter seu investimento privado. Fica claro que o local onde a empresa deve se desenvolver tem que possuir as condições estruturais básicas que possibilitem sua permanência e desenvolvimento.

O distrito de Porto Real era também carente de empregos e educação e os empresários tiveram o papel de provedores dos serviços para a comunidade. Antes da emancipação do distrito a Fundação, administrada pela família, esteve focada na área da educação.

A fundação é outro elemento que foi implantado aqui, com o objetivo de quê? Com o objetivo de oferecer determinados serviços que uma prefeitura capacitada e já montada deveria estar oferecendo. Como isso aqui começou do zero – no primeiro dia, o prefeito não tinha nem uma prefeitura, nenhuma mesa, nem conta bancária, nem funcionários, tinham muitas prioridades para ele perseguir, que não fossem uma parte social. Então, hoje a fundação funciona, eu não digo como um concorrente assim... Acho que a palavra certa é “concorrente construtivo”, porque acaba fazendo com que a prefeitura tenha que se organizar e oferecer coisas melhores do que a fundação está oferecendo. Então, existe uma competição construtiva. Então, acaba sendo um elemento para forçar uma evolução da prefeitura nessa determinada direção. A fundação invocou três áreas de atuação, mas a questão é educação. Tem programa de alfabetização de adultos, tem programa de supletivo do ensino fundamental. 40% da população entre 15 e 35 anos não têm ensino fundamental completo. Mas não têm porque antigamente Porto Real não tinha escola. Porque não era cidade, e Resende não tinha verba para atender a todo mundo. E era aquele distrito distante, não é? Hoje em dia, tem escola. Noventa e nove ou cem por cento das pessoas já estão matriculadas, mas sobrou

40% das pessoas entre 20 e 35 anos sem estudo (ensino) fundamental. Então, a fundação tem um programa supletivo de ensino fundamental, tem um supletivo de ensino médio e a prefeitura também tem. Então, ficam duas instituições prestando serviços semelhantes e concorrendo entre si. E isso só faz com que a população acabe estudando mais. Não gosta de uma, estuda na outra, não gosta de outra, estuda em uma. Enfim, e ajuda algumas pessoas a tentarem passar no vestibular, uma espécie de reforço (...) (Luís Eduardo, 2004)

A visão empresarial do Grupo Porto Real, na administração dos irmãos é focada no sentido de criar incentivos de desenvolvimento para a Região, por considerar que a existência ou desistência de qualquer das indústrias que se localizam na região refletiria na região como um todo, uma vez que “é uma região interligada”. Assim, seu interesse perpassa pela defesa do desenvolvimento através das indústrias, criação de postos de trabalhos e melhoria das condições de vida da população. Com uma visão bastante apurada, cita o exemplo da CSN:

Nós estamos com grande expectativa agora com o 4º forno da CSN. Isso vai gerar desenvolvimento para a região. Quatis é uma cidade dormitório; saem vários ônibus de Quatis, quer dizer, se fecha um forno desses é um bando de gente desempregada na rua, sem perspectiva. (Elizabeth Monteiro, 2004)

A iniciativa mais marcante e diretamente relacionada à vinda da Volkswagen para Resende foi a doação do terreno para a construção da fábrica, atitude bastante referida como

um dos principais atrativos para a empresa. Sendo que a mais interessante propriedade do grupo que nos interessa, aqui, refere-se a 20 milhões m² de terras, envolvendo Resende e Porto Real dos quais doaram 2 milhões m² para a construção da fábrica Volkswagen. Um trabalho de “grupo” que, segundo o empresário, envolvia vários interesses.

[...] Eu me lembro no carnaval eles tomaram posse... e no carnaval, o pessoal da Volks passou aqui. Aí o Ronaldo falando assim, porque ele já me conhecia: aqui está o Lula, que está disposto a doar 400 mil m². Aí, eu me lembro que o presidente da Volkswagen disse: mas 400 mil m² não nos atende. Aí nós falamos que se for necessário um ou dois milhões m², também vão ser doados. (Luís Eduardo, 1999)

2.3.1. Empresários e as relações políticas locais

Das relações políticas essenciais, ressalta-se a ligação dos empresários àquele considerado o político de maior visibilidade em Resende, representando juntamente ao grupo de empresários os interesses do desenvolvimento local. Os empresários cultivaram com Noel de Carvalho a *parceria* visivelmente expressiva nesse objetivo, uma vez considerada sua trajetória política e atributos como prefeito de Resende e representante no governo do estado.

Percebe-se, no entanto, que a auferida desvinculação da “política” não os distancia, pelo contrário, os aproxima de uma visão definida das forças políticas importantes para o desenvolvimento da Região. Nesse âmbito, os empresários admitem o apoio político a duas esferas principais: “Nós apoiamos sempre duas áreas daqui: o PSDB e o Noel de Carvalho”.

O Noel de Carvalho porque era uma determinada linha progressista, e ele sempre muito ligado ao governo do estado, defendendo também a nossa causa. Porto Real foi emancipada na época em que era prefeito de Resende um sucessor dele, que ele ajudou a eleger, o Augusto Leivas. Então, basicamente são essas duas linhas que a gente mais ou menos determina ou que, pelo menos, tem que ter o reconhecimento. E foram essas pessoas que fizeram muito por isso aqui. (Luís Eduardo, 2004)

Dessa *pareceria* local entre esfera pública e privada aludem, tanto nos discursos dos empresários, como nas falas do político, suas contribuições na construção da infraestrutura existente no município de Resende. Valorizam o fato de sempre se disporem a trabalhar nos investimentos locais, juntamente com os representantes políticos que comungam de sua ideologia em função do desenvolvimento. Ao longo desse processo, desde os anos 70, o grupo teria investido com recursos próprios e em parceria com órgãos públicos municipais no desenvolvimento da região, realizando algumas obras: “O mini-hospital daqui, a empresa construiu e doou para a prefeitura; um ginásio poliesportivo, nós construímos e doamos para a população. Coisas desse tipo. O viaduto para a Guardian, um viaduto por cima de uma estrada de ferro, trezentos mil reais, nós construímos e doamos para a prefeitura”. (Luís Eduardo, 1999)

É contundente, no discurso da empresária, a visão aguçada de uma política nacional coerente com uma administração pública competente no destino do país. Num relato revelador, diz ter levado o PSDB para a Região e ser adepta da forma de governo Parlamentar, por acreditar que algum de seus representantes “pode subir e eleger o Parlamentarismo no Brasil”. (Elizabeth, 2004) Em detrimento de sua clareza sobre o

distanciamento em relação à política, neste caso, parece bastante diferente do envolver-se com a política, uma postura que se projeta nacionalmente e na administração pública do município e que se atualiza dentro dos diversos contextos.

Pelas dimensões territoriais e, independente destas, pela visibilidade do grupo e pelo escopo das relações sociais do pequeno município, é comum às pessoas saberem as origens dos políticos ligados aos empresários. Inclusive, pelas mesmas razões, é difícil encontrar políticos que estejam fora do alcance de envolvimento com o grupo, de modo que existe certa facilidade em identificar aqueles políticos apoiados por eles para a representação pública no município. Segundo o relato de um conhecedor da história da região,

É lógico que a Coca-Cola em si acabou representando toda a região, vendendo até o estado de São Paulo, e acabou sendo um bom empregador, um bom pagador de impostos estaduais, e aí foi influenciar na política direta ou indiretamente, tanto é que antigamente perguntava-se quem era o candidato da Coca-Cola. Então, aquele que não fosse perdia a eleição, porque grande parte dos votantes trabalhava lá. (Toledo, 2004).

Num discurso informal um dos secretários municipais revelara que o empresário seria “mais político do que todo mundo”, numa postura de “um político escondido, disfarçado” e que mantinha com o prefeito um “pacto de fidelidade”. Certas críticas e insatisfações do informante deviam-se ao fato de entender que seu trabalho ficara prejudicado na secretaria, uma vez que nesse ano, 2004, dedicavam-se aos interesses imediatos das eleições.

A partir do momento em que o grupo participou diretamente da conquista da Volkswagen e a Peugeot-Citröen instalou-se no município, o prestígio do grupo é redimensionado. Se antes seu reconhecimento junto à população dava-se em função das oportunidades de emprego geradas pelos negócios do grupo, agora estava ligado ao trabalho pela conquista de duas empresas multinacionais, confirmando o compromisso com o desenvolvimento e as oportunidades proporcionadas por projetos dessa dimensão.

Por época do Seminário em comemoração pela emancipação de Porto Real, mostra-se todo o aparato da “representação” para a população local do modelo de desenvolvimento regional e daqueles que defenderam tais interesses, de modo a permitir identificá-los e legitimá-los como representantes. Como descrito anteriormente, o evento ocorreu no mês de julho, ano das eleições municipais, e encenava as regularidades próprias dos acontecimentos de cunho partidário e eleitoral, como comícios, palanque e a presença dos aliados políticos e representantes dos interesses de desenvolvimento local. Lugares cuidadosamente ocupados em volta de uma mesa por aqueles considerados responsáveis pelo desenvolvimento da Região.

Do Bernardelli eu gosto muito. Só fiquei indignado que quando eu saí do governo, ele mudou de partido e não me disse nada. Eu me tornei muito íntimo dele. Ele foi comigo a Paris. É um homem grosso de hábitos e foi um sucesso lá. Em meio a muitos discursos, chegou a hora dele, que puxou uma mala com uma porção de camisas de Porto Real pra dá para os diretores da empresa. Foi aplaudido pra burro! Com toda a sua grossura, ele ajudou muito pra que a Peugeot fosse pra lá. Nós vamos lá prestigiar porque nós temos o interesse em manter Porto Real como um item em nossa memória. Nós queremos fazer

com que o partido se envolva mais com as questões que possam favorecer o seu desenvolvimento. **Tem um caráter não só eleitoral.**

O pessoal de lá queria que ele fosse e, embora já tivesse marcado, preferiu ir nessa data porque favorece o candidato. Mas ele não vai fazer discurso de palanque, só vai falar sobre desenvolvimento. **O Lula é quem está por trás disso.** (Marcello Alencar, 2004)

2.3.2. Visão empresarial e trajetórias políticas

A análise das trajetórias de alguns indivíduos que ingressaram como empregados no Grupo Porto Real, mostra que suas trajetórias vão tomando o direcionamento da participação político-partidária. Pessoas que obtiveram êxito na empresa e, posteriormente, visibilidade na política, buscando o princípio de desenvolvimento da região e de construir as condições infraestruturais necessárias para a atração de grandes investimentos – essa é uma regularidade nas trajetórias referidas.

Abelardo Galvão

Chegou a Porto Real em 1957, na época em que a Usina de Açúcar era do Antônio Ribeiro França Filho, e foi convidado pelo diretor superintendente para trabalhar na empresa com a distribuição dos produtos da Colombo, que tinha parte dentro do negócio da açucareira. Quando foi comprada por Renato Monteiro, passou a ser vendedor da Coca-Cola e participou da expansão dos negócios como uma pessoa de confiança.

De vendedor eu passei a fazer supervisão. Daí, eu vim pra gerente de fábrica e depois fui puxado para a diretoria na saída do irmão do Renato, o Zé Monteiro. Fui diretor de marketing e presidente de honra do clube pra poder atender os funcionários, a população, e ainda sobrou tempo nessa época pra que eu e o Renato Monteiro tentássemos fazer a emancipação. Juntamos os políticos de Floriano, os de Quatis e aqui em Porto Real nós não tínhamos políticos. Era distrito, Renato Monteiro presidia essas reuniões em plena revolução. Aí, deu uma briga tremenda porque o pessoal de Quatis era que tinha a menor receita. A maior era de Floriano, que começava lá na Flumidiesel, pegava a Dupon, a fábrica de cálcio da White Martins (...). Então, o território maior e mais rico de receita era o de Floriano, em segundo era Porto Real, que tinha ainda funcionando a usina de açúcar, a Coca-Cola, a cerâmica já tava funcionando aqui, e Quatis tinha porco, frango, ovo, leite e mais nada. Mas tinha os políticos mais chatos. Chegou na hora, não deu pra entender porque começou a briga entre Floriano e Quatis, e o Renato falou: não, pára! (eu tinha isso aí gravado em fita). E virou pra mim e disse: Abelardo, quer saber de uma coisa? Que se lixe! Porto Real um dia vai se emancipar sozinho e que Floriano e Quatis fiquem pra lá! Escolhemos um nome: Valparaíba. Prontinho! Não deu. Sentamos aqui no clube um dia e o Renato falou: vamos criar a Câmara Júnior.

Participamos com muita intensidade do crescimento da Coca-Cola, uma expansão forte, crescemos no território. Nós, na época, fazíamos o sul do estado do Rio de Janeiro, os limites de Vassouras, Valença,

Angra dos Reis e tínhamos como territórios extra-oficiais o sul de Minas e o Vale do Paraíba paulista. Fazíamos até Aparecida do Norte. São Paulo tentou comprar e não vendemos. Acabamos ficando com o sul de Minas, um pedaço muito grande, mas tudo conquistado com trabalho. Primeiro, a gente entrava sem a garantia de o território ser seu, brigava com produtos que chegavam de outros lugares, a própria Coca-Cola, que vinha através de outras fábricas. Com um trabalho bem feito, conseguimos com que a Coca-Cola internacional legalizasse o território para a gente, pra ser o nosso território oficial.

Renato Monteiro começou a esboçar estratégias através da criação de instituições que se tornariam o espelho refletor do trabalho do grupo e que passariam a representar o consenso de ideal da comunidade e de movimentar a vida social da cidade – colocava-se então a necessidade de se organizarem.

Eu, Renato, Álvaro Orioli, Adolpho Massias, um português que tinha aí e que me ajudava no clube. Juntamos o pessoal e decidimos criar uma Câmara Júnior. O Renato Monteiro viu isso no exterior. Mas quando fomos ver, o máximo de idade que se podia ter numa Câmara Júnior, que eu não sei se veio da Inglaterra, era 23 anos de idade. Então, era um troço pra jovem. Não era isso aí. Então, nós temos que criar uma sociedade. Aí, eu fiquei sabendo que Bananal, no estado de São Paulo, que nós atendíamos, tinha uma Sociedade Amigos de Bananal, a SABE. Eu fui pra lá. Fui pra lá e criamos a SAPRE no dia 25 de setembro de 1966. Aí, foi um ano. (Nesse momento, ele me

mostra o contrato social da associação). E, em plena revolução, ARENA e MDB, o governador do estado do Rio de Janeiro, Geremias de Mattos Fontes e mais cinco secretários vieram inaugurar o grupo escolar que eu consegui que ele construísse e que está aí, o República Italiana.

Criamos a Sociedade Amigos de Porto Real. Eu fui o primeiro e o segundo presidente. O mandato era de um ano e não se podia ter mais. Aí, começamos a fazer uma apresentação dos nossos candidatos para o público dentro do clube. Primeiro, não pegamos ninguém do MDB, só da ARENA. Então, como o Pineschi não participou da fundação da sociedade, Eu e o Renato conversamos sobre o Pineschi ser vereador. Eu e o Renato Monteiro falamos: Pineschi você vai ser o nosso vereador. Eu não! Eu não vou ser vereador! Eu nunca fui vereador! Senta aí Pineschi, senta aí rapaz. Como é que a gente vai fazer um movimento desses e vai continuar vendo teus tios, teus parentes tudo vivendo analfabeto, indo lá para poder ser dirigido? Aqui não tem energia elétrica, não tem nenhuma (estrutura) nesse distrito, Pineschi! Ah, mas eu não vou pedir voto! Você não precisa pedir voto, você fala com os seus parentes em Resende, nós vamos fazer um trabalho direitinho aqui e você vai ver o que vai acontecer. Aí, o Renato: você vai ser mesmo? Tá bom, eu vou ser! Aí, já pusemos o Pineschi de frente.

Criamos um serviço social fantástico “Amor e Caridade”; ensinamos a Igreja e as Famílias Italianas a buscar as origens, eu na direção da empresa, mandando correspondência para a CDL já existente,

Associação Comercial, a Maçonaria que depois eu entrei, Helines, Ruteris, e todo ano fazendo um festão aqui no Clube, vender os jantares pra poder pegar dinheiro, que é a filantropia. Ensinamos a Igreja a fazer isso (...). Foi um trabalho profundo aqui e aí vieram o primeiro restaurante italiano, toda essa cultura... Já não participei mais da fundação da Vitória Emanuela da Associação, então não foi italiana. Dou um apoio, sempre dei, e começou essa cultura toda. Ajudei a primeira banda de música, porque quando os italianos vieram pra colônia tinha três bandas de músicas, depois não tinha nada. Aqui italiano ninguém falava mais, só os palavrões na ponta da língua, mais os palavrões em português.

Casou-se em 1961 com a irmã mais velha de Sérgio Bernardelli e o chamou para trabalhar na Companhia de Refrigerantes. Afastou-se durante algum tempo da política por desgosto, mas continuou seu trabalho na empresa. Depois voltou a trabalhar na política com Sérgio Bernardelli, até quando este perdeu as eleições municipais de 2004. Numa avaliação em geral positiva, afirma: “E eu gostei, adorei, criei quatro filhos aqui dentro, estão todos formados fora e não queria mudar daqui. Ganhei essa casa do Lula, tem um terreno, tem um sítio em frente ao Paraíba (Rio) do lado de Quatis... Trabalhei na última vez com Sérgio, no último falei pra ele meio-dia: Sérgio você perdeu as eleições!”.

José Marcos Pineschi

“Conheci e trabalhei muito tempo com ele”, refere-se a Renato Monteiro da Costa, “O Renato era um sujeito de um coração enorme. Eu considero o Renato um homem de uma visão muito grande. Tudo que ele estava vendo, ele tinha um pensamento vinte anos na frente do tempo”.

Comecei a trabalhar na lavoura com 8 anos de idade com a minha avó, que era italiana. Com 14 anos me empreguei na indústria, trabalhei 34 anos na indústria de açúcar. Entrei na lavoura de cana, fui tratorista, fui ajudante de caminhão, fui mecânico, depois fui pra indústria de açúcar e só saí como diretor industrial, quando ela fechou, quando fui embora para Resende porque eu discordei de uma orientação do Rio e pedi minha aposentadoria. Foi quando eu fui eleito prefeito de Resende.

A fase Arenista de Resende é representada, após o movimento de 1964, pela eleição sucessiva de três representantes políticos no executivo municipal: Oswaldo da Cunha Rodrigues (1963-1966), que fora PTB e terminou seu mandato como membro da ARENA. Nas eleições seguintes foram eleitos pela ARENA prefeito e vice-prefeito Aarão Soares da Costa e Pedro Braile Neto (1967-1970), apoiados pelo Grupo. No biênio seguinte, também pela ARENA, foi eleito prefeito José Marcos Pineschi e vice-prefeito Virgílio Diniz (1971-1972). De 1973 a 1976, retorna Aarão Soares da Costa, tendo como vice João Luiz Gomes. (Whately, Godoy, 2001)

Prefeito de Resende de 1971 a 1972, considera ter feito muito esforço junto com Renato Monteiro pela atração de empresas para Porto Real, e pela emancipação do então terceiro distrito de Resende. Participou do processo pela tentativa do Grupo Porto Real criar um Pólo Industrial e junto com Renato Monteiro fez os primeiros esforços visando o desenvolvimento. Atribui à sua colaboração a chegada das primeiras indústrias em Resende:

Ele que negociou tudo com a Sakura, que foi a primeira indústria que veio para Resende. A primeira indústria quem trouxe para Resende fui eu, foi uma obra minha e chamava-se Sakura (indústria de filmes virgens). A Michelin também foi obra minha, como prefeito. Só que ele vinha aqui para Porto Real, mas recebi um golpe sem querer, desses que chutam o calcanhar da gente, e levaram para Itatiaia através do Tamborindeguy. Ele tinha um grande restaurante lá e também tinha um terreno mais ou menos hipotecado e cedeu para os franceses, que foram para lá. Então, eu trouxe na minha época a Sakura e a Seagrans, a Sulfato de Alumínio Resende, que faliu. Eu trouxe a Xerox. A Xerox foi um papo entre eu, esse Tamborindeguy e o falecido Sérgio Gregori num almoço lá no restaurante. Tinha uma indústria parada e nós o convencemos a comprá-la, e hoje é a Xerox. Fui eleito em 1970. Só não inaugurei a Seagrans porque o meu mandato foi muito curto. Foi um mandato tampão.

Quando o Sérgio assumiu, eu assumi junto com ele. Eu tinha sido um ex-prefeito de Resende e toda a campanha do Sérgio foi feita em cima do meu nome, como ex-prefeito de Resende e com a prática de quinze

anos na prefeitura de Volta Redonda. Assumi no dia 1º de janeiro de 1997, junto com o Sérgio, como Secretário de Assuntos Especiais.

Sérgio Bernardelli

Toda a minha vida profissional foi com o Grupo Porto Real; há trinta e quatro anos que eu trabalhei nesse Grupo, de 62 a 96, passei por diversos setores, auxiliar administrativo e cheguei no final como Gerente do Grupo, durante 15 anos praticamente gerenciando a área financeira do Grupo. Então, eu tenho uma admiração muito grande não só pelo Lula e pela Bete, como também pelo Renato Monteiro, que foi a primeira pessoa.

Foi vereador de Resende de 1977 a 1992, período no qual buscou atender aos interesses de desenvolvimento de Porto Real. Quando vereador de Resende fundou o PSDB em 1989, juntamente com Elizabeth Monteiro que menciona seu apoio e ter levado o partido para a região. Terminado seu último mandato como vereador, coincidiu com as negociações da Volkswagen em finais de 1993, início de 1994, para se concretizar em 1995. Empenhado com o Grupo, participou das negociações pelo processo de emancipação.

Foi o primeiro prefeito de Porto Real e ganhou duas eleições seguidas, de 1997 a 2000 e 2001 a 2004 pelo PSDB, disputando com Jorge Serfiottis pelo PFL em segundo lugar. Conjuntamente com o grupo e o representando, começaram a construir a estrutura administrativa do município.

Em 97, não tinha um lugar pra gente administrar nossa prefeitura. Nós tivemos que montar tudo; não existia Porto real, acho que é a mesma coisa: você começa a desbravar um sertão, ou um deserto, onde não tinha nada; não tinha água, esgoto, tratamento, hospital, ambulância, maternidade; não tínhamos absolutamente nada, e não tínhamos uma estrutura ainda. Então, nós iniciamos uma atividade praticamente com nada.

Norival da Silveira Diniz

Nascido e criado em Resende, ingressou no Grupo Porto Real em 1987 e permaneceu até 2001. Convidado a trabalhar na Companhia Fluminense de Refrigerantes - Coca-Cola, começou como auxiliar de compras e chegou a gerente de compras na área de suprimentos. Em relação aos laços com a família de empresários, acrescenta:

(...) Então, é uma família, é uma empresa grande, um grupo grande, de médio pra grande, mas que tem um espírito familiar, então isso é muito positivo. Ele (Lula) é uma pessoa família, o pai era assim (o pai conheci, mas não trabalhei com o pai). Ele, a irmã, são muito presentes, tem uma condição de família mesmo, de paizão muita das vezes. Uma pessoa que tem um carinho pela cidade de Porto Real e participa da vida social muito forte, então tem uma visão muito interessante, são pessoas que estão envolvidas e querem ter sua participação de desenvolvimento, da responsabilidade social. A esposa dele tem uma Fundação que ajuda na área social, de educação,

esporte, cultura, saúde. Então, quer dizer, são pessoas que estão envolvidas em tudo que tem aqui, eles participam de uma forma muito efetiva e, enfim, geram 1.200 empregos”. (2004)

Considera sua trajetória ao ingressar no Grupo, quando conheceu Bernardelli, trabalhando com ele. “Começou a trajetória, fui recebido, fiz grandes amizades dentro do relacionamento do trabalho e tive oportunidade de adquirir experiência nesses anos”. Tinha gosto pela política, algo que se intensificou por época do movimento pela emancipação de Porto Real, “gostava de falar de política, de discutir política, mas nunca tinha despertado a vontade de ingressar diretamente, interesse de entrar na política de cara e coragem, com a minha ideologia, com a minha vontade, com a minha maneira de ver a política”.

O ingresso no Grupo e a aproximação com Bernardelli geraram as condições de se tornar um político em Porto Real. “Então, quando o Bernardelli já era político, vereador de Resende, quando ele fundou o PSDB em 1989, ele me convidou; eu não tinha filiação partidária, ele me convidou para ser um dos fundadores do PSDB; já tinha sido fundado nacional e estava fundando regionalmente; e no município de Resende nós fomos uns dos fundadores do PSDB”.

Posteriormente, com a emancipação, foi convidado por Bernardelli para ser “candidato a vereador dentro de sua coligação”. Foi por duas eleições seguidas, coincidentes com Bernardelli no executivo, o vereador mais votado em Porto Real, e escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal.

A gente começou com muita dificuldade, por isso, falta de experiência, mas com muita vontade, muita determinação, focando a política da forma que eu entendo que é a melhor forma de fazer

política. A gente conseguiu implantar o poder legislativo, e o Bernardelli também implantando o poder executivo. E harmonicamente a gente conseguiu parceria junto com a iniciativa privada, com os empresários, com o Lula da Coca-Cola, e outros empresários aqui da região; construir e sensibilizar para que viessem esses grandes investimentos. (2004)

Conjuntamente com o Grupo, havia construído seu projeto político para a continuidade da administração Bernardelli, com a qual se identifica fortemente pelas novas condições que Porto Real assumiu depois de emancipação, que teria mudado completamente a infraestrutura do novo município. Em seu relato consta que quando Bernardelli assumiu, em 97, havia 800 crianças na rede municipal, depois já seriam 3.200; 7 médicos, 14 ou 15 enfermeiros, 1 posto de saúde no Bairro de Fátima, depois contabilizavam 82 médicos de todas as especialidades, maternidade de primeiro mundo, 11 ambulâncias, cinco núcleos PSF – Programa de Saúde Familiar, 2 policlínicos, e mais 3 centros de diagnóstico de tratamento em construção; Escola Técnica para uma cidade de 12 mil habitantes, com laboratórios caros que normalmente se investe em municípios de 150-200 mil habitantes, onde a demanda é maior, com cursos profissionalizantes que deem empregabilidade, discutindo com o empresariado.

Envolvido com o trabalho político, inclusive com sua intensificação por época do processo de emancipação, seu aprendizado como vereador, diretamente na administração pública o estava preparando para a sucessão de Bernardelli nas eleições de 2004 quando perdera as eleições, disputando pelo PSDB, para Jorge Serfiotis (PFL).

Quando fiz parte desse grupo de emancipacionismo, ali comecei entrar diretamente na vida pública, discutindo, com idéias; quando fui candidato a vereador, quando me elegi comecei a participar diretamente da vida de uma cidade mais diferente, começando, implantando, não foi uma coisa que já estava pronta, tudo muito novo, tudo sem comparativos; e aí a gente começou, dentro da nossa função como vereador, apoiando o governo, apoiando o executivo, e ali a gente aprendeu. (O empresário Lula) tinha um compromisso, ele assumiu a posição de apoiar esse grupo, apoiou duas vezes e hoje continua dando apoio à continuidade a essa administração; uma administração que está dando certo, voltada pro desenvolvimento e crescimento da cidade, então, ele participou, então, ele apóia a nossa candidatura. (2004)

Jorge Serfiotis

Nascido e criado em Porto Real, trabalhou com o Grupo Porto Real na Usina de Açúcar, no setor de balança e no almoxarifado. Manteve relações com o pai e, posteriormente, de forma mais próxima, com o Lula. Este o teria levado para a Europa, posto sua esposa para trabalhar e pago curso de medicina para seu filho. Esteve apoiado pelo Grupo quando ingressou na política em 1989, e ficou durante oito anos como vereador de Resende (1989 a 1996).

Nesse período, procurei fazer o melhor para Porto Real, ou seja, a cidade não tinha nada... O Noel de Carvalho conseguiu lá em Brasília

duas estações de esgoto, uma em Freitas Soares e outra no Jardim Real. Conseguimos uma estação de tratamento de água no Freitas Soares, um CIEP para Freitas Soares, eu trouxe o 2º grau para Porto Real, o único que existe hoje, reformamos a escola do Jardim Real, colocamos para funcionar a escola que não funcionava, reformamos toda a escola República Italiana, fizemos refeitório, ou seja, modernizamos a escola. Água, luz e esgoto em quase todos os bairros de Porto Real, a unidade mista hospitalar, porque não tinha nada em Porto Real, só um ‘postinho’ que há até hoje. Aí, conseguimos com muita luta trazer essa unidade mista hospitalar para Porto Real, enfim, pavimentamos várias ruas que não tinham pavimentação nenhuma, fizemos aquela praça grandona do Jardim Real, arborizamos todo o Novo Horizonte, esgoto, pavimentação no Novo Horizonte etc. Foi muita obra, muita obra mesmo. De 1989 a 1996, eu posso te dizer que foi a mesma quantidade de obra que foi feito nesses oito anos de município. (2004)

Posteriormente, coincidindo com o processo de emancipação de Porto Real, considera-se “o primeiro signatário da emancipação”. Tendo se empenhado num trabalho relevante em conjunção com os interesses da emancipação, afirma ser “o único vereador em Resende, lutando por Porto Real. Negociei com a Câmara de Resende e com a Assembléia do Estado”. É reconhecidamente, até mesmo por seus opositores, uma das pessoas que mais se empenhou no processo de emancipação de Porto Real, então, terceiro distrito de Resende. Nesse período, havia se afastado da aliança partidária com o Grupo e disputou as primeiras eleições municipais para Porto Real pelo PFL, ficando em segundo lugar em relação a Sérgio

Bernardelli (PSDB) que ganhara as eleições por uma pequena margem de diferença, em torno de 215 votos. Nas eleições seguintes, voltara a disputar o executivo municipal pelo PFL com Sérgio Bernardelli, então pelo PDT, sendo que este fora reeleito em 2000.

Contudo, nas eleições de 2004, mais uma vez lançando-se candidato a prefeito de Porto Real pelo PFL²², considerado oposição no município, disputou com Norival da Silveira Diniz (PSDB) e ganhou as eleições por uma diferença aproximada de 6,4% dos votos. Seu trabalho por época da emancipação mostrara-se reconhecido; ganhou visibilidade por seu desempenho e, possivelmente, diante de uma vida pública mais expressiva e anterior à do seu opositor. Aproveitando o momento da emancipação, assim como diante das novas demandas da população, confirmava sua postura de defensor dos interesses públicos do município – seria o começo para um projeto de transição no executivo municipal.

2.4. Desenvolvimento regional: sonho de família e relações de reciprocidade

A relação entre a família Carvalho e a família Monteiro da Costa é anterior à geração atual, representada pelo político Noel de Carvalho e pelos empresários Luís Eduardo e Elizabeth. Quando os dois grupos falam, fazem sempre referência a *nós*, pressupondo a *parceria* que estabeleceram na busca de objetivos coincidentes em termos de desenvolvimento para a região. Mas também se mostram como relações eficientes para o estabelecimento dos dois grupos como mentores de tal desenvolvimento, o que lhes remete a uma visibilidade impressionante na região. É unanimidade atrelar as condições infraestruturais do município de Resende (e depois de Porto Real) ao trabalho e parceria entre

²² Ao chegarmos para o Seminário, e ainda procurando pela localização exata onde estaria FHC para dar uma entrevista, nos deparamos com uma imagem que ficou registrada na memória (e depois me ocorreu que também numa fotografia): tratava-se de um trator operado por um senhor que fazia terraplanagem em frente a um dos prédios da administração municipal e uma bandeira com o número 25 (PFL) era o adereço do trator, o que mais chamava a atenção e despertava curiosidade, num primeiro momento, sem saber o desfecho das eleições daquele ano, registrei no diário de campo como um fato curioso.

eles. Algo naturalizado no imaginário popular, conseqüência da *parceria* entre o homem de “**espírito público muito forte**”, definição do empresário sobre o político, e da família de empresários, os episódios mostram-se pelo envolvimento dos dois grupos: Noel de Carvalho pela via da esfera pública das condições político-administrativas, e os empresários pelo apoio na esfera privada.

Noel de Carvalho, considerado o sucessor dos ideais de homem público da família, foi motivado pelo comprometimento em bem representar seu pai. Cultivou o antigo sonho do pai Augusto de Carvalho que teria sido o primeiro a sonhar na década de 50 com a chegada da Volkswagen, quando fora político em Resende de meados da década de 50 ao início dos anos 60.

Era o ano de 1959 e a Volkswagen estava para instalar a sua primeira fábrica no país. Joaquim Monteiro de Carvalho pertencia ao grupo empresarial Monteiro Aranha, que detinha na ocasião 10% das ações da empresa alemã no Brasil. Augusto de Carvalho, por conta da amizade e da aproximação do amigo com a Volkswagen, sonhou alto - a Volkswagen em Resende. E não apenas sonhou, como tentou, ainda por intermédio do amigo, a concretização desse sonho. (Jornal A Lira, julho, 1995 *apud* Campanário)

Consta na mesma matéria do jornal que o Brasil passava pela “euforia progressista com Juscelino Kubitscheck”, e o Rio de Janeiro “já tinha seus dias de Capital da República contados”. “Em contrapartida, São Paulo mostrava pujança e iniciava sua arrancada para se tornar a ‘locomotiva’ que iria puxar os vagões do desenvolvimento econômico do país. A indústria automobilística, com toda a força, estacionava no estado vizinho. Em poucos dias,

Juscelino desfilaria no fusca preto, modelo 58, ao lado do presidente mundial e do presidente da Volkswagen no Brasil. O sonho de Augusto de Carvalho entrava em recesso.” (Jornal A Lira, julho, 1995 *apud* Campanário)

Nesse sentido, Noel de Carvalho herdou o sonho do pai em levar a Volkswagen para a região.

Dezoito anos depois, Augusto de Carvalho ainda era um político influente na região, e ainda guardava dentro de si o antigo sonho. Era o ano de 1977, e ele assistia orgulhoso a posse do seu único filho, Noel de Carvalho Neto, na cadeira que já fora sua: a prefeitura de Resende. E Noel não recebeu de herança apenas o fascínio pela política. Também herdara o sonho, e resolveu colocar sua vida de homem público em função disso, de tornar Resende um pólo de desenvolvimento para a região. (Jornal A Lira, julho, 1995 *apud* Campanário)

Nas lembranças do filho ficaram registradas as imagens do sonho do pai. Resende estava numa condição bastante precária no que se refere aos recursos, Augusto de Carvalho fora impossibilitado de promover seu sonho, pela falta de algumas condições estruturais básicas, destacando-se a falta de energia elétrica, entre outras.

Um estímulo que ele recebeu e ficou muito marcado na minha cabeça, foi quando a Volkswagen, a primeira que veio para o Brasil, cujo sócio brasileiro, que tinha 10% de participação era o Baby de Carvalho, parente de Olavinho de Carvalho que agora é presidente da

Associação Comercial, era dono do Grupo Monteiro Aranha. Ele tinha um assessor que era de Caxambu e passava por Resende e via aquelas planícies enormes de Resende margeando a estrada Rio-São Paulo, que naquela época atolava. Ele nos alertou, a mim não, a papai, e depois eu assisti nisso a possibilidade de tentar levar para ali a Volkswagen. O papai entrou nessa discussão e quase ganhou; e não ganhou por vários motivos, mas por dois fundamentais: não havia universidade próxima; e a barreira decisiva foi que não tinha energia elétrica. (Noel de Carvalho Neto, 2006)

Uma vez que faltava toda infraestrutura básica para atrair um investimento do porte da indústria automobilística, a Volkswagen acabara optando por São Paulo. O então prefeito em exercício, Augusto de Carvalho, motivado pelo sonho da indústria automobilística, teria saído

(...) numa luta feroz para conseguir resolver o problema da energia elétrica na cidade. Acabou conseguindo com o governador Roberto Silveira energia e a construção de uma termelétrica em Resende. Instalou essa termelétrica, era uma energia clara, deu um desafogo na falta de energia na cidade, já estimulou certo desenvolvimento. Mas, mais do que isso, o fato de ter essa termelétrica foi decisivo numa outra luta que papai desenvolveu que foi para a construção da Barragem do Funil, que é uma barragem onde se instalaria então uma usina hidrelétrica, Usina Hidrelétrica do Funil, para gerar, se não me falha a memória, 150 megawatts e tá gerando até hoje. Então, ele

precisava articular politicamente uma sociedade de economia mista, cujos donos seriam o poder público e gente da iniciativa privada. No final, conseguiu juntar todo mundo numa sociedade, inclusive a Light, dessa Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba, chamada CHEVAP, então construiu a Barragem do Funil. (Noel de Carvalho Neto 2004/2006)

Dotado de prestígio político, herança da família Carvalho ao longo dos anos, Noel Neto foi aglutinando elementos essenciais ao trabalho político: adquiriu o jornal *A Lira*, em 1978, que se tornou um conhecido instrumento de propagação de suas obras políticas. Este episódio é esclarecedor:

E Noel de Carvalho (...) correu atrás. O resultado foram as vindas do SENAI, do SENAC, do SESI, do Corpo de Bombeiros (que foi ampliado no seu segundo mandato e que está em nova fase de ampliação). Começaram as obras do hospital de emergência, que ficariam paralisadas durante os seis anos do governo seguinte, do prefeito Noel de Oliveira. Também em seu primeiro mandato Noel iniciou a construção da Cidade Alegria, o maior projeto habitacional do país naquela época. Foi taxado de megalomaniaco, de sonhador, de leviano. Augusto Leivas já estava junto, era o chefe de gabinete de Noel, e Oscar Sampaio era vice-prefeito. (Jornal *A Lira*, julho, 1995 *apud* Campanário)

O empenho do pai, que não se concretizou, parece ter servido de estímulo ao seu sucessor para construir as condições infraestruturais básicas. Para isso, fez-se necessário também que com o passar dos anos de atuação política, se costurassem relações políticas essenciais, de prestígio e de reciprocidade. A imagem da família formulada, a partir desses episódios, apresenta-se da seguinte forma: quando Noel de Carvalho Neto, filho de um político muito influente na região exerceu seu primeiro mandato, deu continuidade ao sonho de desenvolvimento do pai. Esse projeto político teria reanimado o sonho através do filho efetivamente em 1977, quando da sua primeira gestão como prefeito de Resende. Depois de um hiato, devido à administração de um político de vertente oposta, só conseguiria dar continuidade aos seus projetos quando, em 1989, retornara à prefeitura, e pelo trabalho de seu sucessor, Augusto Leivas (1993 a 1996), então prefeito de Resende na época da decisão da Volkswagen, com quem compartilhou no município o mérito pela conquista da fábrica. Assim, através de seu jornal, a família Carvalho é citada através dos principais personagens políticos responsáveis pela construção da Resende do futuro.

O namoro atualizado com a Volkswagen, que era anterior à geração dos filhos, começara a se solidificar aos poucos com os novos representantes do interesse de desenvolvimento. Fazendo referência ao político Noel de Carvalho, o empresário salienta:

(...) tentou trazer a Volkswagen. É verdade. E no dia em que nós (Grupo Renato Monteiro) inauguramos a agência de Resende, a concessionária Volkswagen, veio o presidente da Volkswagen aqui (...) E o Noel de Carvalho era prefeito; falou e pediu para eles virem para cá. Aí é que começou o namoro. Foi muito interessante isso aí. Foi uma conjugação de fatos. Nós tínhamos a concessionária, o Marcello queria investir aqui pela afinidade que ele tinha... Papai tinha

acabado de falecer (...) A nossa predisposição de doar os terrenos, que era uma atitude completamente emblemática, diferencial”. (Luís Eduardo, 2004)

O outro lado da história envolve sério ímpeto empresarial que tornou fortemente estruturado um grupo empresarial da região. Ao longo desse processo, desde os anos 70, o grupo teria investido com recursos próprios e em parceria com órgãos públicos municipais no desenvolvimento da região. A origem da família de empresários parece ser contada a partir de vários mitos de origem, não havendo um consenso sobre o fato. O que, por outro lado, dá a impressão de que, mesmo instalada há muito tempo no local, a relação com o local tem algo de distanciamento, incomum. Comum, pelo fato de terem construído uma história de empreendimentos no local, mas incomum porque não são de todo iguais aos demais colonos. O mencionado grupo empresarial é referido como forte aliado durante todo o processo de sonhos e construções.

Mais uma narrativa de desejos, promessas e compromissos entre pais e filhos. À semelhança do pai, os irmãos Monteiro da Costa mantiveram relações importantes no meio político e o envolvimento preciso no desenvolvimento da região. Este episódio diz respeito à compra de um caminhão com dinheiro de um prêmio de loteria. Também resultado de promessas e compromissos entre pais e filhos, refere que:

No princípio era um caminhão, comprado com o prêmio do bilhete da loteria, sorteado em meados do século e recebido por um sujeito cuja sina era ter dois filhos e ficar muito rico. O dinheiro deu cria e ele abriu um banco, um posto de gasolina e uma concessionária de automóveis. Aqui, pela primeira vez, entra no enredo a Volkswagen.

Depois vendeu tudo, perseguindo o sonho de montar um pólo industrial nas cercanias de Resende, na antiga colônia italiana de Porto Real. Fosse vivo agora, estaria soltando foguetes. O filho Lula era uma das celebridades festejadas no coquetel que encheu de gente e ufanismo os salões do Palácio Laranjeiras na segunda-feira passada. (Revista Veja, 24/07/95 *apud* Campanário).

Teria o patriarca viajado pessoalmente para tentar trazer empresas para o Brasil, mas se viu impossibilitado pelas precárias condições infraestruturais da região, que não apresentava atrativos para projetos de grande porte. Diante disso, cultivava seu sonho de construir o Pólo Industrial que fora elaborado na década de 1970 e tentara implementar um projeto de desenvolvimento para Porto Real.

Acho que faltou investimento em infraestrutura, ou seja, a telefonia vinha de Resende, roubavam os cabos de telefone ao longo da Dutra, as indústrias ficavam uma semana com telefone e outra sem. A Dutra, por sua vez, também passou a ser uma rodovia muito perigosa, ainda não privatizada; a linha de estrada de ferro praticamente sem funcionamento; a energia faltando; não tinha gás etc. A cidade de Resende ainda sem faculdade; o aeroporto não funcionava; a academia (AMAN) ainda era a principal 'indústria' da cidade etc. Bem, o fato é que não se conseguiu. E o Pólo, então, ficou praticamente sem perspectiva da metade da década de 1980 até a metade da década de 1990. (Luís Eduardo, 2004)

O projeto do primeiro pólo industrial particular do Brasil motivou o empresário a fazer alianças políticas importantes, no sentido de mobilizar recursos para viabilizar a implantação de empresas. Na gestão dos filhos, o projeto foi reformulado com base nas atuais condições e demandas da região, em parceria com órgãos públicos municipais. Suas iniciativas constam das construções de um mini-hospital, um ginásio poliesportivo, o viaduto para a Guardian. No período definido como primeiro ciclo de desenvolvimento da região, foram trazidos em parceria com os Carvalho, água, luz, gás e a fibra ótica que chegou já na gestão dos filhos no grupo empresarial, após a morte do mentor. As lembranças do filho fazem menção ao desejo do pai: **“a idéia não é nova, a idéia é antiga, eu só sinto por ele não estar vivo aqui, mas ele tinha idéia de trazer desenvolvimento para a região”**. (Luís Eduardo, 1999)

Dessa forma, as **duas narrativas** entrecruzam-se – a dos políticos e a dos não-políticos, e constroem uma história em que é difícil discernir quando atua cada um dos personagens em separado. Deixam entrever a dinâmica própria desse processo que cria as possibilidades de desenvolvimento a partir das *relações pessoalizadas* que se estabelecem, aqui entendidas como relações de reciprocidade nas quais interesses diferenciados são harmonizados em função dos objetivos pertinentes a cada grupo.

O diferencial no ganho da disputa pela Volkswagen entre as regiões pode não ser definido apenas pelas condições concretas de fato existentes, como mencionam os políticos e os empresários, mas pela disposição em construí-las de qualquer modo, em função das relações de compromisso entre os representantes dos grupos de interesses, uma questão de princípio. E não um princípio qualquer, mas o que fora estabelecido pelo sonho entre pais e filhos, homens de palavra e de atitudes. De modo que, parte do que fizera real o sonho da chegada da indústria automobilística não fossem somente as condições concretizadas, mas

também aquelas possíveis de serem construídas pela eficácia das relações políticas nacionais, regionais, e locais entre políticos e o empresariado.

Portanto, a cena principal, a chegada das fábricas automobilísticas refere-se ao tecer de uma rede de relações em que cada atuação se torna fundamental na construção da peça. Desse modo, as possibilidades para uma escolha internacional do local que sediará projetos multinacionais, podendo a princípio parecer absolutamente imparcial, foram acionadas pela perseguição de antigos sonhos, herdados numa seqüência de representantes das duas famílias que representam a hegemonia do poder local. Contudo, não se trata de um sonho que transcorre ao adormecer do corpo, mas se efetiva numa luta pela criação das imagens pertinentes à consumação das condições concretas, perseguidas e construídas passo a passo, ao mesmo tempo em que legitima tais atores a representarem o desenvolvimento regional. E o acaso não parece conduzi-lo; é o envolvimento e sentimento de pertencimento às esferas de poder de interesses distintos, mas concatenados, que o elaboram com eficácia.

2.4.1. Instrumentos na política de desenvolvimento: o Jornal A Lira e a Rádio da família Monteiro da Costa

Dotado de todo respaldo político, herança da família Carvalho ao longo dos anos, Noel foi aglutinando elementos essenciais ao trabalho político: adquiriu o **Jornal a Lira**, em 1978, e este se tornou um instrumento importante na propagação das obras políticas de seu grupo de aliados.

Em 1978, foi feita a primeira tentativa de transformação efetiva do Jornal. A proposta era de se fazer um Jornal que fosse catalisador dos diversos segmentos representativos de nossa comunidade, bem como

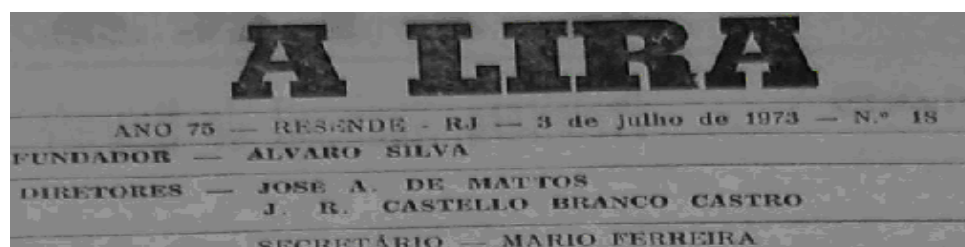
de suas manifestações culturais. Foi uma das fases de maior vitalidade de A Lira. Frederico de Carvalho liderou um grupo harmônico – foi a primeira vez que o Jornal teve uma equipe voltada totalmente para sua confecção (...). (Whately, Godoy, p. 89, 2001)

O Jornal A Lira é um antigo jornal, sendo que o número mais antigo data de 1900. Passou por várias fases, mudando de redatores e de conteúdos. Depois que Noel de Carvalho adquiriu o jornal, em 1979, implementou uma modernização com a máquina linotipo, deixando a tiragem de ser manual e passando a ser mecanizado, sendo considerado seu período de “grande avanço”, e permaneceu até 2000. (Whately, Godoy, p. 89, 2001)

Finalmente, A Lira se reestruturou e partiu para uma linha editorial onde a informação imediata era o mais importante. O editor Chico Junior, ex-repórter dos principais jornais cariocas, encaminhou com sua experiência no setor a linha do jornal para a notícia, o fato, o dia a dia da cidade, dentro dos conceitos básicos do jornalismo moderno, com modificação visual das páginas, através de uma mudança radical na diagramação. Paralelamente, o departamento comercial, sob a direção de Eduardo Arbex, foi agilizado, melhorando a estrutura financeira do jornal. A maior transformação de A Lira aconteceu em 1985, quando passou a ser imprensa em *off-set*, no formato tablóide. (Whately, Godoy, p. 90, 2001)

Antes mesmo da aquisição do jornal A Lira por Noel de Carvalho, este já noticiava seus feitos: posse no Rotary Clube, ano 75, 3/07/1973. Caracterizava-se pelo

acompanhamento da política local, a ênfase nos feitos políticos de grupos “dominantes” e propagandas de grupos empresariais de “destaque”, no qual se configurava o Grupo Porto Real e propagandas ligadas aos seus empreendimentos.



Posse de Noel de Carvalho

Realizou-se dia 1º, na Academia Militar de Agulhas Negras, em almoço realizado no refectório dos cadetes, a posse do Governador do Distrito 460, do Rotary Clube Internacional, nosso conterrâneo Noel de Carvalho. Concomitantemente, foi dada a posse aos presidentes dos Rotary Clubes de Resende e de Agulhas Negras, Srs. Nicolau de Andréa e Hercílio Mathias Galhardo.

Atestando a imensa importância que desfruta a instituição rotária e seu novo governador, prestigiaram o acontecimento o Gen José Fragomeni, Dr Aarão Soares da Rocha, deputado João Carlos Besouchet, Juiz de Direito Mathias Bussinger, Monsenhor Ludovico Stanuch, Cel. José Albano Leal, Cel. Amaury Siqueira, Cel. Herbert José Cosenza, decano dos professores militares, Dr. João Luiz Gomes, ex-prefeito José Marco Pineschi e os prefeitos de Ca-

raguatuba, Taubaté, Tremembé, Pindamonhangaba, Caçapava, Lorena, Campos de Jordão, Barra Mansa, Valença e Vasouras.

Todos os 33 clubes do Distrito 460 fizeram-se representar e quatro ex-governadores do Distrito presentes ao acontecimento: Alexandre Polastri Filho, Antônio Magalhães, Bastos, Jr., Sebastião Henrique da Cunha e Tarciso Leonce Pinheiro Cintra.

Mil e trinta e quatro convidados assinaram suas presenças no livro e a reunião, iniciada às 13 horas, prolongou-se até às 17 horas, num ambiente de festa e congratulamento. A banda da Academia colaborou com o som, tocando músicas populares de sucesso.

Vários oradores se fizeram ouvir, entre eles o novo Governador.

Enfim, uma festa grandiosa. Resende está de parabéns.

**A Rádio foi um elemento político importante na hora
que se estava construindo isso tudo.** (Luís Eduardo, 2004)

Dentro da lógica do grupo empresarial, alguns instrumentos de informação e de educação da população são preocupações pertinentes. A aquisição da rádio na época do patriarca teve o incentivo direto de seu amigo Antônio Carlos Magalhães.

A Rádio pertence ao grupo desde o começo de 1984, quando o Lula comprou a maior parte das ações. E o pai dele e eu criamos a Real FM. Aí sim, foi o Antônio Carlos Magalhães quem ofereceu ao Renato (pai do Lula): Renato, bota uma FM. Toninho, vou fazer o quê com uma rádio? Não, mas a rádio FM vai se alastrar, isso aí é um sucesso agora. Vou te arranjar uma frequência direitinho. Ah, mas não tem ninguém! Ele falou: procura alguém que já faça rádio AM; olha direitinho, eu estou indicando um engenheiro que é o melhor do Brasil, e monta aí. (Abelardo Galvão, 2004)

Teria começado na época do papai com um perfil mais informativo, sobre saúde, dando auxílio educacional à população. Contudo, dentro da visão estrategista do grupo, percebe-se que as precárias condições de acesso às informações na região fazem da rádio um instrumento eficaz na formação de opinião e também usado politicamente. “Na região, as pessoas não lêem, porque não têm dinheiro, é caro. Não podem comprar livros. Por isso, a rádio passa a ser um forte meio de Comunicação. É um veículo de informação que as pessoas podem ter acesso.” (Elizabeth, 2004)

Eu sempre dirigi a rádio com mão-de-ferro e fazendo censura. Só abro espaço pra gente honesta. Abro espaço pro (fulano), mas não abro espaço para (sicrano), nunca. Chegava lá deputado, senador, querendo dar entrevista (...) Tá bom! Sempre abrimos espaço pro (sicrano), nas duas eleições, mas nunca, nunca, nunca pro (fulano). Pra ele Não! Não sou obrigado a fazer isso, então por que vou fazer? Agora até o meu nome, já que sou candidato, não aparece nada. Ética total. (Abelardo Galvão, 2004)

O “fulano” (PSDB) é um antigo funcionário do Grupo Porto Real e aliado da família; quando vereador de Resende foi importante para os interesses de Porto Real; foi prefeito de Porto Real por duas eleições seguidas, quando este se emancipou. O ‘sicrano’ (PFL) tinha relações com a família, mas houve dissidência entre eles; foi vereador de Resende por oito anos, dois mandatos seguidos; concorreu à prefeitura de Porto Real na época da emancipação e perdeu duas vezes seguidas para o “fulano”; interou-se no processo de emancipação de Porto Real; ganhou as eleições para prefeito depois de “fulano”, vencendo o candidato do Grupo Porto Real; mas é considerado sem competência técnica e administrativa pelo grupo.

Assim, aparecem nos relatos pensamentos que parecem se configurar coerentes para aqueles que acompanham os entremeios da história local, conhecedores dos grupos em destaque e de suas atuações na política. Falas que revelam certo descontentamento, do tipo “a imprensa atuava de forma mais vibrante”, ou ainda, de forma mais enfática, “a política manda na imprensa” – comentários feitos pontualmente em meio às falas, e reveladores de uma visão que transparece a obviedade e o consenso quanto aos instrumentos utilizados na política. Um

dos informantes, questionado sobre a Rádio ser um instrumento político importante, posiciona-se:

Se você não prestou atenção, presta, para saber de onde saíram esses políticos bravos do país. Garotinho, Rosinha, (vários) deputados que tem por aí, um montão. O Antônio Carlos Magalhães, foi o que foi através do quê? Rádio é a arma mais perigosa que se tem para usar politicamente. (Antônio, 2004)

CAPITULO 3

A CONSTRUÇÃO DO LUGAR SOCIAL:

O trabalho para ser olhado como *locus* dos interesses políticos

Falar das relações políticas, remete-nos ao pensamento sociológico clássico weberiano das ações e relações sociais. O sentido da ação partilhado pelos indivíduos dá a qualidade de ser ação social, ou seja, agem em relação uns com os outros referidos ao contexto em que elaboram suas experiências. E, assim, as relações sociais são dotadas de sentido porque os indivíduos são orientados, expressamente ou não, ao estabelecer relações. As relações políticas são consideradas relações sociais de um determinado tipo – as que se elaboram no âmbito da atuação política.

Entender as relações políticas como um tipo das relações sociais, implica que, mesmo ligadas a determinadas localidades geográficas, sua elaboração dá-se num meio totalmente diferente dos limites geográficos, e que os ultrapassa. O lugar das relações políticas é social por excelência, quer dizer, está relacionado aos interesses que os indivíduos estabelecem uns com os outros, orientando suas ações e estabelecendo relações, produzindo sentido. Mesmo porque deslocadas desse contexto, nenhuma ação e relação sociais poderiam ser compreendidas, já que os sentidos são variados e reelaborados nas relações.

No âmbito da política, são vários os elementos que estabelecem o elo entre o local, o regional e o global, está nas relações e não no aspecto espacial propriamente geográfico. Esse local de desenvolvimento *não é em si*, mas em relação às regiões vizinhas e às relações que se pode estabelecer para fora do local. A região Sul Fluminense é formada por vários municípios, no entanto, nem todos eles são mencionados ou participam das relações locais em torno do *desenvolvimento*. Dependendo das articulações de interesses podem, inclusive, desaparecer do mapa político-administrativo.

A noção de rede política representa o local como um lugar de recortes o tempo todo reelaborado em função dos interesses e das relações que os grupos estabelecem entre si. Sob a perspectiva de Bourdieu (1991), podemos dizer que o espaço físico corresponde às relações do espaço social e que a divisão do espaço físico é uma distribuição das relações políticas que se estabelecem. O espaço geográfico torna-se a materialização das relações sociais.

A forma como o poder público está presente num determinado lugar representa também, em termos das relações políticas, a própria imagem dos indivíduos localizados no espaço social. A ausência de interesse pela região tem o efeito de negação dos próprios grupos que a representam. De acordo com Bourdieu (1993:160), aqueles que partilham os espaços sociais, comungam os espaços simbólicos e dividem as diferenças, princípio de visão e divisão entre os grupos.

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, manifesta-se no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.

Pode-se dizer que local, regional e global fazem parte da mesma estrutura de constituição do poder político e econômico, propiciado pelas relações no sistema social que se reelaboram constantemente. Nas mencionadas condições de carência material e olhar do poder público, um capital importante e que legitima o poder dos atores políticos é o acesso a

recursos que estão fora do local. Esses atores estabelecem as relações “necessárias” para tecer o elo entre as variáveis pertinentes à possibilidade de desenvolvimento: poder político, econômico e as relações para dentro e para fora da localidade.

Esse poder poderá ser legitimado pela própria história local: primeiro, pelo *trabalho político* que se estabelece nas relações pessoais e que potencializa determinados “profissionais” junto à comunidade; segundo, porque grupos com poder econômico geram possibilidades de adquirir recursos para o local, podendo transformar-se numa força política importante.

3.1. Quando o local se dilacera em dois: a rede de *disputas sociais* pela construção do lugar geográfico

A história da região é representativa do espaço construído por constantes rupturas em termos de espaço geográfico, mas principalmente das relações políticas. A propósito de, no âmbito estadual, a prioridade ter sido a construção das relações políticas favoráveis à implementação do projeto da Volkswagen no Rio de Janeiro, no nível local, várias disputas se colocam e foram dissimuladas, ocorrendo muito discretamente. O local geográfico (e social) tornou-se também objeto das disputas em função de alguns interesses que remetiam a antigas questões.

A imagem do patriarca, Renato Monteiro, aparece associada às condições de fazer política em um pequeno lugarejo e às relações políticas que possibilitaram cultivar alguns sonhos. Empresário com visão e gosto pela política, **“É, ele tentou emancipar o município na década de 1960, porque achou que só conseguiria fazer aquele projeto se o município se emancipasse. E nisso ele tinha razão! O negócio só foi para frente porque Porto Real se emancipou”**. (Luís Eduardo, 2004)

Um interesse primordial construído no passado foi resgatado, e mais uma vez acionado, pela época em que a empresa Volkswagen estava chegando: o desmembramento do terceiro distrito de Resende, conhecido como Porto Real. A intenção de desmembramento é referida como objetivo anterior à possibilidade de chegada da empresa; remete a décadas passadas, a sonhos anteriores dos grupos de interesses.

E acabou acontecendo tudo o que ele (seu pai) pensava em fazer. Criamos o pólo que ele começou, mas que, por falta de infraestrutura, não deu certo na época. Emancipamos uma coisa que foi tentada, mas que, talvez, a hora não tivesse sido a mais positiva, mas apareceu a hora certa e a coisa aconteceu. Interessante, isso aí! (Luís Eduardo, 2004).

Ademais, os principais atores que requeriam a emancipação eram também os responsáveis por importantes relações empresariais, políticas e pessoais com o evento Volkswagen no Rio de Janeiro. Enquanto encontravam-se no impasse entre conquistar a fábrica e resolver os conflitos locais, vários elementos da disputa se fizeram visíveis. O interesse que aparece no grupo empresarial mencionado refere-se também à força desse grupo, pelos capitais que dispõe, como principal interessado no desmembramento.

A coisa é tão grave hoje que já toma ares de traição na cabeça de muita gente. Seria um golpe mortal em Resende se isso viesse mesmo a acontecer. A gravidade é tal, que coloca na mesma trincheira adversários políticos como o prefeito Augusto Leivas e o deputado Eduardo Meohas. Meohas vem desenvolvendo conversações com seus

pares, objetivando a rejeição do pleito de emancipação por parte da Comissão de Justiça. O argumento é que a emancipação, em vez de trazer benefícios ao distrito, acarretaria, sim, graves conseqüências para o município sede. O prefeito Augusto Leivas, já manteve contato com deputados do seu partido e com o presidente da Assembléia, o tucano Sérgio Cabral Filho, que se prontificou a olhar o assunto com a atenção exigida. O próprio filho do governador, deputado Marco Antonio Alencar, que tem mantido um bom entrosamento com Leivas, e que, segundo o próprio prefeito, foi importante no desfecho do caso Volks, é tido como um aliado na atual situação. (A Lira, julho de 1999).

Quando ainda não havia uma definição oficial da localização do investimento Volkswagen na região, nem no nível do governo e nem informações concretas para o grupo empresarial, a emancipação já estava sendo pensada. Pergunta feita pelo jornal **O Lojista** (1995) sobre a emancipação de Porto Real e a possível localização da fábrica no distrito ao invés de Resende, recebeu a seguinte resposta da empresária do Grupo Porto Real:

Creio que Porto Real, com a infraestrutura que tem, com a população que tem, com a Volks e outras empresas que advirão, sairá ainda mais fortalecida, e a emancipação será um processo natural, como aconteceu com Itatiaia. Ainda é cedo para pensarmos dessa forma, se bem que o movimento emancipacionista a cada dia se fortalece, com a participação de quase 12.000 habitantes, da região de Porto Real, e

porque não dizer também de Floriano. Agora, mais do que nunca, teríamos muita chance.

Havia experiência anterior de desmembramento quando da chegada de empresas multinacionais, como o caso da Xerox que ficou em Itatiaia quando foi desmembrada do município de Resende, situação na qual este teria saído “perdendo”. Um resgate dessa memória pelos gestores da conquista da Volkswagen foi importante, inclusive para gerar *dissenso* entre a população, pelo significado que o desmembramento tomara como ameaça e pela possibilidade de se confirmar. A fábrica deveria se localizar na Fazenda Piquete, de propriedade do grupo empresarial, no terreno doado pelo grupo, mas que estava situado no terceiro distrito, Porto Real.

Quem decidiria a localização exata seriam os técnicos da Volks, mas temia-se que a Fazenda Piquete e mais terras do terceiro distrito fossem oferecidas e seduzissem os ‘homens’. Por isso, teve gente achando que o melhor seria evitar a emancipação. (A Lira, Caderno Especial, 18 de julho de 1995)

Nessa questão²³, aparecem como defensores de interesses contrários os representantes políticos do município de Resende e o Grupo Empresarial de Porto Real. O grupo possuía um reconhecido capital para negociar com os políticos em várias instâncias, portanto, um poder local muito forte. Reconhecida toda essa força, o grupo teve condições

²³ Essa também se tornou uma “questão”, no sentido mencionado por Marques (2001), um elemento de conflito que fica sempre na iminência de se atualizar e que, supomos, seja responsável por futuras dissidências no campo político. No sentido de que a todo e qualquer momento pode ser acionada como um elemento de embate no nível local entre os dois municípios, Resende e Porto Real, assim como entre os grupos de representação dos interesses locais.

então de fazer uma “negociação”, agora claramente, com os representantes políticos do local. O acordo era tácito: Resende ficaria com a Volkswagen, mas Porto Real seria emancipado.

Nós chegamos dizendo: nós não queremos a fábrica da Volkswagen, pode ficar pra vocês, nós queremos a nossa emancipação. Isso por quê? Porque nós pensávamos o seguinte, isso aí foi uma... tanto com o Lula que era a pessoa ...nós até falamos, nós levantamos essa questão: toda a infraestrutura que vai ser colocada pra fábrica da Volkswagen ônibus e caminhões vai ser dentro do território de Porto Real. Com isso, nós temos um mercado extraordinário pra conquistar outros espaços e outros empreendimentos industriais. (Bernardelli, 2004)

Assim, concomitantemente à negociação pela conquista da fábrica Volkswagen, a disputa pela emancipação do distrito de Porto Real tornou-se uma questão importante e preocupante, por pôr em foco os conflitos entre o distrito e o município, agora evidenciados pela busca exata da localização da fábrica. Era um momento para novas negociações locais entre políticos e empresários, a fim de atender aos interesses de cada um deles, preservando a conquista da fábrica. Nesse ínterim, os conflitos internos deveriam ser resolvidos de forma a não atrapalhar a negociação e preservar os interesses de todos os envolvidos.

Isso foi muito independente. O movimento de emancipação não deu nenhuma contribuição positiva ou negativa para as montadoras. Lá era muito parado. Desenvolvido, urbanizado era Resende. A idéia de emancipação nasceu dos políticos locais, como o Renato (Monteiro da Costa), que fez um trabalho, um esforço nesse sentido. Aquilo era um

lixo. A emancipação se deu no sentido de que um grupo de cidadãos locais, inclusive empresários, se interessou e procurou a emancipação. E essa foi uma fase em que muitas emancipações foram projetadas aqui no nosso estado. Elas se deram sempre mais pelos políticos, pelas coalizões e pressões políticas. O interesse estava mais localizado em exercer o poder. Eles queriam o poder para depois desenvolver os negócios. (Marcello, 2004)

Houve uma mobilização muito astuta para definir a localização geográfica exata da fábrica, de forma que o município de Resende ficasse assegurado em sediar o investimento, e, mais uma vez, vários representantes políticos se juntaram nessa luta. O resgate de um Projeto de Lei de 1975 definia que 2,5 milhões de m² estariam situados no distrito das Agulhas Negras, que segundo os discursos “não sofre da febre de emancipação”, portanto, fora da dimensão territorial do distrito de Porto Real. Uma manobra “magistral” que assegurou a Resende a maior parte da Fazenda Piquete, área escolhida pela empresa Volkswagen para implantar sua fábrica²⁴. Porto Real, 3º distrito de Resende possuía a Fazenda Piquete do Grupo Porto Real, mas, através dessa manobra, parte da fazenda passara a fazer parte do 2º distrito, o das Agulhas Negras.

²⁴ “Em trabalho coordenado pelo Executivo, a comissão pró-emancipação de Porto Real apresentou, no dia 01 de agosto de 1995, um requerimento popular com mais de mil assinaturas de moradores. Eles concordavam com a proposta de manter a fazenda Piquete em Resende, o que não acabaria com o 3º distrito. Tal requerimento, que deveria ter assinaturas de pelo menos 5% dos cinco mil eleitores do distrito (cerca de 250 pessoas), acabou ultrapassando a marca das mil. Os portorealenses aceitaram excluir a fazenda (que tem aproximadamente 3,6 milhões metros quadrados) do seu futuro território. Da área total desta, 2,5 milhões já pertenciam às Agulhas Negras e 900 mil metros quadrados a Porto Real. O documento foi analisado pela Comissão de Justiça da Assembléia, aprovado e anexado ao processo de emancipação em andamento. Ao abrir mão de 900 mil metros quadrados, o distrito viu a possibilidade de concretizar a sua emancipação, o que foi confirmado em 5 de novembro de 1995. O novo município foi estabelecido em 28 de dezembro do mesmo ano com a assinatura da lei nº249430 pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Marcello Nunes de Alencar, no Palácio do Ingá, em Niterói (RJ). O acordo, resultando num ‘rearranjo geográfico’, foi acelerado pelas fortes pressões do governo federal temendo mudanças nos planos da montadora. De certa forma, a saída acabou sendo benéfica para todos, sobretudo, para a Volkswagen.” (Lima, 2005, p. 32)

Nesse sentido, a mobilização por parte de políticos e empresários adentrou a ALERJ, mobilizou os políticos locais, os empresários, e agregou a população, e gerou um acordo – a condição para resolver o problema de localização do empreendimento. Nesse momento, vários conflitos internos aparecem e os recursos da disputa são tratados de forma que não pusesse em cheque a decisão pela localização da fábrica na região e os conflitos não chegassem ao conhecimento dos diretores da Volkswagen²⁵. E, assim, foram noticiados pela imprensa local os acordos que levaram à emancipação:

Lei Orgânica define limites e coloca Fazenda Piquete no segundo distrito (Agulhas Negras)

O Projeto de Lei de autoria do Executivo com emenda aditiva ao parágrafo 3º do artigo 5º da Lei Orgânica, que confirma os limites do 2º distrito (Agulhas Negras), levou da sexta-feira, dia 14, a terça, dia 18, quando foi votado, cinco dias, incluindo o fim-de-semana. O prazo permitido é de 90 dias. Foi um recorde. A emenda foi assinada por todos os vereadores presentes, a convite do presidente da Casa, Antônio Gastão. Os treze vereadores aprovaram o projeto por unanimidade nas duas votações obrigatórias.

Foram anexadas à LO uma planta e um memorial descritivo, que asseguram a Resende a maior parte da Fazenda Piquete. Segundo o

²⁵ Fato curioso descrito no trabalho de (Lima, 2005, p. 31) mostra que “Alguns dos vereadores de Porto Real em Resende, sobretudo, Jorge Serfiotis, passaram a ir com frequência ao Rio de Janeiro para fazer *lobby* junto aos deputados estaduais e começaram a incitar os portorealenses a se organizarem e a participarem das viagens promovidas à capital. Assim, os ônibus lotados saíam, às vezes semanalmente, levando moradores à Assembléia Legislativa, onde pressionavam pela votação do projeto de lei emancipando o distrito. Por fim, deu-se a emancipação: **LEI Nº 2494, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995. CRIA O MUNICÍPIO DE PORTO REAL, A SER DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE RESENDE. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica criado o Município de PORTO REAL, com sede na Vila de Porte Real, localizada em parte do 3º Distrito, formado pelo território do 3º Distrito do Município de Resende. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Lima, 2005, p. 25)**

prefeito, esta foi a área escolhida pela Volkswagen para sua fábrica de ônibus e caminhões. As três sessões (uma para leitura do projeto e encaminhamento às comissões competentes e duas para votação) começaram às 19:30h e terminaram em torno das 22:30h. No final, Augusto Leivas, que num precedente aberto por Gastão ocupou a Mesa Diretora, elogiou, um por um, os vereadores presentes que também não pouparam elogios ao prefeito.” (A Lira, Caderno Especial, 18 de julho de 1995)

Comissão de Emancipação quer fábrica em Resende

Na segunda-feira anterior às sessões extraordinárias da Câmara, reuniu-se no gabinete do prefeito Augusto Leivas, onze vereadores e a comissão de emancipação do distrito de Porto Real. Na ocasião, membros da comissão prometeram não disputar a maior parte do terreno conhecido como Fazenda Piquete, situada nos limites dos distritos Agulhas Negras e Porto Real. ‘A nós, só interessa a emancipação, a fábrica da Volks precisa ficar em Resende’.

Na reunião, ficou acertado que no Projeto de Lei iria anexo o texto integral da Deliberação nº 952 de 12 de agosto de 1975, do prefeito Aarão Soares da Rocha, que define o território do pólo industrial. Segundo o documento, dos cerca de 3,6 milhões de metros quadrados da Fazenda, 2,5 milhões estão no distrito das Agulhas Negras. No dia seguinte, o vereador Pedro Paulo Florenzano diria que não houve favor nenhum da comissão de emancipação para com Resende. ‘Eles não deram nada para Resende, porque a área como se vê já era de

Resende'. Compareceram: o vice, Oscar Sampaio, o secretário Fernando Xavier, os vereadores Mário Rodrigues, Mário Periquito, Gastão, Juruna, Aluizio, Gandão, Archimedes, Pedro Paulo, Padeirinho, Aníbal e Serfiotis.” (A Lira, Caderno Especial, 20 de julho de 1995)

A falta de visibilidade política e todo um histórico de descontentamento do grupo empresarial em relação ao poder público e administração de Resende, no distrito de Porto Real, deu motivação à emancipação que, aliás, fora pensada desde muito tempo atrás pelo patriarca do grupo empresarial, “[os] investimentos de Resende em Porto Real sempre foram investimentos laterais, superficiais”. (Elizabeth, 1999)

O primeiro ciclo de desenvolvimento de Resende foi extremamente precário, alardeado pela falta de infraestrutura básica, e o patriarca da família “tinha idéia de trazer desenvolvimento para a região” (Luís Eduardo, 1999). Essa idéia coadunava-se à convicção de que os distritos ligados a Resende deveriam se emancipar para se projetarem e se desenvolverem, mas naquele período esse objetivo não teria encontrado respaldo entre os “políticos maiores”. Foi só com a chegada da Volkswagen que Porto Real pôde visualizar sua autonomia político-administrativa: “assumimos politicamente uma importância”, e esteve em condições de negociar a emancipação. (Elizabeth, 2004)

Apesar da existência de conflitos ser constantemente negada nos discursos, a situação do distrito de Porto Real não era incômoda apenas para seus representantes, mas gerava desconforto também para Resende como fora mencionado em vários relatos. Se, por um lado, era fácil fazer política em Porto Real, porque havia o grupo empresarial cuidando de suas demandas, por outro, essa atitude reflete certo descuido por parte do município sede.

A sensação que se tem é que Porto Real fez um organograma de conquistas, ou seja, a gente precisa disso, depois vamos nos emancipar (...) Eu me lembro quando a gente ia fazer campanha lá em Porto Real para os nossos candidatos para prefeito e vereador, uma eleição ou duas antes da emancipação, os pedidos da maioria da população de Porto Real era completamente diferentes dos outros (distritos) porque a realidade deles já era muito diferente. Quais as necessidades das outras localidades? Água, esgoto, escola, emprego etc. Lógico que o desemprego em Porto Real não era muito grande porque não tinha crescido muito. Então, a gente até brincava dizendo que era fácil fazer campanha em Porto Real porque o volume e a natureza dos pedidos eram muito diferentes dos outros distritos, que tinham muito mais problemas, e lá não era. Então, logo que emancipou e veio a onda das automotivas, não inchou, e se você for lá, verá que o crescimento de Porto Real é bem pequeno. Claro que tem os seus problemas, mas basta pegar o noticiário da televisão. Porto Real não é notícia. Nunca vejo matarem ninguém. Por quê? Porque deve ser fruto desse trabalho. O primeiro prefeito tinha sido vereador, o adversário também foi vereador e não teve aquela briga que é muito comum. Quando se emancipa cai um pau brabo, Itatiaia viu, e é comum o cara que nem participou da emancipação ser o eleito. O distrito de Porto Real tinha competência, tanto é que quando se emancipou era o que menos dava trabalho à prefeitura, talvez o que mais desse dinheiro e o que menos desse trabalho. Então, é natural você ver distrito sem a menor competência se emancipando só por interesse de cargo, imagina,

então, quem tem a sua estrutura? O estado do Rio de Janeiro ganhou com a emancipação por causa da arrecadação. (Leonor, 2006)

Por outro lado, depois da emancipação, havia certo descontentamento que se expressara de forma meio “desconfortável”, mas que deveria ser dito em relação à emancipação – o fato é que Porto Real continuava utilizando os serviços de Resende por não possuir estrutura público-administrativa: “Porto Real ainda usa os serviços básicos de educação, saúde de Resende, o que não é interessante para o município”. Por outro lado, o desenrolar desse episódio insinuaria como favor o fato da empresa se instalar em Resende, porque era fortemente entendida como uma conquista do grupo empresarial.

3.2. Rearranjo político: consensos e dissensos em função do desenvolvimento

Por um lado, a conquista da Volkswagen teve conotações políticas surpreendentes, uma vez que agregou políticos de diferentes partidos e “diluiu” suas divergências, segundo mostra alguns jornais. Tornou-se uma questão maior, do estado do Rio de Janeiro, porque seu principal rival era o estado de São Paulo e os políticos cariocas estenderam suas bandeiras lado a lado como promotores da industrialização do estado, essa seria a chance de atrair novos investimentos para o estado.

Depois da luta travada pela Comissão de Emancipação e da definição da Volkswagen ficar localizada no município de Resende, o então prefeito Augusto Leivas (PDT) teceu elogios aos vários políticos que, apesar das divergências políticas, empenharam-se pela conquista:

‘A presença da Volkswagen tem um significado muito grande no processo que estamos vivendo’. Certamente se referia à união dos poderes em favor do município. Em seguida, desfiou, pausadamente, um rosário de elogios, que passou pelo esforço de Marco Antonio de Araújo, presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado, ‘e outros elementos do governo, pelo trabalho intenso dos últimos quatro meses’, e foi pousar nos ombros de cada vereador (...) Leivas ainda teceu elogios ao empresário Luiz Eduardo Monteiro da Costa, Lula, ‘que não vacilou em nenhum momento na hora de ceder a área’; a Marcello Alencar, que ofereceu o Porto de Sepetiba e um armazém especial para a Volks no Galeão; e a Noel de Carvalho, principal responsável pela vinda do Senai, Senac e Corpo de Bombeiros, que agora está indo para a Classe I, o que vai diminuir o que a Volks terá de pagar ao Instituto de Resseguros do Brasil’. (A Lira, julho de 1995)

Por outro lado, a questão foi tão séria, que inspirou declarações calorosas sobre o futuro do político Noel de Carvalho, e revelava divergências e compromissos feitos entre políticos. Punha em cheque todo um trabalho político que estava referido às suas imagens de conquistadores de um grande empreendimento – um capítulo surpreendente no histórico da região. A cobertura de todo esse processo foi bastante densa pelo jornal **A Lira**, e a preocupação dos dirigentes locais era explícita. O ex-prefeito Noel de Carvalho, em matéria, reconhece publicamente a competência de Marcello Alencar e do seu secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Ronaldo Cezar Coelho, fazendo um sério apelo político. Publicado no jornal A Lira, julho de 1995, consta o seguinte depoimento:

NOEL PODE ABANDONAR A POLÍTICA

Eles foram muito competentes e merecem o nosso reconhecimento. Se não fossem o Marcello e o Ronaldo, a Volks não viria para Resende, mas se não fosse Resende, a Volks também não viria para o estado do Rio - frisou. Mas Noel não perdoaria o que ele chama elegantemente de maldade, a instalação da fábrica da Volkswagen no distrito de Porto Real. ‘Seria uma grande maldade com uma cidade que votou nele’, diz Noel, que vai mais além, pondo em jogo seu futuro político: **‘Se for para evitar que Resende seja prejudicada por minha causa, eu me comprometo de público, e até em documento assinado, a abrir mão do meu futuro político. Eu não me candidato a nada.** Já tivemos experiências tristes como os casos da Michelin e da Xerox. O povo e a cidade de Resende não merecem mais esse trauma - finalizou o ex-prefeito’.

Apesar da discórdia existente entre o Governador Marcello Alencar e o principal representante político de Resende, Noel de Carvalho (a prefeitura estava sob a administração de seu sucessor Augusto Leivas – PDT), havia uma forte ligação entre o governador e o grupo empresarial para que se estabelecesse um clima de confiança e se fizesse o jogo da divisão político-administrativa do distrito de Porto Real. Amigo pessoal do patriarca do grupo e ligado aos empresários partidariamente ao PSDB, essa seria a chance de Marcello Alencar concretizar antigos planos e confirmar a lealdade entre eles.

Não, O Marcello Alencar, que era governador, era sócio do papai no Rio. Isso na década de 1960. Eles tiveram uma boate juntos, a Drink's. E o Marcello disse: bom, eu tenho que implantar no sul do estado... A partir da hora que a gente doou o terreno, que era uma coisa... Não é pelo valor do terreno, mas foi uma postura emblemática, sabe? Então, não teve como a Volkswagen não vir para cá, não teve como a Peugeot não vir para cá... (Elizabeth, 2004)

A empresária Elizabeth envolveu-se pessoalmente na disputa pela conquista da Volkswagen. Em relato, menciona que cultivando o sonho do pai teria participado de forma incisiva no processo. Sem que ninguém soubesse, levou pessoalmente um projeto para a Alemanha para entregar nas mãos da pessoa responsável que deveria recebê-lo. Tratava-se de garantir, através das relações pessoais e do prestígio do Grupo, que o projeto finalmente se efetivasse. No jornal O Lojista, que teria sido o “único veículo de comunicação no Brasil e no exterior, que foi recebido pela empresária para uma entrevista de quarenta minutos num de seus dias mais agitados”, é mencionada como “a interlocutora oficial do grupo empresarial, que negociou toda a operação aqui e na Alemanha”. (O Lojista, 1995)

As relações no meio empresarial e o prestígio do Grupo Porto Real junto a políticos de destaque, e ainda as relações decisivas que mantiveram com Marcello Alencar, lembrando-se que os empresários e o governador são partidários do PSDB, geravam o elo que os aproximava política e pessoalmente. Ainda de acordo com O Lojista (1995), a empresária foi mencionada como “a interlocutora oficial do grupo empresarial, que negociou toda a operação aqui e na Alemanha”. Seu envolvimento consta também de reunião no Rio de Janeiro com o Secretário de Indústria e Comércio Ronaldo Cezar Coelho e com o Governador

Marcello Alencar, “para os últimos ajustes na área a ser ocupada pela Volkswagen Caminhões em Resende”.

Ao Governador Marcello Alencar foi atribuído pela empresária um papel primordial, e mais uma vez considerada a importância das relações políticas que foram eficazes na conquista da fábrica, em detrimento da falta de infraestrutura:

Difícilmente em nosso estado do Rio de Janeiro, no interior, tem essa infraestrutura empresarial. Por isso, Resende foi imbatível, com a proposta e garantia ainda maior do governo estadual. Para a Prefeitura, a proposta da Prefeitura de São Carlos (SP) era até bem melhor que a da atual Prefeitura de Resende. O Governador Marcello Alencar entendeu-se com o Presidente Fernando Henrique, para proporcionar uma infraestrutura maior para a Volks, por ser a única fábrica de caminhões e ônibus no mundo a produzir a marca, isto é, produzindo aqui para o mundo inteiro. Daí, a infraestrutura pesada de mão-de-obra técnica especializada, pistas de provas de qualidade e segurança do produto, aeroportos próximos de boa qualidade e segurança (Resende, Volta Redonda, Angra dos Reis e Barra da Tijuca), sem falar no Santos Dumont e no Aeroporto Internacional do Galeão, a porta do Brasil e da América Latina. Os portos de Niterói, Rio de Janeiro, Sepetiba e Angra dos Reis; a fibra ótica na área de telecomunicações e o gás canalizado procedente de Campos-RJ; a ferrovia Rio-São Paulo e a Rodovia Presidente Dutra, a Rio-Santos e a Rio-Bahia, ligando o norte e o sul do país, dentro do nosso estado. (Elizabeth, O Lojista, 1995)

Considerando-se parceiros, Noel de Carvalho e o grupo empresarial, na criação da infraestrutura necessária para atrair a Volkswagen, conforme relato da empresária para O Lojista, 1995:

A infraestrutura atual de Resende, para a localização de indústrias de grande porte se deve, exclusivamente, ao ex-Prefeito Noel de Carvalho, que teve uma visão futurista e soube administrar as obras de infra-estrutura, de áreas habitacionais e industriais em seu governo. Cito o exemplo do atual Parque Industrial de Itatiaia, hoje emancipado, e o de Porto Real. Em ambos, os Parques Industriais estão instaladas grandes empresas multinacionais e a tendência agora é a sua expansão.

As relações políticas que permaneceram na geração dos filhos foram essenciais quando da representação dos interesses da região pelo governo do estado do Rio de Janeiro. E, assim, definem-se os responsáveis pelo desenvolvimento regional:

E parece que o Lula, a partir daí, teve uma vida forçada e, pelas circunstâncias, desenvolveu-se. Teve uma vida em que ele se apegou ao desenvolvimento. A idéia de restabelecer o prestígio da cana-de-açúcar não era uma coisa fácil. Já há uma série de substitutos da cana-de-açúcar, uma série de conveniências e inconveniências, muita ocupação de terras e tudo. Era uma coisa muito difícil de desenvolver, tanto assim que houve um período de estagnação, aquela região não

cresceu muito, apesar de ter uma cidade promessa, que era Resende. Foi feliz quando decidiu pela emancipação de Porto Real. Porto Real vem a ser um município pequeno, mas pronto, preparado para fazer o papel que está fazendo. Nós tivemos aqui, quando eu estive no governo, meu primeiro secretário (Ronaldo César Coelho) foi aquele que tem uma televisão lá no Sul Fluminense, que é muito introduzido no sistema de negócios, teve muita sorte na atividade, se dedicou e venceu. É louco pela política. O Ronaldo foi o responsável pela vinda da Volkswagen Caminhões, que hoje é muito bem-sucedida, vendendo à beça. O outro (Márcio Fortes) foi responsável pela Peugeot, que foi um negócio mais rápido e menos exigente. Os alemães eram mais duros, eles tinham uma idéia imediata, tinham um espanhol (Arriortua) muito inteligente, muito sabido. E eu não fiquei também com os carros porque eles queriam, além de certos benefícios fiscais que eram dados, eles queriam U\$ 250 milhões. Mas aquilo ali (o Estado) não era um banco que num estalar pudesse dispor de capital para entrar em aventuras, em negócios, né? E acabei dizendo ‘eu sei que você tá muito interessado em Curitiba (a fábrica da Volkswagen/AUDI acabou indo para São José dos Pinhais, no Paraná), então vai lá e conversa com o (Jaime) Lerner, que ele vai te dar os U\$ 250 milhões. Agora, o Rio não tem condições de te dar.’ Então, não fiz o negócio que eu já tinha feito com os caminhões. Muito bem servido, muita alegria pela conquista, pois eles também mereciam confiança técnica. Lembro que instalamos em Resende, mas geograficamente está em Porto Real. Aí, a Volkswagen desenvolveu-

se enquanto nós estávamos abrindo com a Peugeot, que, no meu entender, foi mais fácil. E aí, já não era mais o secretário Ronaldo, aí era o Márcio Fortes, que foi excelente secretário, ativo em todos os aspectos do negócio. Ele teve uma atuação brilhante. Já conhecia bem a França e não foi difícil a gente chegar lá e conversar com a diretoria. É muito capaz, conhecia o negócio e também é um empresário. A Peugeot veio com muito entusiasmo e se desenvolveu bem, muito satisfeita com o negócio que fez no Brasil. É bem verdade que o que nos motivou nesse negócio foi que eu, quando fui eleito, tive essa preocupação que deve ser constante na cabeça dos administradores de cidades emergentes, países emergentes, e com isso na cabeça, eu procurei estudar bastante a localização mundial, considerando os projetos em andamento. Eu achava que a região era privilegiada em relação à sua topografia, em relação ao transporte rodoviário etc. E nós tínhamos aqui um projeto do porto de Sepetiba. Esse era pra mim um investimento obrigatório. (Marcello Alencar, 2004)

Acho que nós fizemos aquilo não no sentido puramente econômico, mas exatamente como um serviço social, como uma forma de servir ao social. As fábricas foram uma saída para aquela região, estão sendo, e estão atraindo outras empresas. Este é um pólo em que estamos ganhando muito, principalmente depois que o Lula se juntou. A atitude dele merece uma estátua. O Lula tem uma grande visão de futuro, é um sujeito compreensível e só, além de doar suas terras em grande quantidade, fez com que o outro vizinho dele (Comendador

Geraldo Osório) também fizessem. Eles fizeram uma coisa maravilhosa para aquela região, provaram que são bons filhos para aquela região. E desenvolveram muito a cidade. Acredito que o Lula vai ganhar muito com essa atitude porque ainda tem grande quantidade de terra em recursos e ele naturalmente vai ter iniciativa. Ele teve cabeça. De que adianta deixar terra morta? Ele deu o sentido do ganho e não perda. Ele compreendeu, ajudou. Esse rapaz merece uma medalha. O busto dele um dia vai figurar lá na praça pública pela sua grande importância. Ele é um rapaz maravilhoso. Onde estou, eu elogio ele. (Marcello Alencar, 2004)

A preocupação empresarial que permaneceu mais apurada com os filhos está pautada na bondade que refere-se à doação do terreno e à identificação da família, assim como com o objetivo de valorizar suas terras. Houve sim uma valorização das terras, negociações de impostos municipais etc. A resposta dada pela empresária é condizente com os valores empresariais do Grupo, mais uma vez enfocando sua política da racionalidade econômica – uma estratégia: “a estratégia era que numa época de redefinição mundial, se a Coca-Cola saísse de Porto Real, o (município) acabaria. Então, deveria pensar na sobrevivência do (município) como lugar de investimento”, uma vez que depois da Volkswagen, várias empresas foram para a região e, particularmente, para o então município de Porto Real que sediou a Peugeot-Citröen.

Depois da emancipação de Porto Real, o grupo pensa no município sem perder sua identidade de colônia italiana como um “modelo de desenvolvimento sustentado baseado na melhoria da qualidade de vida”. (Luís Eduardo, 1999)

(...) O sonho está se realizando, foi fundamental a participação do povo trabalhador e ordeiro de Resende. Outro aspecto que pesou é a maturidade do movimento sindical na nossa região, com a mentalidade da parceria e não do confronto, veja a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, a grande parceira da Volkswagen, é o maior exemplo que temos. A nossa força de trabalho, de nossa comunidade, nos orgulha. (Elizabeth, O Lojista, 1995)

3.3. Um parêntesis à inclusão de Porto Real no mapa de desenvolvimento da região Sul Fluminense: a conquista da PSA Peugeot-Citröen

Uma vez estabelecidas as relações políticas e empresariais propícias ao desenvolvimento no Sul Fluminense, formara-se o contexto para a inclusão de mais um município no mapa de desenvolvimento regional – Porto Real seria escolhido como o local para sediar a empresa PSA Peugeot-Citröen.

(...) Aí, com a vinda do Marcello (Alencar) e do Ronaldo César Coelho, o Ronaldo César Coelho tentou, e logo em seguida com o Márcio Fortes, tentou trazer novamente um determinado surto de desenvolvimento industrial para o sul do estado, o que faz todo sentido porque... entre Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Sepetiba, portos, Dutra... a localização é maravilhosa. Trouxeram para cá toda a estrutura material necessária: gás, telecomunicações, a fibra ótica, a rodovia foi privatizada, passou-se a ter uma rodovia decente,

energia elétrica, trouxeram todo esse investimento material... (Luís Eduardo, 1999)

O Grupo Porto Real empenhou-se na conquista da fábrica. Quando questionado: “Mas quando a *Volks* veio para cá, eu lembro que primeiro criou-se uma expectativa muito grande de que ela traria muito mais empregos do que, na verdade, ela trouxe, e outra coisa também é que ela atrairia as fornecedoras? (José Ricardo Ramalho, 1999)

Eu acho que aí foi bandeira política. Simultaneamente à vinda da *Volks* estavam saindo a *Seagran* e a *Kodak*, um perdendo emprego e outro criando emprego... obviamente que a *Volks* emprega mais... mas não foi... a *CSN* que estava desempregando também dois mil, três mil funcionários, então... agora, a *Volks* foi e tem sido emblemática com todo esse movimento da competição, não é?... Atrás dela veio a *Peugeot*, a *Guardian*, a *Michelin* se apoiou aqui (...).

Agora, tiveram muitas pessoas envolvidas. Eu acho que a *Peugeot* veio para cá por nossa atitude, pela mídia da *Volks*, por aquela família *Monteiro Aranha* que influenciou também porque eram sócios da *Peugeot*; pelo trabalho do *Márcio*, por excelência, a determinação do *Marcelo*, o prefeito junto com todo o trabalho da prefeitura também... (Luís Eduardo, 1999)

As negociações com a PSA Peugeot-Citröen beneficiaram-se da experiência anterior que os representantes políticos do estado do Rio de Janeiro obtiveram com a conquista da Volkswagen. Uma vez reunidos governos estadual e municipal, os empresários

Monteiro de Carvalho, em consenso pelo projeto da empresa, articulavam-se os detalhes da conquista.

Na realidade, o que tinha nos proposto a Volkswagen era a aplicação inédita do Fundes, que era um programa absolutamente legal, já constituído em lei, criado no começo do governo, no começo da criação do Estado do Rio de Janeiro, logo após a fusão dos dois estados antigos, o Rio de Janeiro e a Guanabara, e que tinha se mantido mais ou menos parado, durante muito tempo, nas gavetas do poder público. Nós descobrimos isso e implementamos o Fundes com uma série de iniciativas, ao entender que na área industrial - fora as questões sociais, que também têm as cláusulas sociais e de desenvolvimento regional - que ele poderia servir na área industrial para aquelas indústrias que tivessem um caráter estruturante, ou seja, aquelas que não se bastam a si mesmas. Aquelas que uma vez implantadas mudam regiões, mudam vocações, geram iniciativas que não dependem mais nem do poder público nem dependem do poder particular, mas dependem apenas da inércia que a própria indústria faz. E o setor estruturante é uma antiga classificação que nós conhecemos desde o tempo da política industrial, antes ainda de eu ter ido para o BNDES. Então, isso foi bastante interessante e nós treinamos, de uma certa forma, bastante com a Volkswagen. (Márcio Fortes, 1999)

A fábrica da Peugeot-Citröen tinha também o implicativo da instalar-se pela primeira vez no Brasil e requeria outras negociações políticas que a estimulassem. Diferentemente da Volkswagen, a articulação política gerou a possibilidade do estado do Rio de Janeiro entrar como sócio da empresa.

E tive que convencer o Governador, porque a gente percebeu aqui que eles queriam um engajamento do Estado maior do que uma mera concessão de incentivo fiscal. E aí nós criamos a imagem de que o Fundes podia participar como acionista. E aí eu perguntei ao Monteiro Aranha, e ele disse: pode ser que sim, pode ser que não, mesmo assim, manda brasa, vamos propor. E pegaram a coisa. Isso lá para o mês de outubro de 96.

Era uma construção jurídica que foi ganhando adeptos. Inicialmente, muito reativo ao estado como instituição, o estado mesmo, participar de sócio de uma empresa produtora de automóveis estrangeira. É uma novidade, mas não é o estado, é o Fundes, é através do Fundes. E colocar no orçamento anual, o dispêndio. Não precisava ter lei, a lei fomos nós que inventamos para ter mais cautela política.

Toda a Procuradoria do estado foi requisitada. Os franceses visitaram tudo, fomos à Assembléia Legislativa, e na realidade tudo só foi assinado após aprovado pela Assembléia. Virou lei, nosso contrato com a Peugeot virou objeto de uma lei. Fui, subi na tribuna, fiquei lá umas três horas, respondendo perguntas dos deputados estaduais, todo mundo muito animado, e daí está tudo absolutamente legal. Dentro da lei, da ordem, dos costumes, da capacidade financeira do estado, não

há o que dizer. O governo Garotinho veio, confirmou todos os acordos, e inovou na possibilidade da retirada do estado ser antecipada. Pelas nossas negociações, o estado deveria sair após dez anos. Poderia sair após dez anos. Ele negociou que o estado pode sair um ano após a fábrica estar funcionando. (Márcio Fortes, 1999)

As negociações que começara em maio de 1996, na época da inauguração da Volkswagen, prosseguiram ao longo do ano de 1997, período no qual Márcio Fortes fez sete viagens a Paris para costurar o projeto junto à direção da empresa, até a confirmação no final de janeiro de 1998. A inauguração da fábrica em janeiro de 2001 fora noticiada:

Com investimentos em torno de US\$ 600 milhões, o grupo francês PSA Peugeot-Citröen inaugura sua fábrica na próxima quinta-feira no pequeno município de Porto Real, Sul Fluminense. A festa de lançamento, que está mexendo com a rotina da cidade, contará com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, além da participação do presidente mundial da multinacional, Jean-Martin-Folz.

O Grupo PSA iniciou em 1995 as prospecções para instalação de uma unidade industrial no Brasil. Depois de dois anos, os franceses escolheram Porto Real, cidade emancipada de Resende em 1996. Poucos investimentos em terraplanagem, existência de infraestrutura de energia elétrica e comunicações, e incentivos fiscais (isenção do IPTU e Fundes, em que 60% do ICMS podem ser pagos em até 13

anos) foram os atrativos para a opção por Porto Real. (Jornal do Brasil, 28/01/2001)

Para o projeto da fábrica em Porto Real, o Grupo Porto Real doou 3 milhões de m², uma vez que essa área comportaria o conjunto de indústrias fornecedoras de autopeças que se instalaram no tecnopólo²⁶, uma novidade em relação à Volkswagen de Resende.

Mas nós falhamos num ponto, porque nós não negociamos a vinda da Volkswagen como negociamos depois com a Peugeot-Citroën. Nós não demos mais umas “áreazinhas” dentro de Porto Real para que trouxessem também as autopeças, os fornecedores para Porto Real. Mas esse foi um exemplo muito bom, porque nós pudemos analisar depois. Com a Peugeot-Citroën, nós negociamos com base de sustentação e nós tivemos a oportunidade quanto ao (...), numa área de um milhão de metros quadrados doados pelo grupo Porto Real. (Bernardelli, 2003)

A visibilidade tecida pelas relações políticas e empresariais deram um novo tom ao recém emancipado município de Porto Real:

O momento atual na cidade é bem diferente da época em que a Cia.

Fluminense de Refrigerantes começou a funcionar na década de 70. A

²⁶ “**Tecnopólo** – A nova montadora está localizada num terreno de dois milhões de metros quadrados, doados por empresários locais. Os carros são fabricados em três prédios – o da solda, o da pintura e o da montagem. Do outro lado da rua, numa área de um milhão de metros quadrados – também doada – fica o Tecnopólo, local destinado a indústrias fornecedoras de autopeças. Gefco (transporte e logística), Vallourec (eixos), Magnetto-Eurostamp (estamparia de chapa), Copo-Fehrer (espumas) e Faurecia (assentos) vão trabalhar em sistema *just in time* com a PSA Peugeot-Citröen. O *just in time* prevê a entrega de peças à medida que são demandadas na linha de produção, sem a necessidade de utilização de estoques.” (Jornal do Brasil, 28/01/2001)

empresa é do Grupo Porto Real, que detém a concessão da Coca-Cola para a distribuição na região Sul Fluminense. O empresário Luiz Eduardo Monteiro, o Lula, era um dos poucos a acreditar na região, ‘continuo acreditando’, afirma. Tanto que foi um dos que doaram o terreno para a PSA Peugeot-Citröen. Hoje, o Grupo Porto Real emprega 1,5 mil pessoas. (Jornal do Brasil, 28/01/2001)

3.4. A Visibilidade na Política: acesso à máquina político-administrativa

Diante do visível envolvimento dos empresários com os políticos e a definição da política local através de sua participação direta, durante algum tempo, esse pensamento de “não ser político” parecia controverso e demagógico. Como poderia um grupo que sempre esteve “por trás” dos representantes políticos da região, definir-se como não-político, uma impropriedade revelada pelo desfecho e trabalho que sempre mantiveram como representantes dos interesses coletivos daquela região e à frente dos interesses de desenvolvimento. Outra questão pertinente à *parceria* políticos-empresários é entender, afinal, por que esse forte grupo empresarial buscou os vieses da política para atender aos interesses de desenvolvimento. Que legitimidade a esfera pública possui para além da força econômica do grupo?

No entanto, existe algo revelador na *diferenciação* retratada pelos empresários. Mas, afinal, nesse caso, os representantes políticos devem ser diferenciados do grupo empresarial, em que sentido? Essas questões ficaram levantadas e sem respostas durante algum período. Mas, apesar do envolvimento entre esferas pública e privada, é necessário fazer a distinção devida. Afinal, o que diferencia os personagens dos dois grupos atuantes? O

empresário Lula é enfático na diferenciação, não ser político é algo que os diferencia significativamente dos outros; diferencia seus interesses e compromissos.

Consta que a propriedade fundiária do Grupo ocupa extensão em torno de 50,8 milhões de m², numa grande área de planícies e fazendas, mesmo depois de ter doado 4 milhões de m² para Resende na época do projeto da fábrica Volkswagen e da emancipação de Porto Real (Bernardelli, 2004). “Se somar a terra toda que ele tem dá mais de 50% do que o município de Porto Real inteiro em proporção. Ele tem terras em Lorena, onde plantou cana, Pindamonhangaba, Três Corações, alguma coisa em Volta Redonda, Quatis, Porto Real e Resende” (Abelardo Galvão, 2004). Portanto, vê-se que no conjunto dos negócios, a terra constitui uma parte considerável do capital do Grupo, um patrimônio que nas negociações com as grandes indústrias atraídas para a região é negociado sem oferecer desvantagens.

Considerando a atualização desse capital, nas condições atuais de desenvolvimento, percebe-se que já não é tão significativa em propósitos monetários e competitivos do mercado, e ainda conta com a situação da falta de incentivos fiscais para sua produtividade. Nessas condições, o grande contingente de terra não representa maiores vantagens competitivas para o grupo empresarial. A reclamação de um empresário local ressaltava a inexistência de uma “política de incentivo para a pecuária na região”, que seria o verdadeiro “potencial do lugar”, insatisfação que se colocava com o plano real e que se estendia aos governos federal, estadual e municipal, porque, para ele, “esse é o problema dos governantes, todo mundo, só olhar para as grandes empresas”.

Por outro lado, pode-se perceber, em função da estratégia política do Grupo, com a formação de representantes políticos mobilizados para o desenvolvimento da região e com foco em Porto Real, diz-se concomitantemente, em correlação direta ao atendimento dos interesses do Grupo, (além da *parceria* que sempre mantiveram com representantes políticos expressivos local, regional e nacionalmente), que as condições do capital privado não

comportam isoladamente atender às demandas infraestruturais de um distrito, ou de um município. Esse princípio é diferencial para atender às exigências de um investimento de grande porte.

A emancipação, sonhada pelo mentor do Grupo desde os anos 60, e continuada por seus filhos, aponta para a crescente visibilidade de que o desenvolvimento está diretamente ligado ao acesso às estruturas públicas pela via político-administrativa. Ao invés de considerarmos que esses empresários mantiveram-se por trás da política, é mais sensato perceber sua constante motivação em construir uma estrutura político-administrativa competente e organizada como condição do desenvolvimento local. Essa busca parece concomitantemente uma estratégia do capital privado para manter-se na concorrência, ao mesmo tempo em que gere possibilidades da esfera pública arcar com os serviços devidos ao funcionamento infraestrutural do município.

Esse princípio das condições político-administrativas é diferencial para atender às exigências de investimentos de grande porte, como aconteceu com o caso Volkswagen e, em seguida, com a PSA Peugeot-Citröen. E assim, percebemos por que o acesso às estruturas do ordenamento político-administrativo legitima-se como mentor do desenvolvimento e, através das figuras políticas atreladas a ele como responsáveis estratégicos, legitimam também esses políticos (e os empresários) como representantes da vontade da maioria.

3.5. Parcerias políticos-empresários e relações de amizade

A relação entre esferas pública e privada faz o diferencial no ganho da disputa entre as regiões pela fábrica Volkswagen. A conquista pôde ser definida não pela existência das condições infra-estruturais concretas, como o dissera o próprio empresário, mas ganhou respaldo pela disposição em construí-las, essencialmente em função das relações de

compromisso entre os grupos de interesses (políticos-empresários) – uma questão de princípio. E não um princípio qualquer, mas o que fora estabelecido pelo sonho e compromisso entre pais e filhos, homens de palavra e de atitudes. De modo que, parte do que fizera real o sonho da chegada da Volkswagen não fossem somente as condições concretizadas, mas também aquelas possíveis de serem construídas devido à eficácia das relações políticas e empresariais regionais.

As relações políticas pressupõem um complexo de relações que dilui a diferença entre profissionais e profanos e se alargam muito além das delimitações dos campos de atuação dos grupos de interesses. Não que suas ações sejam predeterminadas, mas através da prática da *parceria* a mediação entre eles potencializa suas ações que serão definidas objetivamente em seus campos de atuação e passarão a legitimar suas práticas.

Nesse sentido, todos se tornam mediadores, dependendo dos jogos de interesses em questão, os políticos dos empresários e os empresários dos políticos, dados os interesses que vão se delimitando em termos da atuação e da criação de uma imagem propícia à perpetuação de seus interesses de grupos. Atuando na fronteira de seus grupos específicos e estabelecendo relações que se somam em benefício de suas competências, tornam-se mediadores da comunidade local à medida que criam as possibilidades de promover projetos de desenvolvimento.

Os políticos se tornam mediadores, visto que potencializam o acesso às estruturas público-administrativas através da assistência a projetos pontuais que beneficiarão os empresários. Estes conduzem ao entendimento de que o capital que aqueles possuem pode ser somado à eficiência das práticas de seu grupo. O potencial do grupo político pode não estar exatamente em seus representantes, poderá ser captado fora dele e assim os empresários podem, inclusive, valorizar sua representatividade somada à competência dos profissionais políticos. O grupo empresarial condensa duas importantes condições de existência: o

monopólio dos instrumentos materiais e simbólicos e as relações no meio político. Eles são mediadores entre as conquistas dos projetos infraestruturais e atuam efetivamente no atendimento dos serviços que estariam no âmbito do domínio público.

Assim, *parceria* e *amizade* podem envolver-se de significados variados a partir do contexto no qual são empregadas e considerando os sentidos e interesses aos quais remetem quando se trata de desenvolvimento regional.

Parceria pode significar juntar-se em função de objetivos comuns; apoiar objetivos diferentes, porém em comunhão com o ganho devido a cada um dos envolvidos. Como aparece no caso estudado em que há parceria entre políticos e empresários, a partir da referência pela busca de desenvolvimento local, os parceiros buscaram criar as condições devidas, cada um direcionando-se aos *meios legitimados* dentro de sua esfera de ação, ou ultrapassando essas esferas, “discretamente”, de forma subjacente, como no caso dos empresários.

Os parceiros podem, contudo, não estar dentro da mesma vertente partidária ou coligação, mas juntando-se em função de um objetivo comum, podem participar da parceria em momentos pontuais, dependendo da adesão podem estar parceiros ou não, que funciona no nível das projeções individuais e/ou partidárias como elemento de adição nos ganhos de legitimidade pela obtenção de algum projeto, podendo aliar-se como quiserem e à medida que suas avaliações mostrem-se positivas nesse sentido, mesmo que depois, novamente, mantenham uma postura de separação e diferenciação em relação àqueles que permanecem em situação de parceria.

A palavra *parceria* presente nos discursos de vários políticos (vereadores, prefeitos, deputados) e de empresários locais, onde se destaca o Lula, é referida quando se trata em diversos momentos da criação de infraestrutura – uma alusão às relações público-privado responsáveis por gerar passo a passo as condições para que empresas se interessassem

pela região. A *parceria* entre público e privado é algo exaltado nos discursos de políticos e empresários e consta de fato na concretização de diversas obras que tornaram possível o desenvolvimento local.

Mas, para além de todos seus atributos positivamente considerados, ela revela sobre as diferenças entre essas duas esferas, público e privado, especificamente numa demonstração das prioridades pertinentes a cada campo de atuação dos indivíduos que os representam. Entre políticos, há que se considerarem as *relações políticas* existentes nos âmbitos nacional, estadual e municipal. No que se referem aos empresários locais, suas relações podem ser definidas como *econômicas*. Mas no que concerne às relações entre indivíduos desses dois grupos diferenciados, deve-se considerar relações de *parceira*, que implicam em definir os lugares sociais e de interesse de cada uma dessas esferas em separado.

Quando se trata da *parceria* entre indivíduos dos dois grupos (políticos – empresários) pontua-se, por um lado, não propriamente algo que une esses indivíduos de diferentes lugares sociais, mas especificamente fala-se do espaço que separa esses indivíduos a partir de sua posição social e de seus interesses de grupo. Nesse sentido, os políticos possuem *relações políticas* entre si e os empresários têm *relações econômicas* como regra de orientação de seus comportamentos e atitudes. Para definir, então, por outro lado, qual o tipo de relação que esses diferentes grupos estabelecem entre si, a noção de *parceria* define, por um lado, a diferença entre os grupos e, por outro, os aproxima em função de objetivos comuns, respeitando os interesses dos grupos aos quais pertencem, de forma que podem se aliar com um mesmo propósito, sendo cada um referido aos interesses relacionados ao seu campo de atuação.

Ao passo que se caracteriza a existência dos parceiros, subtende-se que há aqueles indivíduos que não fazem parte dos projetos de parceria, os quais se designam aqui como *não-parceiros*. São os indivíduos que, identificados como aqueles que não endossaram as idéias e

iniciativas do grupo (por questões ideológicas, de incompatibilidades, de desentendimento, de falta de reciprocidade ou mesmo, considerando as trajetórias pessoais e políticas, de pertencimento), encontram-se à margem do acesso aos instrumentos materiais e, conseqüentemente, aos meios e relações de possibilidades na concretização de projetos de visibilidade, de prestígio e de reconhecimento.

Amizade, num sentido genérico, pode compreender afinidades entre pessoas, emotividade, confiança. No contexto de desenvolvimento no Sul Fluminense, a amizade aparece como um elemento que permeia as relações entre políticos e entre estes e empresários. Relação que ultrapassa a temporalidade dos representantes atuais dos dois grupos descritos e se coloca como uma condição objetivada pelos acontecimentos que se seguiram no decorrer da história pessoal e pública.

No caso estudado, uma relação de amizade deve prezar por respeitar os limites de atuação de cada grupo, no entendimento dos objetivos de cada um desses grupos, e ressaltar que exista uma *relação de confiança* que assim fortaleça a mediação. Pressupõe também *relações pessoalizadas*, ou seja, que esses indivíduos possuam uma esfera de entendimento que, baseada na confiança, permita ultrapassar as fronteiras definidas, de modo que os indivíduos possam transitar entre os grupos, mesmo objetivando interesses contrários aos fixados pelo pertencimento a cada um deles, sem estabelecer uma ruptura. Esses indivíduos compartilham uma esfera de entendimento que permite seguramente, por esse motivo, lançar mão de recursos e meios que estão além do objetivamente acessível a outros, podendo ter seus objetivos atendidos pelo fato de sobressaírem-se às regras comumente fixadas e transitarem na esfera das *relações pessoalizadas*. Nos meandros das *relações políticas*, as *relações pessoalizadas* são instrumentais facilitadores para a atuação daqueles que se projetam e transgridem as regras prescritas.

Porém, os *amigos* na “política” devem reconhecer-se mutuamente em quaisquer circunstâncias, para apoiar um ao outro, ou pelo menos não desaprovar suas iniciativas, visto que a *confiança* estabelece um limite entre liberdade de atuação e obediência. Requer que, mesmo contrariando seus objetivos mais imediatos e/ou mesmo suas concepções (políticas, ideológicas, pessoais etc.), exista uma margem de cessão em benefício do outro. Portanto, uma relação de *confiança* não está pautada simplesmente na liberdade de poder agir, mas na respeitabilidade dos limites de atuação, condições e possibilidades nas quais os indivíduos possam se posicionar, de modo a não prejudicar interesses do outro.

Encontrando-se uma divergência inevitável e evidente, esses mesmos indivíduos podem, contudo, tornar-se *inimigos* na política. Portanto, o elo entre amigos e inimigos é bastante tênue, de forma que deverá ser sempre oportunamente avaliado e preservado, pelo risco de criar condições desfavoráveis futuramente, e concomitantemente o impedimento de negociar os instrumentos de atuação. É um péssimo negócio ter *inimigos na política*, uma vez que suas posições podem ser continuamente mudadas e direcionadas, causando prejuízo na atuação e imagem que buscam estabelecer pela facilitação das relações e do acesso aos instrumentos e meios de permanência no jogo político. Estar sempre abertos para novos acordos e para aliar-se em benefício de seus interesses e/ou dos outros, como condição de resguardar o cumprimento dos seus interesses, é um espaço valorizado por aqueles que querem permanecer atuando. Nessa margem de possibilidades, a adesão a diferentes grupos de aliados resulta na impossibilidade de identificação dos valores aos quais os indivíduos possam ser referidos e cria um espaço maleável em suas trajetórias para atuações até mesmo contraditórias e de contra-senso.

Assim, poder-se-ia identificar ou se definir um “radical” em termos literais na política – aquele que a partir de suas concepções e valores não partilha das negociações e vieses permissivos propiciados pelo espaço dos acordos políticos. Nesse sentido, dá-se como

condição de permanecer na política, alardear as relações personalizadas e de confiança no sentido proposto. A própria sobrevivência nessa esfera gera um impedimento impregnado por essa condição, que inviabiliza dizer que em política a palavra “radical” tenha um sentido único e inflexível. O termo “radical” aplica-se mais às posturas contrárias aos interesses de grupos estabelecidos e que de alguma forma os impedem de dar continuidade aos objetivos buscados pelos aliados.

3.6. Os efeitos da visibilidade política

A visibilidade *regional*, e as relações políticas que as potencializam são reelaboradas durante o processo de negociação da vinda da Volkswagen. É essa visibilidade necessária, construída durante o primeiro momento, e continuada com o conjunto de investimentos que a região passou a sediar, que os representantes locais acionam como um elemento importante para que o desenvolvimento local tenha continuidade e, concomitantemente, é um recurso que alimenta suas próprias trajetórias para adquirirem legitimidade e continuem com sentido.

Começa a ser acionada uma série de lugares de prestígio de alguns representantes da política nacional, regional e local, e em seus discursos essa retomada dos atores é algo circular, que mapeia as relações que os políticos estabelecem entre si. E é necessário mostrar por onde passa cada uma dessas relações para o desenvolvimento da região Sul Fluminense. As demandas atendidas junto à comunidade podem alicerçar trajetórias de grupos, por isso é importante acionar esses capitais simbólicos, dando legitimidade e continuidade aos grupos de representantes políticos, empresariais etc.

Com a chegada da Volkswagen, a região recebeu para suas demandas grande atenção nos níveis estadual e nacional. A partir desse momento, começaram a ser resgatados

elementos importantes, como representativos dos interesses do estado do Rio de Janeiro. A iminência e mais tarde efetivação dos empreendimentos, deu à região visibilidade para a resolução de antigos problemas básicos de infra-estrutura e assistência social, e os representantes políticos passaram a disputar credenciais de agentes na resolução desses problemas, porque também eles ganham notoriedade em várias instâncias.

As previsões de um futuro promissor tiveram apoio de várias camadas da sociedade, inclusive do sindicato. Uma visão de desenvolvimento regional que tomou simpatia a partir da idéia do pólo de desenvolvimento. As manifestações de boas vindas à Volkswagen chegavam de várias esferas de representação da sociedade local, que foram criteriosamente catalogadas pela mídia local (A Lira, julho de 1995). Segundo matéria do jornal A Lira, a opinião partilhada pelo então Presidente dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Luizinho, lembrava na época das boas-vindas à fábrica o futuro promissor:

Sindicalistas homenageiam Volkswagen em ato público

Sindicalistas, e cerca de 120 metalúrgicos da CSN, além de empresários e políticos da região fizeram na quinta-feira da semana passada uma manifestação de boas-vindas à Volkswagen. O ato público aconteceu junto à área cedida pela Rheem Metalúrgica para que a Volks se instale provisoriamente no pólo industrial de Resende.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho, que foi um dos organizadores do evento falou da importância na absorção de mão-de-obra especializada da região.

Na previsão de Luizinho, a oferta de emprego deverá triplicar.

Lembrou ainda que os empregos não virão apenas da fábrica da Volkswagen, que sozinha deverá proporcionar até 20 mil empregos

diretos e indiretos. As empresas fornecedoras e prestadoras de serviço vão suprir o restante da oferta, diz Luizinho”.

Nesse evento, estiveram presentes representantes políticos de Volta Redonda, Barra Mansa e Quatis, municípios que apoiaram Resende, e ainda o ex-prefeito de Resende Noel de Carvalho. Resende passou a ser apoiada pelos municípios e distritos que se mostravam parceiros. Nesse sentido, a comunidade é formulada em função dos interesses atualizados, apoios e objetivos que uniram várias esferas, e acionados como meios de criar uma conciliação de interesses, em conjunção com as necessidades que se colocaram como princípio naquele lugar e naquele momento.

Noel em seu discurso disse que entre os pontos que os empresários levaram em consideração, e que, segundo ele, pesou na decisão da escolha, foi o tipo de sindicalismo que se pratica na região. O ex-prefeito elogiou a ‘forma avançada que o sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia desenvolvem aqui em nossa região’. (A Lira, julho de 1995)

Já em âmbito mundial²⁷, pode-se dizer que o interesse por novas regiões significa um olhar cuidadoso, mais interessado, com conseqüências diferenciadas em relação ao deslocamento desses investimentos. O fato das empresas se fixarem num lugar e não em outros, torna-se uma definição da importância que essas localidades assumem. Assim como

²⁷ Essa questão aparece no documentário “A Question of Leadership” (1981-1984) de Ken Loach, que trata das mudanças políticas e da repressão ao movimento sindical pelo governo de Margaret Thatcher. Ao tecer críticas à atuação sindical, esclarece sobre a vida de uma comunidade, quando há deslocamento ou ausência de investimentos econômicos. Uma das falas de um líder sindical menciona que a retirada das empresas acabaria com a comunidade, sugerindo-nos que a importância em torno dos investimentos não deva estar atrelada apenas ao recurso econômico, mas também ao fato de que redimensiona todas as relações sociais, afinal estas não se subtraem a esferas isoladas.

iniciar um projeto numa nova localidade, significa reelaborar um novo lugar, a retirada ou ausência desses investimentos em outras regiões dá dimensão a lugares sociais distintos, elaborando novas espacialidades, aquelas onde as relações políticas, econômicas e sociais serão mais visíveis.

Usando o efeito contrário, pode-se inferir que ao olhar para um certo lugar, para um novo lugar, ali se constrói uma nova comunidade, como viabilizado pelo quadro dos investimentos na região Sul Fluminense, gerando acesso e responsabilidades em torno dos serviços públicos e privados. Responsabilidades dos políticos que constroem suas imagens refletidas nas políticas públicas, das empresas que se vêem a partir dos investimentos e novas conquistas, e porque não da população local interessada em possibilidades de trabalho e melhorias das condições de vida. Essa nova imagem é cuidada e ciumenta de suas particularidades. A atualização das relações locais tem como recurso apontar diferenças e preconceitos, resgatar elemento de identificação, reavivar seus interesses e conflitos.

Então, o local só pode ser construído em relação direta com o global. É o fato de sediar empresas de credibilidade nacional ou mundial que abre para a região Sul Fluminense toda visibilidade, inclusive para o Estado olhar para o local; e faz com que o local se esforce a fim de mostrar para o país e para o mundo seu modelo de desenvolvimento; e faz com que o mundo olhe para o local e seus representantes. E muito pode ser construído pelas relações políticas, um resgate atualizado do capital de conseguir ser olhado, tornar-se visível.

E os elementos que são resgatados são também já assumidos como valores pela comunidade. É a visibilidade do local para o mundo e o olhar do mundo para o local. Quando se fala muito em equilíbrio ecológico, desenvolvimento sustentável, por exemplo, o Rio Paraíba do Sul surge como foco das preocupações locais, políticas, empresariais e torna-se um elemento do estado do Rio de Janeiro. Os representantes políticos são mediadores na construção dessas imagens, de modo que passam a ter acesso a vários administradores

importantes: subsecretário estadual de Ação Social com “promessa de que Resende ‘receberia’ iniciativas importantes na área assistencial”: os serviços públicos na área de saúde, tirar documentos, obras e serviços públicos, obras de infra-estrutura, entre outras.

3.6.1. A exemplo da visibilidade conquistada pelo trabalho político: Eduardo Meohas

Na busca pela visibilidade de seus partidos e representantes na região e no estado, com a chegada da Volkswagen, esses políticos acionam suas contribuições como atores que participaram da construção das condições de melhoria dos serviços públicos e da conquista da fábrica, fazendo claramente um elo entre sua contribuição e a conquista da fábrica – uma forma de legitimar sua participação e fortalecer seus aliados políticos. Em vista disso, vários representantes do poder público local e dos representantes do interesse do lugar localizados na esfera pública do estado buscam pontuar suas contribuições e reforçá-las.

O mencionado deputado estadual do Rio de Janeiro Eduardo Meohas (PSB-1994) é um exemplo do trabalho em favor da visibilidade política. Em seu mandato como deputado estadual, o embate com a administração municipal local é posto em evidência e diz primar pela coerência e responsabilidade com o desenvolvimento social de Resende.

“RESENDE EM PRIMEIRO PLANO

A luta para levar a Resende os investimentos do governo do Estado continuou norteando os trabalhos do deputado Eduardo Meohas, durante os meses de abril e maio. Neste período, o representante da cidade na Assembléia Legislativa teve audiência com o subsecretário estadual de Ação Social, Ely Patrício, com o diretor do Instituto Félix

Pacheco, Edilson Pinheiros, além de conseguir levar à cidade a secretária de saúde, Rosângela Mello. ‘Os encontros são altamente proveitosos, já que tenho conseguido sensibilizar as autoridades para o fato de que um município da importância de Resende não pode ser colocado em segundo plano pelo poder público’, avalia Meohas.”

(Prestando Contas, *apud* Campanário)

Buscou, assim como os demais, acionar os elementos de enfrentamento com a administração municipal atual e reiterar sua participação na conquista da fábrica. Através de uma publicação exclusiva, “Prestando Contas”, das políticas e projetos acionados pelo PSB durante seu mandato como parlamentar e dos vereadores de seu partido em Resende, o deputado faz seu trabalho de divulgação e legitimação dos seus aliados políticos.

Vereadores do PSB mostram serviço

Bastante orgulhoso da coerência e honestidade da bancada do Partido Socialista Brasileiro na Câmara de Vereadores da cidade, o deputado Eduardo Meohas chama a atenção dos resendenses para o bom desempenho de seus três colegas de partido. ‘Nossos representantes formam uma oposição propositiva ao prefeito, sem radicalismos, mas com os olhos atentos às iniciativas do município’, diz. Conheça agora um pouco do trabalho dos vereadores do PSB. Atual presidente da Mesa Diretora da Câmara, Antônio Cardozo Gastão, é economista e administrador de empresa. No comando da Casa, destaca-se pelo seu posicionamento sério e combativo, que merece o respeito até mesmo de seus opositores. Líder da bancada do PSB, o médico Mário Sérgio

da Silva Freire, procura utilizar seu mandato para combater os problemas de saúde pública da cidade. Ele foi o autor do projeto de lei que instituiu o programa permanente de controle da hipertensão no município, aprovado com unanimidade pelo plenário da Câmara. Em seu terceiro mandato, o servidor público aposentado Aníbal Pontes é o guardião da cidade.

Acionando os elementos essenciais para enfatizar sua contribuição para a atração da fábrica, o deputado delibera em “Prestando Contas”:

“Aí vem a Volks - mãos à obra

A nova fábrica da Volks tem tudo para ser implantada em nossa cidade. Embora seja prudente esperar o anúncio oficial da empresa, o trabalho conjunto de todas as forças políticas da cidade conseguiu mostrar aos executivos da montadora que Resende é a melhor opção. Nossa cidade está prestes a receber uma grande injeção de investimentos, que resultará em maior oferta de empregos e aumento significativo da população. Resta agora aguardar o desfecho das negociações e esperar a entrada do dinheiro, certo? Errado.

Nós que colaboramos de alguma forma para que a Volks fosse seduzida pelas condições da cidade, não temos o direito de cruzar os braços nesta hora importante. A contagem regressiva já começou: é fundamental que o município esteja preparado para fazer da Volks um instrumento de crescimento racional. O desenvolvimento tem que vir

de maneira sustentada, preservando o espaço urbano da cidade, o meio ambiente e, sobretudo, a qualidade de vida da população.

É notória, pela divulgação através dos meios de comunicação de massa de posse dos principais aliados (políticos e empresários) a atuação direta desses grupos e especificamente das relações pessoais do grupo de empresários que costuraram a atração da fábrica. Assim, esses “outros” colaboradores buscam acionar elementos de proximidade com o grupo de maior visibilidade - o Grupo Porto Real. Para um esforço que zelou pela imagem de um trabalho de grupo, envolvendo todos os partidos e representantes políticos numa sintonia pela conquista da fábrica, o deputado busca confirmar seu papel como colaborador:

Fico feliz por ter conseguido colaborar com o trabalho a favor de Resende, através da obtenção de documentos valiosos que mostram ser a nossa cidade o lugar ideal para a implementação da fábrica. Me orgulho de ter munido o Grupo Renato Monteiro com informações importantes, que obtive junto às autoridades estaduais – entre elas o Governador Marcello Alencar e o secretário estadual de Indústria e Comércio, Ronaldo César Coelho – e aos executivos da Volks.

Fico igualmente feliz quando caminho pelas ruas e vejo que a população está se dando conta de que não é por acaso que, somente agora, quando Resende dispõe de um deputado estadual para representá-la, a cidade consiga atrair investimentos externos do porte de uma Volkswagen. (Eduardo Meohas, “Prestando Contas”)

Médico, ex-diretor da Santa Casa de Resende, Eduardo Meohas, foi adicionando os elementos essenciais para sua trajetória política, dando ênfase à colaboração no processo de criação das melhorias das condições de saúde, ambientais e qualidade de vida em benefício de Resende e ao papel desempenhado no acordo pela emancipação de Porto Real e pela conquista da Volkswagen para ficar situada no território de Resende.

O rio (Paraíba do Sul), em conjunto com seus afluentes, é responsável por 80% do abastecimento de água do Estado, além de ser nossa maior fonte geradora de energia.

É fundamental que o município esteja preparado para fazer da Volks um instrumento de crescimento racional. O desenvolvimento tem que vir de maneira sustentada, preservando o espaço urbano da cidade, o meio ambiente e, sobretudo, a qualidade de vida da população.

[Um] município da importância de Resende não pode ser colocado em segundo plano pelo poder público.

(Deputado Estadual Eduardo Meohas. “Prestando Contas” *apud* Campanário).

Através desse trabalho, como representante dos interesses do município de Resende, e assinalando o cuidado pelos aspectos pontuais que uma indústria de grande porte pode gerar para uma cidade que se dispõe a enfrentar os desafios do desenvolvimento, Meohas lançou-se pelo PSB à disputa pelo legislativo municipal em 1996 (1997-2000), disputando com Noel de Carvalho Neto (PDT), e conseguiu eleger-se para prefeito, depois de Augusto Leivas (sucessor de Noel de Carvalho Neto), com 58,096% dos votos, enquanto seu adversário ficou com uma margem de 34,804%. Em 2000 (2001-2004), ainda pelo PSB,

disputou sua reeleição com Sílvio Costa de Carvalho (PDT), ficando com um percentual de 47,201%, enquanto seu adversário ficou com 40,049%. Assim, foi prefeito de Resende por dois mandatos seguidos. Sílvio Costa de Carvalho foi eleito nas eleições seguintes de 2004 pelo PMDB (2005-2008).

CAPÍTULO 4

ATUAÇÃO E IMAGEM POLÍTICA: OPOSIÇÃO E HEGEMONIA

Todo estudo toma direções que à priori podem parecer naturais de uma dada realidade e caminhar numa direção “natural” dos fatos, é assim que nos deparamos primeiramente com as questões a serem estudadas. Assim, inicialmente, os fatos aparentemente naturais conduzem a visão do pesquisador num determinado momento. Por sua vez, a extensão dos fatos os põe em direções outras que não pareciam pertinentes ou não eram questões a serem consideradas. É comum que durante a pesquisa novos fatos conduzam a olhares mais atentos sobre o desenrolar dessas questões. Somente a condução do processo de pesquisa e o embate com os novos fatos que aparecem podem delimitar o estudo sobre a pertinência ou não das questões levantadas. Dessa forma, a pesquisa, assim como a análise dos dados, mostra-se por sua riqueza inigualável para o entendimento do processo que envolve o “objeto” primeiro a ser estudado.

Neste caso, especificamente, os fatos apontavam em direção à hegemonia disseminada de uma família de políticos locais que estava referida à veracidade de principais personagens em vários momentos históricos de desenvolvimento do município de Resende. Foi a partir da constatação desses fatos, através dos meios de comunicação e dos relatos, que a pesquisa começou pela verificação das atribuições da família Carvalho, uma vez que

principalmente na mídia local suas atribuições ao desenvolvimento local foram referências indiscutíveis.

Porém, alargando-se a análise para os aspectos sob os quais esta evidência se colocara, é que pudemos entender o conjunto das relações políticas, de amizade, de parceria, de oposição, como aspectos importantes para a percepção da realidade pesquisada. A partir de então, houve o entendimento mais geral de um quadro que não se explicava a não ser pelo remetimento a fatos anteriores ao período que objetivamos estudar. Portanto, é importante frisar que começamos a pesquisa a partir das referências noticiadas na mídia e nos primeiros relatos, para então nos darmos conta de uma série de outros fatores capazes de revelar aspectos da história política local. E assim, os relatos, uma vez relacionados, nos conduziram pelos fios da meada, além do imediatismo e da evidência, ao entendimento das relações políticas no processo de desenvolvimento da região Sul Fluminense.

4.1. À procura da oposição: “a oposição aqui sou eu”

Procurando pela oposição, objetivo direcionado por informações sobre um político que criara embate frente às elites políticas e empresariais locais, foi-me fornecido o contato telefônico do líder municipal do PDT Noel de Oliveira, em Resende. Ouvir uma outra voz da política local gerou expectativas que logo seriam refeitas, no sentido de que me acharia diante de um homem “poderoso”, quem sabe disposto a fomentar um discurso contundente sobre seus opositores. Mas o encontro não ganhou esse contorno, e estava diante de uma casa simples, por não ter sede do partido no município, e sendo recebida por um senhor pacato e gentil que com paciência e humor explicava as condições de sua trajetória política e de seus ideais diante do exercício da vida pública. Referia-se a eventos da história política do Brasil, a “Revolução de 1930”, e de como entendia certas vertentes dentro da política, mostrando

discernimento. Aparentemente descompromissado em elaborar um discurso coeso, a conversa seguia sem convencionalismos, agradável, referindo relatos engraçados que retratavam sua origem humilde e pouco ambiciosa. Falava também da sua forma de ver e exercitar o poder como representante público, noções que circundavam sua forma de entender a democracia.

Sua postura, a imagem que faz de si mesmo como representante da oposição, coloca-se no sentido de se diferenciar dos políticos do outro grupo. Essa necessidade, aparente em vários momentos da conversa, estava condicionada à sua concepção da atuação de seus opositores. Demonstrava convicção e orgulho em ser diferente daqueles, um “homem do povo”, que não faz nenhum esforço para se diferenciar de “um simples mortal”. Seu discurso pontuava as qualidades de caráter e de humanidade no exercício da política, que para ele “é uma filosofia de governo difícil”. Por isso, considera a vida política difícil, sendo um lugar no qual se sente discriminado pelas elites econômica e política da região, uma condição de “fazer política com tudo contra”, mas tem orgulho disso também, porque se põe no lugar dos menos favorecidos.

Preocupado em manter uma postura em sua vida pessoal condizente com seus valores morais e de um homem do povo, Noel relatava sua forma de fazer política e o fato de que já estivera em outros momentos históricos em posições importantes na representação política de Resende. Sabendo do contato anterior com os outros políticos, ficou inevitável memorar sua trajetória sem fazer comparações. Uma das diferenças pontuais em sua fala deve-se à origem dos representantes das duas vertentes da política em Resende: a que se refere às “velhas oligarquias”, e a sua “porque minha origem é o campo, meu pai era colono”. Convidado a falar de sua trajetória, assim começou nosso informante:

Minha trajetória... aqui a situação política, ela... são duas vertentes totalmente diferentes. **A vertente do outro Noel (Carvalho) é das**

velhas oligarquias, que a revolução de trinta conseguiu quebrar a espinha dela um pouco, não conseguiu tudo que queria. Então, a origem dele, é dos pais, formação do PR, Partido Republicano Mineiro, quer dizer, reacionária mesmo, quer dizer, eram os dominantes, eram os que dominavam, até trinta... Oligarquia em trinta fazia o que queria, tudo eram eles que resolviam. Porque quem mandava na cidade era o Juiz de Direito, o Diretor do Correio, o Coletor Federal, o Agente da Estação, então essa gente era tudo governo, porque não tinha outro poder, só tinha esse. **A revolução de 30 quebrou um pouco isto, ela começou dar... eu acho que foi a verdadeira revolução que nós tivemos... dar um pouco de consciência no cidadão, ele saber que ele existe....** Tudo dependia do coronel, coronel no sentido a paisano, coronel do poder, do dinheiro. Essas foram as origens que vieram na política e acabou aflorando aqui. (Noel Oliveira, 1997)

A menção às raízes da família Carvalho ao Partido Republicano Mineiro – PRM remete ao período histórico da “república do café com leite” (1894-1919), caracterizada pelo domínio dos coronéis e das oligarquias, como eficientes máquinas político-eleitorais e que controlavam o poder. Os partidos republicanos ganhavam força nas conjunturas estaduais (e nacional) com maior expressão através do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM). Referências aos interesses compartilhados entre São Paulo e Minas Gerais, representando respectivamente os interesses do maior produtor de café e do maior produtor de leite (Minas era também segundo produtor nacional de café). Partilhando interesses agrários, Minas Gerais contava com as riquezas produzidas na agricultura e na

pecuária. O poder dos “coronéis” estendia-se nos plano econômico, social e político, pela troca de favores com o governo federal. As oligarquias desses dois estados representaram nove dos onze presidentes eleitos até 1930. (Arruda; Piletti, 1997, p. 252-254)

Ao referir-se à Revolução de 30, pontuara o processo histórico e político que “significou uma troca de elites no poder”, uma vez que “dirigiam fortes críticas ao sistema eleitoral vigente durante a Velha República” e discutia idéias sobre “um sistema eleitoral que, além de ampliar o colégio eleitoral, garantisse a representação das minorias”, e também idéias que “encontraram espaço para serem discutidas, desenvolvidas e materializadas, culminando, enfim, na edição do primeiro código eleitoral do país, em 1932, um marco na história dos sistemas eleitorais brasileiros pelas inovações que introduzia”: “criação da justiça eleitoral, sob competência do poder judiciário, subtraindo das câmaras e, portanto, dos caciques e das negociações partidárias, a administração do processo eleitoral, a adoção do sistema proporcional de representação dos órgãos coletivos de natureza política, o voto secreto em cabine indevassável, o sufrágio feminino, a eleição em dois turnos e o domicílio eleitoral de livre escolha do eleitor”. (Hirano, 1999, p. 114-115)

4.2. Os enlaces de origem: trajetória política

Filho de uma família de oito irmãos, Noel de Oliveira nasceu e vive em Resende, cidade que gosta muito. Sua influência política viera do pai, um colono que depois se tornara um pequeno comerciante na cidade. Tem irmãos formados, mas avalia seu “destino” de lutador ter permanecido na política. Considerando as dificuldades de fazer política e todo esforço para se manter “livre”, relata:

Eu sou o inverso, porque a minha origem é o campo, meu pai era colono. Mas meu pai era colono e depois se tornou um pequeno comerciante. Aos 26 anos ele veio para a cidade e trouxe a família, engraçado, ele era o caçula, sem nunca ter entrado num colégio. **Mas ele começou a adquirir conhecimento, e ele tornou-se getulista, a favor da Revolução de 30. Então, são origens totalmente opostas. Eu faço política, não é que eu goste de política demais, porque meu pai gostava muito.** Meu pai queria que algum dia eu fosse alguma coisa, queria que eu fosse militar, eu não quis, queria que eu fosse advogado, eu não quis, então vai fazer política.

Noel de Oliveira representava o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB em Resende. E o quadro político atual de Resende remete a outros momentos históricos, em que o PTB era considerado um “partido reconhecidamente muito forte e com muitas qualidades”. No município, as disputas eram entre PSD-UDN contra o PTB que continuava defendendo o nacionalismo econômico mesmo após a morte de Getúlio Vargas. Vargas cultivou com o PSD apoio a Miguel Couto para governador do estado do Rio de Janeiro, e naquele período fez valer sua força como fundador do partido, buscando apoios regionais, inclusive em Resende, onde o PTB dizia não fazer acordos com o PSD.

Eu lembro quando Miguel Couto foi candidato a governador do estado pelo PSD, Miguel Couto era médico do Getúlio, então era um presentinho, porque estava eleito. E o PTB de Resende ficou contra a candidatura de Miguel Couto, nós não concordávamos de jeito nenhum. O Getúlio nos recebeu no Palácio para pedir que nós

votássemos no Miguel Couto. Então, o PTB aqui era muito estruturado, e nós obedecemos ao Getúlio, a verdade foi essa, saiu de lá todo mundo e ficou com Miguel Couto, todo mundo. (Noel de Oliveira, 2007)

Ao olhar para a administração municipal de Resende, percebe-se que o PTB ganhou eleições importantes com o grupo da família Rodrigues, estruturado por Geraldo da Cunha Rodrigues que foi prefeito de 1947 a 1950, depois de 1955 a 1958. Augusto de Carvalho que era do PR – Partido Republicano foi candidato a prefeito nas eleições de 1946 e ficou como último colocado, quando foi eleito Geraldo Rodrigues pelo PTB (1947 a 1950). Na eleição seguinte, Augusto de Carvalho passou para o PTB, e foi eleito vice-prefeito de Geraldo da Cunha Rodrigues (1955 a 1958) em seu segundo mandato. Nesse período, Augusto de Carvalho o substituiu várias vezes na administração municipal, e contou com o apoio de Noel de Oliveira “aí ele já teve meu voto, foi eleito vice-prefeito. Nesse tempo, votava prefeito e vice-prefeito, voto nos dois, era uma eleição meio complicada” (Noel de Oliveira, 2007). Na eleição posterior, no intervalo entre a administração dos dois irmãos Rodrigues, Augusto de Carvalho elegeu-se prefeito de 1959 a 1962 (PTB). Na eleição seguinte, o irmão de Geraldo da Cunha Rodrigues, Oswaldo da Cunha Rodrigues, foi eleito para prefeito, em 1963, pelo PTB, permanecendo no partido até 1964, depois continuou seu mandato até 1966 pela ARENA.

Noel de Oliveira, então do PTB, foi eleito vereador de 1955 a 1958 e depois novamente de 1959 a 1962. Depois do Golpe de 1964, Noel de Oliveira considera que houve uma “ebulição política muito grande”. Com a extinção dos antigos partidos (UDN, PSD, PTB, PSP, PCB e PRP), passou-se ao regime do bipartidarismo (ARENA e MDB), um período que “tumultuou muito”, levando a uma nova reorganização dos políticos locais. Por essa época,

faziam parte do MDB Noel de Oliveira e Noel de Carvalho, mas um mesmo partido podia lançar dois candidatos à mesma vaga. O desaparecimento do PTB tornou visível o enfraquecimento do grupo que então fazia oposição em Resende. Desde então, de 1964-1966 em diante, Noel de Oliveira perdera quatro eleições, uma das quais disputou em 1976 com Noel de Carvalho que foi eleito para o período de 1977 a 1982, quando os dois faziam parte do MDB.

Para se ter uma idéia de quanto tempo se passou, os dois Noéis faziam parte do extinto MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que compunha com a Arena o cenário político durante o Regime Militar, marcado pelo bipartidarismo. Naquela época, era possível um único partido lançar mais de um candidato à vaga pretendida. Depois disso, eles nunca mais concorreram diretamente em nenhuma eleição. Noel de Oliveira que hoje tem (75 anos) de idade iniciou sua carreira política na época em que Getúlio Vargas ainda era presidente da república, em 1950. Em Resende, ele sempre polarizou o cenário político com os Carvalho, tanto que já concorreu em eleições com Augusto de Carvalho, pai de Noel, ex-prefeito de Resende, nos anos 1958 e 1962. Noel de Oliveira já foi deputado estadual, de 1974 a 1978; prefeito de Resende, de 1983 a 1988, e deputado federal, de 1995 a 1998. (Empresa Jornalística Diário do Vale, 2006)

Noel de Oliveira foi deputado estadual de 1974 a 1978 pelo MDB. Com a abertura política, houve novas definições de posições partidárias e ele passou a fazer parte do PMDB. Ainda vigorando o sistema de sublegenda, conseguiu eleger-se prefeito de Resende no

período de 1983 a 1988, tendo com vice-prefeito João Bosco de Azevedo. Durante esses seis anos, dos quais se orgulha muito pela administração da máquina pública, não há registro de empresas chegando em Resende. Sua administração parece voltada para as questões do município e em benefício das classes populares. Elegera-se deputado federal de 1995 a 1998 pelo PMDB. Em 2004, já filiado ao PDT, disputou a eleição municipal e ficou em segundo lugar com Silvio de Carvalho (PMDB), filho de Noel de Carvalho que o sucedera na política. Em 2006, disputou com Noel de Carvalho (PMDB) a eleição para deputado estadual pelo Rio de Janeiro e ficou também em segundo lugar, Noel de Carvalho foi eleito.

Para Noel de Oliveira, as circunstâncias políticas que o fizeram passar pelo PTB, MDB, PMDB e por último PDT, deve-se à sua postura em manter sua ideologia política e de continuar referenciado pelos valores morais e políticos que sempre acreditou. Muito coerente em sua mentalidade política, postula seu “combate terrível à corrupção, apesar de às vezes estar junto dela”. Para ele, ser político tem essas inconveniências, mas “criou em mim uma coisa, quase como uma ordem minha de continuar lutando; luto pela minha terra, pelo meu povo, mas por mim eu até não luto, por mim eu luto muito pouco; eu dou pouca importância a muita coisa; pessoa como eu, sofre, sofre perseguição, sofre discriminação”. Noel de Oliveira não se sente à vontade com as mudanças de partido, “porque eu vivi a minha vida no MDB, depois PMDB, saí porque não suportava mais. Porque mudar de partido é horrível, coisa pior do mundo que tem”. (Noel de Oliveira, 2007)

Como o mais novo membro do PDT de Resende, e representando o partido em Resende, convidado por um militante local, analisa sua conduta política: “E a minha trajetória, eu sempre postulei o lado, apesar de ser radical na política, mas sou um radical humanista, é um problema sério, eu sempre defendi o lado mais pobre, os pobres, no caso os trabalhadores, quer dizer, minha defesa foi sempre nesse sentido, não foi proteger quem não precisa de proteção”. (Noel de Oliveira, 2007)

4.3. O “contra-senso” da industrialização e visibilidade política

O contexto de chegada das grandes indústrias torna-se o foco das disputas políticas e de legitimidade do trabalho político junto à população. E aqui se percebe uma assimetria entre as condições de fazer política num pequeno município em consonância com as demandas que a nova conjuntura requer e a impropriedade de manter uma visão “nacionalista”. Contudo, Noel de Oliveira entende manter-se coerente com sua visão política quando postula:

Eu como nacionalista, pode vir a indústria que quiser pra cá, desde que seja indústria que não seja perigosa pra saúde, mas ajudar quem tem dinheiro eu acho um absurdo. Como que vai ajudar quem tem dinheiro, se nós que estamos precisando de ajuda, como é que vai ajudar? **É um contra-senso.** Eu não vejo razão para uma indústria dessas ganhar nada não; vai fabricar carro, vai, vai montar, pode montar, mas vai pagar imposto, vai pagar tudo direitinho, porque razão você vai ter benefício, que benefício faz? Não faz benefício, no fundo, no fundo, não tem benefício, o prejuízo é muito grande pro trabalhador, porque esse sistema que é o capitalismo selvagem, eles (as empresas/multinacionais) influenciam de tal forma que as leis do país começam a mudar para se adequar a eles, ao invés de eles se adequarem à lei do país, a lei que tem que se adequar a eles, isso é um absurdo. A CLT está mutilada, o trabalhador está sem direito praticamente, porque a lei teve que atender a eles, não eles atenderem

a lei; não cabe na cabeça de ninguém, só cabe na cabeça nossa de brasileiro, coitado, mas que é um erro é; isso é um erro.

Atribui pouca importância à divulgação de seu trabalho político no município, aqui entendido como as realizações infraestruturais, o funcionamento administrativo, a manutenção dos serviços de saúde, educação, transporte e lazer. Acredita que essa é uma obrigação de um administrador público, e um “privilegio” estar numa posição que permita empreender esses serviços: “Eu cumpro com meu dever, e muito bem cumprido, não adianta o sujeito falar”.

Eu sou uma pessoa que... se eu quisesse, eu estava arquivilionário; fui o único prefeito em duzentas e cinquenta prefeituras que quando saiu deixou dinheiro em caixa, fui eu, o único, e fiz. Esse calçamento desse bairro aqui (Bairro Manejo-Liberdade), fui eu quem fez tudo, 150 km só de esgoto nesta cidade, canalizei córregos, dei uma saúde de primeiríssima para o povo, educação de primeira, tudo isso. E não dei pensando em ter retorno, dei como minha obrigação. Eu nunca fiz propaganda de muita coisa. Eu nunca penso assim, sou um candidato, o que eu fiz aqui, vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito, ninguém foi ainda nessa terra, ninguém; o único que foi tudo isso aqui, fui eu, contudo não tenho dinheiro.

Um dos casos relatados por ele condiz com sua coerência no entendimento da administração pública, como no caso DECRAN, “declaração da movimentação financeira que ajuda o município, vai tudo para o bolo e vai ser rateado de acordo com a movimentação

financeira de cada município”. Orgulha-se de sua postura como representante do poder público, “[mas] eu sempre procurei enobrecer o poder público. Somos todos iguais. A coisa que eu mais respeito na pessoa é o direito de errar, mas não podemos persistir no erro”. “Eu quando cheguei na Prefeitura, nós éramos o 16º na arrecadação do estado, quando eu entreguei era o 6º, eu tinha dinheiro e não aumentei o imposto de ninguém, porque eu fiscalizei o próprio estado, e eu obriguei a todos fazerem a declaração. As multinacionais não faziam aqui, e para o estado era bom, porque o estado ficava com mais dinheiro, e a gente com menos, uma estupidez.”

Por época da administração municipal, Noel de Oliveira experimentou a força que as multinacionais exercem nos locais onde se instalam, e considera um “contra-senso” todas as facilidades fiscais concedidas a elas, uma vez que isso praticamente anula a contribuição que poderiam retornar em termos de impostos e empregos. Um caso revelador foi uma briga na justiça com a Xerox do Brasil para financiar um hospital que possuía várias irregularidades, a qual ele ganhou em todas as instâncias: “Aqui a Xerox era amiga deles, tudo, eu briguei com a Xerox, sou meio louco mesmo, briguei com a Xerox do Brasil. Foi uma briga homérica que nós tivemos”. O caso chegava ao “absurdo” da Câmara de Vereadores ter votado e aprovado uma Lei, na qual a empresa “podia fiscalizar nossos livros, a firma podia fiscalizar a prefeitura, e não a prefeitura fiscalizar a firma. Quando cheguei no município (1983 a 1988, após o mandato de Noel de Carvalho), falei que isso vai acabar, de forma nenhuma, que história é essa? Começamos uma encrenca sem par e eu fiquei sozinho brigando contra eles. Anulei tudo, a licitação, anulei tudo e pararam. O Hospital de Emergência não custou nada para o município”. Noel de Oliveira delegou um funcionário, fiscal do município, para acompanhar as multinacionais e a fazerem as declarações, a Xerox não queria deixar entrar, porque já existia a briga com a empresa, então ameaçaram a entrar com a polícia e conseguiram entrar na empresa.

4.4. As condições de ser evidenciado na política

Seu pensamento esclarece sobre as características do que se pode associar a um “político”, alguém que “sabe” atuar no meio e adquirir prestígio, ser reconhecido. Em relação aos seus adversários, reconhece na astúcia das relações políticas o lugar de poder que ocupam.

Eles são muito hábeis, justiça seja feita, fazem tudo por conveniência, não tem nada ali por aptidão, por determinação, tudo é feito porque pode acontecer aqui, vamos fazer isso, é sempre assim. Eles não, Noel (de Carvalho) é mais político; ele é malandro, eu não. Minha política é clara, objetiva e acabou, eu não vou estar negociando nada, eu não negocio. Mas eles não, eles têm muito poder político, e usam o poder político, eu nunca usei o poder político para nada. Eu sou livre, eu não posso ter a mão atada que eu fico doente. Então, eles têm mais poder político, muito mais, ninguém se iluda, e ganham eleição com o voto do trabalhador. É, por isso, que eu falo que têm muita sorte, gente de sorte!

A passagem de seus opositores por vários partidos e a permanência no poder são simplificadas num pensamento intrigante: “atribuo a isso, que ele é um estado gasoso, se adaptam a qualquer recipiente”. Mas, claramente, essa força política está associada ao fato da família Carvalho e seus aliados políticos estarem permanentemente ligados ao governo do estado do Rio de Janeiro, possuindo assim o apoio propício para a continuidade de seu trabalho político. Essa relação é considerada importante por Noel de Oliveira, mas também responsável por vários inconvenientes, uma vez que diminui sua força de oposição e a

possibilidade de uma disputa honesta na política municipal. Mas, obviamente, essa força toma uma conotação positiva quando se trata dos aliados políticos daqueles que têm relação com o governo do estado.

“Se ele puder pôr o nome dele numa pedra, ele põe”. Seu sucessor na prefeitura de Resende foi Noel de Carvalho (1989 a 1992), que refere-se ao mesmo Hospital de Emergência como uma atribuição de sua administração em parceria com a Xerox do Brasil²⁸. Suas administrações ganham visibilidade principalmente na mídia local, devido sua influência. Para Noel de Oliveira, “eles usam, então eles precisam de poder político pra tudo; e são capazes, politicamente muito capazes, usam bem a força que têm, e às vezes até a que não têm, mas usam, e usam bem, ninguém se iluda porque é difícil”. Nessas circunstâncias, a imagem de Noel de Oliveira fica praticamente anulada e ele busca permanecer coerente diante de seus valores e ideais políticos, o que explica não se encontrar referências sobre suas administrações comparativamente à visibilidade do outro grupo.

Questionado sobre sua imagem e aceitação junto à população de Resende, declara mais uma vez, com muito orgulho, nunca haver se metido em sujeira e não dever nada a ninguém. Considera seu trabalho reconhecido na educação, na saúde, sua índole de honestidade, e sua identificação com as pessoas simples da cidade, por seu jeito simples de ser. Seu estilo de fazer política é a atuação do “boca-a-boca”, por conhecer pessoalmente seus concidadãos e eleitores, e suas necessidades.

Contudo, tratando-se de sua postura política, devemos evidenciar que essa atitude gera discriminação, uma vez que toda sociedade apresenta necessidade de se diferenciar como forma de legitimação das posições de pertencimento. Assim, sua identificação com as pessoas

²⁸ Outro caso segundo Noel de Oliveira, a construção do Hospital de Emergência, fazia parte da campanha para “fechar a Santa Casa para aparecer o Hospital; é um negócio interessante, porque fechava a Santa Casa, aparecia o Hospital, porque era o único que estava atendendo”. Noel de Oliveira deu assessoria por época da emancipação de Itatiaia, e a Xerox posteriormente acabou ficando no município de Itatiaia, construindo um hospital e uma escola com recursos financeiro da empresa.

simples acarreta, por outro lado, uma estigmatização pela elite local, que o considera “minhoca da terra”, exatamente por sua postura de homem simples. “Eu sou discriminado, isso eu sei que sou; a riqueza dessa cidade não gosta de mim, ela não gosta, eu já fui tudo isso, mas não gosta de mim não. Então, por quê? Eu defendo justamente o oposto disso, pelas minhas origens; são origens diferentes”.

O *ser evidenciado* na política traz pressupostos inconciliáveis com a identificação com os “homens comuns”. Pode parecer contraditório que para representar os homens comuns, sejam legitimados exatamente aqueles cujos comportamentos os diferenciam deles. Ocorre que em política, aparecer, ostentar, mostrar-se um não-igual ao “homem comum” seja exatamente a *aura* que converte homens comuns em legítimos representantes dos interesses do povo; há a necessidade do distanciamento em relação ao “homem comum” como legitimidade para representá-lo. Essa distinção está relacionada ao poder e sua continuidade, à possibilidade de acesso aos lugares e posições de privilégios e aos contatos com aqueles que possuem suposta e evidentemente o poder de atender aos interesses do povo. Avalia-se nessa atribuição o quanto representantes dos interesses aos quais os “homens comuns” não têm acesso estejam envolvidos na rede de relações políticas e sociais condizentes com sua posição de poder e status, constituindo esta o lugar privilegiado dos representantes políticos na estrutura da divisão de poderes.

4.5. Condicionamentos da oposição

Eu e Brizola somos as pessoas mais traídas desse país. Brizola foi traído aqui mesmo, por esse grupo. Esse grupo de origem oligárquica. Porque eu não era brizolista, eu nunca fui brizolista, eu fui Janguista.

(Noel Oliveira, 2007)

Ciente das dificuldades em fazer campanhas eleitorais devido aos escassos recursos que obtém, Noel de Oliveira faz uma análise de como permanecer na disputa política local: “não sou mais candidato a prefeito, não tem recurso, não adianta, eu vou ficar devendo, e eu não posso ficar devendo. Então, eu falei para o partido: olha, eu vou ser candidato a vereador; então serei candidato a vereador, se tudo correr bem, consigo eleger mais uns quatro comigo”. Referindo-se ao apoio de um dos mencionados parceiros empresariais mais eficientes nas disputas políticas locais, deixa transparecer mais uma vez a falta de apoio das elites: “aqui de Resende, eu disputo eleição, não recebo ajuda de ninguém em dinheiro. Há pouca ajuda, eu vou lá ao Rio, tem alguns amigos que ajudam um pouco, porque até nem são ligados aqui, às vezes nem conhecem aqui, são os que me ajudam. Daqui eu não ganho uma garrafa de coca-cola vazia”.

Ao postular, “**a oposição aqui sou eu**” fica evidenciado o fato de que continua em busca dos ideais de democracia nos quais acredita, mas, sobretudo, esclarece o quanto diminuiu no município sua força política, agora como membro do PDT, em relação ao período anterior que relatara. O município agora estimulado pela chegada das grandes indústrias e diante de novas demandas, principalmente em relação à criação de novos postos de trabalho que essas indústrias prometem, gera um quadro que pressupõe a necessidade de todo tipo de visibilidade possível ao município, como recurso para a manutenção dos investimentos e para a atração de novos projetos. Essa tem sido a bandeira levantada pela Região Sul Fluminense desde a chegada da Volkswagen, em Resende, e depois da Peugeot-Citröen em Porto Real.

A análise desses discursos põe em evidência as forças que se estruturam na política. As condições de escassos recursos financeiros, a simplicidade de enfiamento, a anulação na mídia local, seu modo de viver a política e a legitimidade junto ao “homem

simples”, como também a falta de apoio das elites locais (políticas e empresariais), simplicidade que tornara quase invisível a atuação de Noel de Oliveira diante de seus opositores. Mudar estruturas de poder, e aparecer como oposição diante da hegemonia de seus opositores, parece mesmo uma situação difícil como revela repetidamente em seu discurso. Afinal, como se pode estruturar uma oposição à hegemonia de uma família que se mantém praticamente intacta na sucessão de seus membros no comando da representação política local? Oposição e hegemonia aqui estão correlacionadas, mas postas em sentidos distintos, uma vez que fazer oposição diante de uma estrutura de poder político não parece significar em absoluto fazer força à hegemonia dos grupos que têm se perpetuado nas posições de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso do desenvolvimento no Sul Fluminense, a partir da conquista de projetos multinacionais, as fábricas automobilísticas Volkswagen de caminhões e ônibus de Resende e a PSA Peugeot-Citröen, em Porto Real, põe em evidência o papel que as relações políticas adquirem quando se estabelecem nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

O trabalho político dos profissionais, direcionado ao objetivo de criar as condições infraestruturais que são de competência da esfera pública, encontra-se em constante disputa, uma vez que é através desse trabalho que se tornam os representantes legítimos das conquistas dos projetos e das empresas multinacionais que necessitam de todo aparato atrativo para sua instalação.

É no âmbito das relações políticas que se estabelecem as vias de possibilidades de tais projetos e de projeção dos representantes políticos. Elas articulam os aliados da rede política em busca do apoio e da efetivação de tais projetos, que poderão ser ou não aprovados nos âmbitos do município, estado e governo federal, dependendo da eficácia das relações. Os aliados políticos posicionados em várias esferas da divisão político-administrativa do Estado (federal, estadual e municipal) constituem a rede de relações capaz potencial e efetivamente de direcionar os projetos de desenvolvimento em benefício das regiões, nas quais as relações políticas possuem maior êxito. Nesse sentido, as relações políticas são responsáveis por pontuar o desenvolvimento do país, direcionando-os para onde deverão ser investidos e quais projetos competem.

Uma vez demonstrado o êxito das relações políticas, seus representantes ganham legitimidade em seus locais de representação e criam em seu benefício a adesão daqueles que representam. Essa reciprocidade própria à continuidade e permanência dos profissionais no campo político configura o poder político em função do acesso aos instrumentais e posições

de privilégio que subtrai os profanos do jogo político. Assim, nos parâmetros da democracia moderna, uma vez que os profissionais representam a vontade da maioria, suas ações são legitimadas enquanto tal, embora estejam referidas ao pertencimento a grupos de interesses.

A noção de rede política pressupõe que, dependendo dos interesses em jogo, as relações podem se deslocar para pontos diferentes da rede e, assim, se configurarem as diversas posições e divisões pela mudança contínua da forma como os políticos se aliam em função dos interesses. Com isso, torna-se difícil identificar no meio político valores e ideologias que os representem categoricamente. Aqueles que não se mobilizam na rede de relações correm o risco de ficar fora do acesso aos meios e instrumentos que permitam a continuidade ou permanência no campo. Nesse sentido, as práticas políticas tornam-se regularidades na orientação dos comportamentos dos indivíduos que passam a se orientar de acordo com a lógica do jogo político e a reproduzi-la.

A análise das trajetórias dos indivíduos envolvidos nesse processo esclarece, por um lado, que trajetórias individuais podem explicitar o funcionamento das regularidades que passam a orientar suas ações e que constituem as regras. Por outro lado, as simetrias e assimetrias que articulam as diversas trajetórias dos indivíduos dão o significado que estas assumem por estarem umas relacionadas às outras.

Como podemos, então, analisar como se configura o poder local nesse conjunto de interesses que se colocam? Aparece muito o peso das decisões tomadas nos âmbitos nacional e estadual. No entanto, o poder local é decisivo, uma vez que parte da rede é responsável por gerir na base as condições de apoio político. De forma que o poder local desempenha um duplo trabalho: enquanto garante o apoio aos representantes políticos nos níveis nacional e estadual, também legitima localmente aqueles que participam da rede.

A noção de rede política reflete o potencial das relações que se estabelecem em todas as esferas político-administrativas, somando-se às relações pessoais, que se tornam um

recurso facilitador. Assim o poder local, como força política, não significa ser um poder menor, embora composto por um grupo seletivo daqueles que se tornam representantes do desenvolvimento. Nessa perspectiva, o poder político caracteriza-se por estar nas várias esferas através dos representantes que fazem parte de rede de relações políticas, reforçando sua condição de poder. Ao pensar nessas duas famílias, a dos políticos e a dos empresários, não se está dizendo que não existam outros interesses de grupos que possam entrar em conflito com aqueles, mas pensar como se tornam de forma hegemônica os representantes legítimos do desenvolvimento nos campos político e empresarial.

O poder político atrelado ao domínio de terras, com o passar dos tempos, vai tomando novas conotações e se atualizando em termos do fundamento sobre o qual se sustenta. No período de abertura do mercado brasileiro, após a “década perdida de 80”, firmada nos anos 90 pelos governos Collor e FHC passa a ser referenciado pela estabilidade econômica e pela democracia política em benefício do desenvolvimento do país, a conquista dos investimentos multinacionais em regiões brasileiras. Por isso, há de se entender que a lógica de desenvolvimento do país não mudou muito em termos das relações políticas em benefício de determinadas regiões - canalização de recursos, investimentos infraestruturais, vantagens fiscais conferem a manutenção de elites no poder e está diretamente associada à conquista desses investimentos.

Nesse contexto, ao firmar uma posição condizente com valores nacionalistas e em conflito com a lógica da conquista de empresas multinacionais para o município de Resende, a oposição encontra-se enfraquecida nas bases que sustentam seu trabalho político. Mostra uma postura administrativa voltada para questões internas ao funcionamento político-administrativo (saúde, educação, cultura), mas encontra impedimento no reconhecimento e na visibilidade política pela conjuntura em que os grupos hegemônicos fazem referência à inclusão da região no mapa de desenvolvimento do país. Assim, ao invés da industrialização

local ser um contra-senso, a postura da oposição é que se torna inapropriada dentro dos novos parâmetros de desenvolvimento local.

Sendo o trabalho político um grande palco onde se exibem as relações e as diferenças condicionadas ao poder político, os grupos que se tornaram hegemônicos possuem larga experiência, que os mantêm nesse lugar consagrado de representantes do desenvolvimento e do progresso, valores muito conhecidos pela população e que motivam suas preferências. O Sul Fluminense é um lugar por excelência para difundir esses valores, por toda a história rememorada dos períodos áureos, do café, e posteriormente pela conquista das grandes indústrias que deram visibilidade para a região no mapa de desenvolvimento do país com a conquista das indústrias automobilísticas. Assim, as transformações que ocorrem na política buscam estar em sintonia com as demandas dos profanos e invocam novos olhares e posturas dos representantes políticos, que devem corresponder às expectativas daqueles que representam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A., BEYNON, H., RAMALHO, J.R. 'The dream factory': VW's modular production system in Resende, Brazil. *Work Employment and Society*. Cambridge/University Press, v.14.n.2, june 2000.
- ABREU, Alice R. de Paiva, RAMALHO, José Ricardo. *A indústria automobilística brasileira e a implantação de novos pólos de desenvolvimento regional - o caso do Rio de Janeiro*. III Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, Buenos Aires, 2000 (texto mimeo).
- ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro (Orgs). O Consórcio Modular da VW: um novo modelo de produção? In: *De JK a FHC. a reinvenção dos carros*. Scritta: São Paulo, 1997.
- ARBIX, Glauco. *Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automobilístico brasileiro*. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 43, n.1, 2000 p. 5-43.
- _____. Trabalho: dois modelos de flexibilização. In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, ano 96, n. 37, pp.171-190.
- ARRUDA, José J. de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1997, p. 252-254.
- BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BEZERRA, Marcos Otavio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- BOLTANSKI, Luc, CHIAPELLO, Ève. L'évolutive de la problematique du management (p. 101-153) La formation de la cité par projets (p. 154-238). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris, Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique social du jugement*. HUP, Cambridge, 1979.
- _____. O mito da "mundialização" e o Estado Social Europeu. In: *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Décrire et precire. Note sur les condiciones de possibilité e les limites de l'efficacité politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 1981. n.38, pp.69-74.
- _____. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Librairie Droz, Genève/Paris, 1972.
- _____. *Razões Práticas - sobre a teoria da ação*. Papirus, Campinas, 1994.

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRESCIANI, Luís Paulo. *O contrato da mudança: a inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões*. Tese Doutorado, 2001 (texto mimeo).
- BURAWOY, Michael. *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.13, ano 5, p.29-50.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Vozes, Petrópolis, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATALANO, Ana Maria. *The crisis of Trade union Representation: news forms of social integration and autonomy-constuction. Labour Worldwide in the era of globalization*. Londres, Macmillan.
- CARDOSO, Adalberto M. *Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística*. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n.4, 1998, pp. 701-750.
- COMERFORD, John Cunha. *“Como uma família”: Sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais*. PPGAS/MN/UFRJ, 2001. (Tese Doutorado/ texto mimeo).
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Paz e Terra: São Paulo, 1999.
- CASTRO, Nadya Araújo de (Org.). *Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro*. In: *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHESSNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORIAT, *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan-UFRJ, 1994.
- DOMBOIS, Heiner e PRIES, Ludger. *Un huracán devastador ó un choque catalizador? Globalización y relaciones industriales en Brasil, Colombia e Mexico*. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Año 4, n.8, pp.59-87.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1986.
- _____, MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In: *Durkheim: Sociologia*, (Org) José Albertino Rodrigues, (Coord) Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1981.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/Ed. UNB, 1980.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 2v.
- FORTES, M. EVANS-PRITCHARD. Introductions. In: Fortes, Evans-Pritchard (eds.) *African Political Systems*. Op. cit. pp. 1-23.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- GEERTZ, C. Negara. *O Estado Teatro do Século XX*. Lisboa, Difel, 1980.
- _____. *A interpretação das culturas*. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- GEREFFI, Gary. *Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte*. Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho. Ano 3, n. 3, 1997, p. 101-127.
- GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. UNESP, S.Paulo, 1991.
- _____. *A constituição da sociedade*. Martins. S. Paulo, 1989.
- _____. *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- _____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Record, Rio de Janeiro, 1999.
- GIDDENS, A; BECK, U. *Modernização reflexiva, política, tradição e estética na ordem social moderna*. UNESP, São Paulo, 1995.
- GITAHY, Leda, BRESCIANI, Luís Paulo. *Reestruturação produtiva e trabalho na indústria automobilística brasileira*. DPCT/IG/UNICAMP, 1998 (texto mimeo).
- GUIMARÃES, A. S., AGIER, M., CASTRO, N. C. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Política, Família, Comunidade. In: *Antropologia, Voto e Representação Política*. (Orgs. PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio). Rio de Janeiro: Contracapa, 1996, pp. 57-72.
- LIMA, Raphael J. da Costa. *Açúcar, Coca-cola e Automóveis: ação político-empresarial na construção de um "município modelo" em Porto Real (RJ)*. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2005. (Dissertação Mestrado/ texto mimeo).
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril, 1976.
- MANN, Michael. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- MARQUES, Ana Cláudia D. Rocha. *Intrigas e Questões. Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco*. Cap. Questões de Sangue (o inimigo parente). pp. 134-193 PPGAS/MN/UFRJ, 2001. (Tese Doutorado/ texto mimeo)
- MARX, Karl. A mercadoria. In: *O capital: crítica da economia política*. 1. 1, v.1, 10 ed. São Paulo: Difel, 1985, p.712-827.
- _____. A mercadoria. In: *O capital: crítica da economia política*. 1. 1, v.2, 10 ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 828-882.
- MINGIONE, Enzo. *Sociedades fragmentadas: una sociologia de la vida economica mas allá del paradigma del mercado*. Madrid, 1993.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. Brasiliense: São Paulo, 1989.
- _____. *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1991.
- OFFE, C. , Gero Lenhart. Problemas estruturais do Estado capitalista. In: *Teoria do Estado e política social*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.
- ORTIZ, Renato (Org.) Pierre Bourdieu - *Sociologia*. Ática, São Paulo, 1983.
- PALMEIRA, Moacir, HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Política ambígua. In: *O mal à brasileira*. (Orgs. Patrícia Birman, Regina Novaes, Samira Crespo). Rio de Janeiro: edUERJ, 1997.
- PEREIRA, Carla R. Assunção. *Novas formas de organização do processo de trabalho e desgaste mental: "Hoje, a gente trabalha o esforço físico e o esforço psicológico"*. UFMA, 1998. (Monografia Ciências Sociais/ texto mimeo).
- _____. *Estratégias de Terceirização, Usos Singulares: empresas e trabalhadores no Consórcio Modular da Volkswagen de Resende (RJ)*. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2002. (Dissertação Mestrado/ texto mimeo)
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Campus: Rio de Janeiro, 1980.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, pp. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp.200-215.
- ROCHA, Martha Carvalho. *Canto à trajetória de amor dos Carvalho em Resende*. 2004 (Edição Independente).
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- _____. *Ilhas de História*. Zahar, Rio de Janeiro, 1988.

- SALERNO, Mário Sérgio. Flexibilidade e organização produtiva. In: Nadya Araújo de Castro (Org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. *A Construção Social da Região: Desenvolvimento Regional e Mobilização Sociopolítica no Sul Fluminense*. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2006. (Dissertação Mestrado/texto mímeo)
- SAYAD, Abdelmalek. Uma família deslocada. In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 35-51.
- SENETT, Richard. *A corrosão do caráter - conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record: São Paulo, 1999.
- SHAPIRO, Helen. A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (Orgs.) *De JK a FHC, a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.
- SHIRLEY, Robert W. *O Fim de uma Tradição. Cultura e Desenvolvimento no Município de Cunha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- THOMPSON, E. P. Introdução. In: *Costumbres en Común*. Barcelona: Crítica, 1988.
- VIGEVANI, Tullo, VEIGA, João Paulo C. A integração regional do Mercosul. In: Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (Orgs.): *De JK a FHC, a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.
- WATERBURY. Na attempt to put patrons and clients in their place. In: Gellner, E. (ed.). *Patrons and clients in mediterranean societies*. London, 1977. pp.329-342.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- _____. *Economy and Society*. University of California Press, 1978, vol I: The Types of legitimate domination, pp. 212-254; vol. 2: *Charisma and its transformation*, pp. 1111-1157.
- _____. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1991. 1v.
- WHATELY, Maria C., GODOY Maria C. F. M. *Crônica dos Duzentos Anos: Resende 1801 – 2001*. Academia Resendense de História: Resende, 2001.

WOLF, E.R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. *In: Cadernos de Antropologia*. Editora Universidade de Brasília, 1974, pp. 1-26.

WOORTMAN, Ellen F. O sítio: descendência e lugar. *In: Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995, pp. 241- 256.

OUTRAS REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso*. Seminário O Novo Modelo de Desenvolvimento das Agulhas Negras – 04 de setembro de 2004.

CAMPANÁRIO. *Compêndio* - (xerox material imprensa/revistas e jornais), 1995- 1999.

PESQUISA “*O global e o local: os impactos sociais da implantação do pólo automotivo do Sul Fluminense*”. Acervo de entrevistas e Relatórios.

Jornais:

Diário do Vale (Disponível em: www.diarioon.com.br);

Folha de São Paulo (Disponível em: www.folha.com.br);

Gazeta Mercantil (Disponível em: www.gazetamercantil.com.br);

O Globo (impresso e disponível em: <http://oglobo.globo.com>);

O Lojista (impresso);

O Resendense (impresso);

A Voz da Cidade (Disponível em: www.avozdacidade.com);

Valor Econômico (Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>);

Folha de São Paulo. (Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 2001/2002);

Gazeta Mercantil.. (Disponível em: <http://www.gazetamercantil.com.br>. Acesso em: 2001/2002);

Jornal do Brasil. (Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br>. Acesso em: 2001/2002); e

O Globo. (Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 2001/2002).

Pesquisa “*O global e o local: os impactos sociais da implantação do pólo automotivo do Sul Fluminense*”. Acervo e Relatórios.

REFERÊNCIAS NA INTERNET

ANFAVEA (2005), *Anuário Estatístico 2005*.

Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)

Disponível em: www.ceivap.org.br;

Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN)

Disponível em: www.codin.rj.gov.br;

Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro

Disponível em: www.cide.rj.gov.br;

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Disponível em: www.governo.rj.gov.br;

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ

Disponível em: www.alerj.rj.gov.br;

Prefeitura Municipal de Porto Real

Disponível em: www.portoreal.rj.gov.br;

Prefeitura Municipal de Resende

Disponível em: www.resende.rj.gov.br;

Tribunal Regional Eleitoral – Rio de Janeiro

Disponível em: www.tre-rj.gov.br; e

Tribunal Regional Eleitoral – São Paulo

Disponível em: www.tre-sp.gov.br.

ANEXOS

1. Lista de entrevistas

- Abelardo Galvão – Diretor do Sistema de Rádios Porto Real – 22/07/2004 (Por Raphael Lima)
- Claudionor Rosa – Historiador – 30/06/2004 (Por Raphael Lima)
- Elizabeth Tarquínio Monteiro da Costa- Vice-presidente do Grupo Renato Monteiro 13/08/2004 (Por Raphael Lima)
- Geraldo Osório – Empresário – 01/09/2004 (Por Raphael Lima)
- Henrique Nora – Presidente da Sub-sede da FIRJAN no Sul Fluminense – 22/11/2000 (Por José Ricardo Ramalho)
- Henrique Nora – Presidente da Sub-sede da FIRJAN no Sul Fluminense – 22/11/2002 (Por José Ricardo Ramalho)
- Jorge Serfiotis - Prefeito eleito de Porto Real – 05/07/2004 e 15/10/2004 (Por Raphael Lima)
- José Marco Pineschi - Secretário Municipal de Meio Ambiente- 22/07/2004 (Por Raphael Lima)
- Lauro Pederassi – Morador - Setembro de 2002 (Por José Ricardo Ramalho)
- Luís Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa- Empresário- 04/05/1999 (Por José Ricardo Ramalho)
- Luís Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa- Empresário 21/07/2004 (Por Raphael Lima)
- Marcello Nunes de Alencar – Ex-governador do estado do Rio de Janeiro- 02/08/2004 (Por José Ricardo Ramalho)
- Márcio Fortes – Ex-deputado federal - 07/05/1999 (Por José Ricardo Ramalho)
- Noel de Carvalho – Deputado estadual – 17/02/2004 (Por Raphael Lima)
- Noel de Carvalho – Deputado estadual – 25/07/2006 (Por Carla Pereira)
- Noel de Oliveira – Ex- prefeito de Resende – 13/04/2007 (Por Carla Pereira)
- Norival da Silveira Diniz – Ex-candidato a prefeito – 13/07/2004 (Por Raphael Lima)
- Rogério Coitinho – Secretário de Administração da Prefeitura de Resende – 25/11/2002 – (Por Raphael Lima)
- Sérgio Bernardelli- Ex-prefeito de Porto Real- 30/07/2003 (Por José Ricardo Ramalho)
- Sérgio Bernardelli- Ex-prefeito de Porto Real- 13/07/2004 (Por Raphael Lima)

2. Tabelas de eleições

Tabela eleições 1994 – 1998

Eleições 1994 Paraná-PR			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	60,33
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	22,75
Governador	Jaime Lerner	PDT	54,85
Senador	Roberto Requião de M. e Silva	PMDB	2.301.209

Eleições 1998 Paraná-PR			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	59,25
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	27,78
Governador	Jaime Lerner	PFL	52,21
Senador	Álvaro Fernandes Dias	PSDB	65,13
Deputado Federal		PSDB	5
		PMDB	4
		PFL	6
		PT	3
		PDT	1
Prefeito 1996 - 2000 São José dos Pinhais-PR	Luiz Carlos Setim Reeleito	PFL	38,718
		PFL	53,410
Obs	São José dos Pinhais 03 fábricas: 1999 – Renault 1999 – Volkswagen-Audi 2002 – Nissan		

Eleições 1994 Rio Grande do Sul – RS			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	33,48
	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	29,57
Governador	Antônio Britto Filho	PMDB	52,21
	Olívio de Oliveira Dutra	PT	47,79
Senador	José Alberto Fogaca de Medeiros	PMDB	1.627.482

Eleições 1998 Rio Grande do Sul – RS			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	33,48
	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	29,57
Governador	Olívio de Oliveira Dutra	PT	50,78
	Antônio Britto Filho	PMDB	49,22
Senador	Pedro Jorge Simon	PMDB	54,33
Deputado Federal		PSDB	2
		PMDB	7
		PFL	1
		PT	8
		PDT	4
		PSB	1
Prefeito Caxias do Sul 1996 Gravataí 1996-2000	Gilberto José S. Vargas	PT	48,688
	Daniel L. Bordignon (Reeleito)	PT	40,835/62,015
Obs	Caxias do Sul 1998 – International Gavataí 2000 – General Motors		

Eleições 1994 Goiás-GO			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	67,48
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	18,60
Governador	Luiz Alberto Maguito Vilela	PMDB	56,42
Senador	Iris Rezende Machado	PMDB	1.133.985

Eleições 1998 Goiás-GO			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	65,96
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	19,62
Governador	Marconi Ferreira Perillo Júnior	PSDB	53,28
	Iris Rezende Machado	PMDB	46,72
Senador	Luiz Alberto Maguito Vilela	PMDB	68,53
Deputado federal		PSDB	2
		PMDB	8
		PFL	2
		PT	1
Prefeito Catalão 1996	Eurípedes Pereira Ferreira	PTB	52,094
Obs	Catalão 02 fábricas: 1998 – Mitsubishi 1999 – Jonh Deere		

Eleições 1994			
Bahia-BA			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	52,40
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	35,20
Governador	Paulo Ganem Souto	PFL	58,64
	João Durval Carneiro	PMN	41,36
Senador	Antonio Carlos Peixoto de Magalhães	PFL	1.926.557
Eleições 1998			
Bahia-BA			
Cargo	Candidato	Partido	Votação %
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	50,92
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	35,34
Governador	César Augusto Rabello Borges	PFL	69,91
Senador	Paulo Ganem Souto	PFL	73,24
Deputado Federal		PSDB	6
		PMDB	3
		PFL	20
		PT	5
		PDT	1
Prefeito Camaçari 1996 2000	José Eudoro Reis Tude Reeleito	PTB	61,646
		PFL	69,016
Obs	Camaçari 01 fábrica 2001 – Ford		

Tabela eleições Região Sudeste (1994 – 1998)

Eleições 1994 - Região Sudeste				
Espírito Santo				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	60,04%	
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	27,86%	
Governador	Vitor Buaiz	PT	55,49%	
Senador	Gerson Camata	PMDB	521,124	
	José Inácio Ferreira	PSDB	458,976	
Deputado Federal		PSDB		2
		PT		1
Deputado Estadual		PSDB		4
		PT		3

Eleições 1998 - Região Sudeste				
Espírito Santo				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	64,75%	
	José Inácio Lula da Silva	PT	20,96%	
Governador	José Ignacio Ferreira	PSDB	61,29%	
Senador	Paulo Cesar H. Gomes	PSDB	68,04%	
Deputado Federal		PSDB		3
		PT		1
Deputado Estadual		PSDB		4
		PT		1

Eleições 1994 - Região Sudeste				
Minas Gerais				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	64,82%	
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	21,90%	
Governador	Eduardo Brandão de Azeredo	PSDB	58,65%	
Senador	Francelino Pereira dos Santos	PFL	1764546	
	Arlindo Porto Neto	PTB	1419993	
Deputado Federal		PSDB		8
		PT		6
Deputado Estadual	Aécio Neves da Cunha	PSDB		3
		PT		0

Eleições 1998 - Região Sudeste				
Minas Gerais				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	55,68%	
	José Inácio Lula da Silva	PT	28,06%	
Governador	Itamar Augusto C. Franco	PMDB	57,62%	
Senador	José Alencar Gomes da Silva	PMDB	48,19%	
Deputado Federal	Aécio Neves da Cunha	PSDB		14
		PT		7
Deputado Estadual		PSDB		15
		PT		5

Eleições 1994 - Região Sudeste				
Rio de Janeiro				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	47,18%	
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	25,69%	
Governador	Marcello Nunes de Alencar	PSDB	56,08%	
Senador	Benedita Souza da Silva	PT	2.249,861	
	Paulo Arthur da Tavola	PSDB	1.816,30	
Deputado Federal	Ronaldo Cezar Coelho Noel de Oliveira	PSDB		
		PMDB		
		PT		3
Deputado Estadual	Sérgio de Oliveirta Cabral Santos Filho	PSDB		14
	Eduardo Meohas	PSB		
		PT		5

Eleições 1998 - Região Sudeste					
Rio de Janeiro					
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos	
Presidente	José Inácio Lula da Silva	PT	42,32%		
	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	42,28%		
Governador	Antony Willian <u>Garotinho</u> Matheus	PDT	57,98%		
Senador	Roberto Saturnino Braga	PSB	38,10%		
Deputado Federal	Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	1,85%		11
		PT			4
Deputado Estadual	Sérgio de Oliveira Cabral S. Filho	PSDB		15	
	Noel de Carvalho Neto	PDT			
		PT		7	

Eleições 1994 - Região Sudeste				
São Paulo				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	55,74%	
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	27,01%	
Governador	Mário Covas Júnior	PSDB	56,12%	
Senador	José Serra	PSDB	6.497,664	
	Romeu Tuma	PL	5.541,26	
Deputado Federal		PSDB		
		PT		14
Deputado Estadual		PSDB		17
		PT		16

Eleições 1998 - Região Sudeste				
São Paulo				
Cargo	Candidatos	Partido	Votação %	Nº Candidatos Eleitos
Presidente	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	59,89%	
	José Inácio Lula da Silva	PT	28,84%	
Governador	Mário Covas Júnior	PSDB	55,37%	
Senador	Eduardo Matarazzo Suplicy	PT	43,13%	
Deputado Federal		PSDB		15
		PT		14
Deputado Estadual		PSDB		21
		PT		14

Tabelas eleições Resende (1992-2004)

Eleições 1992				
Resende-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Augusto Leivas	Eleito	PDT	
	Eduardo Meohas	2º	PSB	
	Noel de Oliveira	3º	PMDB	
Vice-Prefeito	Oscar Sampaio			
OBS	Eduardo Meohas já havia sido vereador e presidente da Câmara pelo PDT			

Eleições 1996				
Resende-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Eduardo Meohas	Eleito	PSB	58,096
	Noel de Carvalho Neto	2º	PDT	34,804
Vice-Prefeito	Nivaldo de Oliveira (Irmão Noel de Carvalho)		PMDB	
Vereador	Silvio Costa de Carvalho		PDT	877 (5º mais votado)

Eleições 2000 Resende-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Eduardo Meohas	Eleito 2º	PSB	47,201
	Silvio Costa de Carvalho		PDT	40,049
Vice-Prefeito				
OBS	Nas duas eleições Eduardo Meohas fez maior bancada na Câmara			

Eleições 2004 Resende-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Silvio Costa de Carvalho	Eleito 2º	PMDB	46,421
	Noel de Oliveira		PDT	33,379
	Augusto Leivas Nordskog		PPS	1,562
		Último lugar		

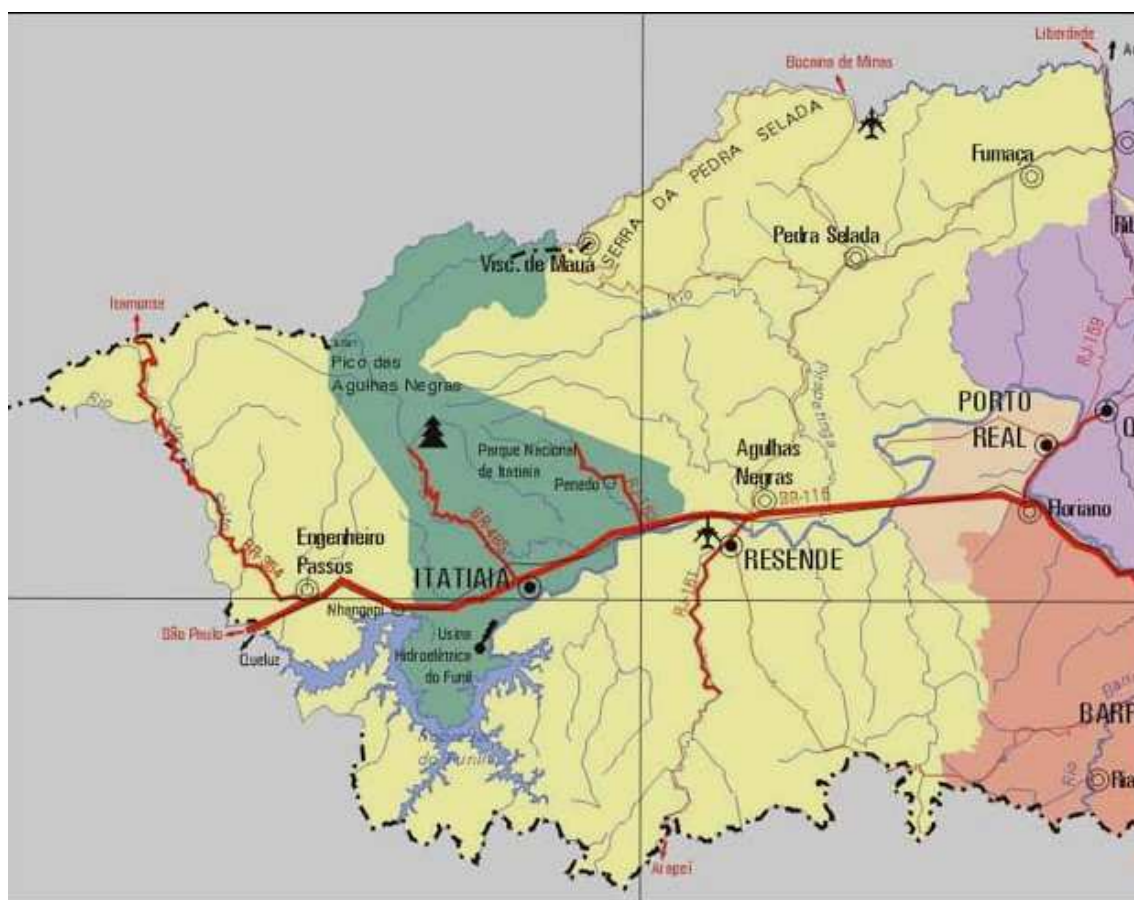
Tabelas eleições Porto Real (1996 – 2004)

Eleições 1996 Porto Real-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Sérgio Bernardelli	Eleito	PSDB	43,579
	Jorge Serfiotis		Não-eleito	PFL
Vice-Prefeito				
Vereador	Norival da Silveira Diniz		PSDB	
	Mauro Ettore		PFL	
OBS	Primeira eleição municipal			

Eleições 2000 Porto Real-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Sérgio Bernardelli	Eleito	PDT (+PSDB)	51,553
	Jorge Serfiotis		Não-eleito	PFL
Vice-Prefeito				
Vereador	Norival da Silveira Diniz		PSDB/PTB/PMDB	6,604 (maisvotado)

Eleições 2004 Porto Real-RJ				
Cargo	Candidato	Situação	Partido	Votação %
Prefeito	Jorge Serfiotis	Eleito	PFL	53,188
	Norival da S. Diniz		Não-eleito	PSDB

3. Mapa Sul Fluminense



Fonte: Site www.cidadedorio.com.br

4. Lei orgânica do Município de Resende

Câmara Municipal de Resende Lei Orgânica do Município Atualizada/97

PREÂMBULO

Nós, Vereadores constituintes do Município de Resende, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo Art. 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, reunidos em assembléia e exercendo nossos mandatos, em perfeito acordo com a vontade política dos cidadãos deste Município quanto à necessidade de ser construída uma ordem jurídica democrática voltada à mais ampla defesa da liberdade e da igualdade de todos, e ainda no intransigente combate à opressão, à discriminação e à exploração do homem pelo homem, dentro dos limites autorizados pelos princípios constitucionais, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RESENDE.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Resende é ente público dotado de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Rio de Janeiro e desta Lei.

Art. 2º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º - A defesa dos interesses municipalistas fica assegurada por meio de associação, convênio ou consórcio com outros municípios ou entidades localistas.

Art. 4º - São símbolos do Município, a Bandeira, o Brasão e o Hino.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º - Compõem o Município de Resende os seguintes Distritos:

I - Centro, 1º Distrito;

II - Agulhas Negras, 2º Distrito;

III - Bulhões, 3º Distrito;

IV - Visconde de Mauá, 4º Distrito;

V - Pedra Selada, 5º Distrito;

VI - Fumaça, 6º Distrito; e

VII - Engenheiro Passos, 7º Distrito.

§ 1º - O território remanescente de Pirangaí passa a integrar o 1º Distrito do Município.

§ 2º - Fica criado o Distrito de Bulhões, passando a se denominar o 3º Distrito do Município.

§ 3º - Fica pertencendo ao 2º Distrito do Município a área urbana do Distrito de Pedra Selada, onde hoje se encontra assentado o Pólo Industrial, bem como os Bairros Fazenda da Barra II e III.

§ 4º - Fica pertencendo ao 3º Distrito, toda extensão territorial à direita da Via Dutra, no sentido São Paulo/Rio, desmembrada do antigo Distrito de Porto Real, cujos limites deverão ser definidos em Lei Municipal.

§ 5º - Todos os distritos deverão ter seus limites definidos em Lei Municipal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente Emenda.

Art. 6º - Qualquer alteração territorial do Município de Resende só poderá ser feita na forma da Lei Complementar Estadual, preservando a continuidade e a unidade históricocultural do ambiente urbano e a vinculação sócio-econômica das unidades diretamente afetadas, dependendo de consulta prévia às populações interessadas, mediante plebiscito.

FONTE: Prefeitura de Resende/site www.resende.rj.gov.br

5. Investimentos industriais por ano (1995 – 2006)

ANO	Região Médio Paraíba	Empresa	Setor	Produto	Investimento EM R\$ 1.000	Empregos
1995	Resende	Volkswagen	Metal - Mecânico	Caminhões	300.000	1.500
1996	Porto Real	Guardian	Minerais Não Metálicos	Vidros	145.000	200
1997	Porto Real	Peugeot-Citroën	Metal-mecânico	Automóveis	950.000	2.500
1998	Porto Real	Galvasud I	Metalúrgico	Galvaniz. de chapas	232.000	150
1999	Porto Real	Galvasud II	Metalúrgico	Unidade de corte e solda	116.000	130
2000	Porto Real	Cia Flum. Refrigerantes	Bebidas	Refrigerantes	24.694	400
		Copo	Autopeças	Espuma	13.000	10
		Eurostamp	Autopeças	Estamparia	68.669	200
		Faurecia	Autopeças	Bancos e escapamentos	10.136	70
		Gefco	Autopeças	L e montagens	10.000	70
2002	Porto Real	Volkswagen Caminhões	Autopeças	Caminhões e ônibus	625.000	—
2003	Resende	Pernod Ricard	Bebidas	Destilaria	5.730	63
		Sagez	Produtos Alimentares	Pães	3.306	359
2004	Resende	Volkswagen Caminhões II	Automotivo	Caminhões	1.000.000	400
				TOTAL	3.503.535	6.052

Fonte: CODIN/DOP 22/9/2006

6. Estimativa de crescimento do PIB (1975 – 2003)



Jornal O Globo, 13/03/2005, p.7

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)